

Maria Natalina Pontes

INVESTIGAÇÃO E MÍDIA: Um estudo do caso “O Maníaco de Contagem”

Belo Horizonte

2010

Maria Natalina Pontes

INVESTIGAÇÃO E MÍDIA: Um estudo do caso “O Maníaco de Contagem”

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Segurança Pública e Justiça Criminal da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Segurança Pública.

Orientadora: Marília Mariano de Lima Flecha

Belo Horizonte

2010

À minha mãe, Maria Joana das Mercês Pontes, cujo amor e carinho sempre estiveram presentes.

RESUMO

A temática policial abarca em si uma heterogeneidade de sentimentos que vão da simples curiosidade, horror, arrependimentos, repúdio, vingança, arrebatamento até aflorar na sociedade o desejo de fazer justiça com as próprias mãos. Histórias e relacionamentos se entrelaçam e propiciam farto material para a investigação criminal. Sob a ótica do jornalismo investigativo, esses sentimentos e impressões são reproduzidos em linhas, títulos e adjetivos de primeira página e dão ao leitor uma pequena parcela da realidade vivenciada por familiares de vítimas, suspeitos e por policiais que tem a apuração de crimes de homicídio como rotina diária. Esta pesquisa tem como estudo a atuação do jornalismo investigativo e o crescimento do fenômeno do jornalismo sobre investigações. A monografia tem por objetivo geral entender a lógica de apuração da cobertura jornalística sobre o caso dos crimes cometidos por Marcos Antunes Trigueiro, apelidado como o “Maníaco de Contagem”, autor confesso de cinco estupros seguidos de morte entre janeiro e novembro de 2009. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa. A pesquisa documental apóia-se na análise de conteúdo das matérias publicadas em três jornais mineiros sobre os crimes cometidos por Marcos Trigueiro, a saber: Estado de Minas, Hoje em Dia e O Tempo, dada a importância que têm no cenário mineiro. Foram também realizadas entrevistas com os delegados responsáveis pelo inquérito do caso. Os dados obtidos sugerem que as matérias sobre o caso – escolhidas propositalmente em três períodos distintos – sugerem que foram veiculadas sem um processo de investigação por parte dos jornalistas.

Palavras-chaves: Jornalismo investigativo; reportagem policial, abordagem da mídia; investigação; jornais, polícia; criminalidade e violência.

ABSTRACT

The theme encompasses police itself heterogeneity of feelings ranging from simple curiosity, horror, sorrow, rejection, revenge, rapture to flourish in society the desire to take justice into their own hands. Stories and relationships are intertwined and provide abundant material for a criminal investigation. From the perspective of investigative journalism, these feelings and impressions are reproduced in lines, titles and adjectives of the first page and give the reader a small portion of the reality experienced by families of victims, suspects and police officers who have the investigation of crimes such as homicide daily routine. This research is to study the role of investigative journalism and the growing phenomenon of journalism research. The paper aims to understand the general logic of verification of coverage about the case of crimes committed by Marcos Antunes Trigueiro, dubbed as the "Manic Count," confessed author of five rapes followed by death between January and November 2009. It's bibliographic and documentary research, qualitative in nature. The desk research relies on content analysis of articles published in three newspapers miners over crimes committed by Marcos Trigueiro, namely: Minas today and Time, given the importance they have in the mining scenario. We also conducted interviews with delegates responsible for the investigation of the case. The data suggest that the materials on the case - deliberately chosen in three distinct periods - suggest that no research had been propagated by journalists.

Key-words: Investigative Journalism; police report, addressing the media, research, newspapers, police, crime and violence.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 A INVESTIGAÇÃO POLICIAL	10
2.1 O crime de homicídio.....	13
2.2 Aspectos relevantes na apuração do crime.....	17
3 A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO	21
3.1 Notícia, Informação, Reportagem e Investigação.....	21
3.2 O tratamento da informação nas páginas dos jornais.....	24
3.3 A construção da reportagem policial.....	28
3.4 Ética na imprensa.....	30
4 CONTEXTUALIZANDO O CRIME NA MÍDIA	32
4.1 O estereótipo.....	33
4.2 A abordagem midiática de um criminoso patológico.....	39
4.3 Como a mídia retrata a investigação.....	43
4.4 O criminoso nas páginas dos jornais.....	47
4.5 A cobertura de crimes cometidos por sociopatas.....	50
5 A INVESTIGAÇÃO JORNALÍSTICA	52
5.1 Âmbito do jornalismo investigativo.....	57
5.2 Características do jornalismo investigativo.....	57
5.3 O processo de investigação jornalística.....	58
5.4 Características do jornalista investigativo.....	58
5.5 Jornalismo investigativo ou jornalismo da investigação.....	59
6 AS VÍTIMAS DO “MANÍACO DE CONTAGEM”	62
7 METODOLOGIA	78
8 INVESTIGAÇÃO E JORNALISMO	79
8.1 Por dentro dos casos do “Maníaco de Contagem”.....	80
8.2 Análise e interpretação das matérias publicadas.....	84
8.3 Visão geral.....	84
8.4 Análise de reportagem específica.....	87
8.5 Análise de conteúdo.....	92
9 CONCLUSÃO	95
10 REFERÊNCIAS	100
APÊNDICE (ROTEIRO DAS ENTREVISTAS)	103
ANEXOS	111

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pretende entender a cobertura da imprensa mineira, através da mídia impressa, sobre crimes de repercussão e sobre a investigação feita pela Polícia Civil de Minas Gerais. O tema escolhido não é um fato cotidiano e, talvez por isso, ganhou tanto destaque nas primeiras páginas dos jornais.

É fato que o tema policial tem um lugar cativo na mídia e quando ocorre um homicídio, que sugira o aumento da criminalidade violenta ou a incidência e repetência de atos truculentos, esse espaço é imediatamente preenchido por editoriais sugerindo como a investigação deveria ter sido conduzida, entrevistas de especialistas de áreas afins, repúdio ao criminoso, exaltação do clamor público e, finalmente, cobrança por justiça.

O tema suscita curiosidade e discussão, mas algumas matérias veiculadas sobre o assunto e produzidas por veículos de mídia em Minas Gerais apelam simplesmente para o embate, abordam superficialmente o tema, reproduzem os releases recebidos, espetacularizam o caso e a investigação em si ou simplesmente se apóiam apenas na contraargumentação da fonte entrevistada no dia anterior.

A opção pelo ponto de vista do redator, do jornalista da matéria ou do editor do caderno ganha uma versão única, inexpugnável e infalível e tem lugar em editoriais que não são específicas sobre o tema Criminalidade e Violência.

Nessa perspectiva apresenta-se a seguinte pergunta norteadora da pesquisa: apesar da rede extensiva que se tem numa investigação policial, todo esse aparato tem também respaldo em uma investigação jornalística?

Tem-se como hipótese básica desse trabalho que as matérias produzidas sobre os crimes imputados ao “Maníaco de Contagem” não partiram de um processo de investigação jornalística.

Entender a lógica dos fatos é um quesito preponderante na investigação policial e também na construção da notícia. Conhecimento do assunto, aprofundamento da abordagem investigativa, discernimento para participar ou conduzir uma investigação e avaliação de dados são alguns dos itens a serem considerados em uma investigação, seja ela jornalística ou policial, a fim de se ter o resultado estampado nas páginas dos jornais.

Isto posto, buscou-se como objetivo geral entender a lógica de apuração da cobertura jornalística sobre o caso dos crimes cometidos pelo maníaco de Contagem.

Para se atingir o objetivo proposto, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

a) descrever as matérias publicadas sobre o caso do “Maníaco de Contagem” em três jornais da capital mineira;

b) Analisar se o conteúdo jornalístico abordado nas matérias foi decorrente de investigação jornalística;

c) Verificar quais foram os critérios adotados pelos jornalistas na elaboração das matérias;

e) Colher informações dos delegados sobre como se processa as notícias sobre o caso na mídia.

O estudo foi delimitado na análise do conteúdo das matérias sobre o caso específico, veiculadas em três jornais de destaque da capital mineira e também em entrevistas realizadas com delegados responsáveis pela investigação dos crimes cometidos pelo homicida. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa.

A monografia foi estruturada em oito seções. Na segunda, apresenta-se uma abordagem geral sobre a investigação policial e o crime de homicídio. A seção se encerra com os aspectos relevantes na apuração do crime. A teoria apreende o Manual de Formação de Investigadores de Polícia feito pela Academia de Polícia Civil de Minas Gerais.

A terceira seção aborda a construção do discurso sob a ótica dos autores: Cláudia Lago e Márcia Benetti, Maurice Mouillaud, Heródoto Barbeiro, Cremilda Medina, Sílvia Ramos e Anabela Paiva, Eduardo Velozo Fuccia e Eugênio Bucci. Os autores sustentam que a nova vertente da construção das matérias jornalísticas se dá por conta do interesse entre entrevistador e entrevistado, onde a ética sequer é considerada. São unânimes em apontar que os jornalistas especializados abriram mão da autonomia investigativa e a transformaram em jornalismo padrão: um jornalismo descritivo e que se ampara na reprodução de investigações feitas por órgãos oficiais.

A quarta seção trata da abordagem feita a crimes praticados por indivíduos considerados ou apelidados de sociopatas. O embasamento teórico foi dado por artigos publicados por Luiz Ferri de Barros sobre a abordagem da imprensa às pessoas que possuem algum tipo de anomalia psicopatológica. Os autores Cláudio

Martins e Ilana Casoy estudam o impacto da associação de psicopatias à criminalidade e a exposição muitas vezes equivocada delas na mídia. Abordando ainda a análise do discurso, a obra de Dominique Maingueneau foi inserida para relatar o uso da linguagem na construção de termos e difusão do tema. Já Cremilda Medina, Guilherme Canela, Sílvia Ramos e Anabela Paiva estudam os fenômenos da comunicação onde diversos atores têm um ponto de vista individualizado sobre o mesmo evento em si, mas perdem o foco da informação quando transformam o acontecimento em espetáculo.

A quinta seção trata da investigação jornalística. Descreve-se o que os estudiosos abordam sobre o tema. Novamente Maurice Mouillaud e Cremilda Medina são mencionados nessa fase e pontuam que o jornal se diferencia dos demais veículos de comunicação porque tem uma maneira própria e peculiar de retratar e ordenar os acontecimentos. A fundamentação teórica sobre jornalismo investigativo foi obtida a partir da obra do jornalista Solano Nascimento que ratifica que a construção de uma matéria de cunho investigativo deve resultar do esforço e ser trabalho único e exclusivo do jornalista que se propõe a fazê-la.

A sexta seção os aspectos dos inquéritos policiais e as vítimas do “Maníaco de Contagem”. A sétima seção traz a metodologia utilizada na elaboração da pesquisa.

Por fim, na oitava seção, apresentam-se, à luz das teorias estudadas, as considerações finais sobre os resultados obtidos na análise dos conteúdos das matérias. Completa-se o trabalho com as referências consultadas para a pesquisa.

2 A INVESTIGAÇÃO POLICIAL

De acordo com o artigo 144, inciso 4º, da Constituição Federal de 1988, se especifica o exercício da segurança pública e o papel das Polícias Cíveis estaduais através da apuração de infrações penais, exceto as militares e o exercício das funções de Polícia Judiciária. Ao ter conhecimento de um fato criminoso, policiais civis comparecem aos locais de crime e determinam seus aspectos, apreendem armas e instrumentos ou objetos relacionados com o fato, entrevistam as pessoas envolvidas, realizam os exames periciais e adotam as providências indispensáveis para o perfeito esclarecimento dos crimes, cada um com nuances e características próprias, e indicações dos seus autores. Todas as etapas são registradas através de normas e procedimentos técnicos que constituem o inquérito policial, um conjunto de informações escritas sobre o fato criminoso e que é oferecido ao Ministério Público e que dá base à manifestação do Poder Judiciário, com a denúncia do réu.

Investigação é, portanto, uma pesquisa sistemática da verdade relativa a um assunto. Investigar é identificar e acompanhar todas as facetas de uma situação, pesquisá-la mediante paciente averiguação, observação e exame dos fatos (ACADEPOL, 2009).

O propósito da investigação se baseia em verificar o que aconteceu, como sucedeu o crime e porque ele ocorreu. Estabelecer um relato completo dos eventos que culminou no incidente, a hora de cada um e todas as circunstâncias contribuintes são partes necessárias à informação policial, incluindo-se a identidade de todas as pessoas envolvidas, a posição e os movimentos de cada uma e os motivos que nortearam suas ações. As características físicas dos locais e as relações de cada um devem ser desencobertas e detalhadamente descritas. Os resultados e os efeitos do incidente devem ser precisos e estabelecidos.

A investigação policial passível de interpretação pessoal ou indireta tem vínculo com a apuração da vida pregressa do suspeito, apontamento de testemunhas, busca de elementos para a reconstituição do crime e das provas materiais, como a arrecadação e apreensão de objetos ligados ou que serviram de preparação para cometê-lo. A investigação é um trabalho de equipe, em que, somente com a reunião

das provas objetivas e subjetivas formalizadas através da ordenação, de forma coerente e dentro do nexo de causa e efeito, é que se forma o convencimento da culpa do suspeito e como ele planejou o crime (ACADEPOL/MG, 2009).

Em Minas Gerais, através da Polícia Civil do estado, os fatores determinantes para que uma investigação policial se proceda de forma correta e garanta a prisão e condenação de suspeitos tem alicerce em três princípios básicos:

- **Segurança** – Visa proteger os direitos: vida, integridade física, bens (das pessoas, de si mesmo, das partes e de terceiros);
- **Justiça** – Cumprir a lei, antes de tudo: jamais se interpor a ela, jamais querer tomá-la em suas mãos; jamais querer tomar um caso policial como se fosse pessoal;
- **Verdade** – Toda atividade policial visa apurar a verdade, isto é, o que de fato ocorreu. Quem adultera fatos põe em risco, não só o próprio policial como também toda a organização policial, além de atentar contra o direito de terceiros.

O arcabouço jurídico e técnico investigativo fundamentado através do inquérito policial¹, também considerado instrumento de natureza administrativa, tem por finalidade expor o crime em sua primeira fase, a fim de se descobrir a autoria, a comprovação da materialidade, circunstâncias do crime e demais provas. Além do princípio da licitude e idoneidade das provas, o inquérito, como o próprio nome se refere, é inquisitório², pois os suspeitos não têm direito à contestação ou ao contraditório.

Há que se considerar que a distribuição da atribuição para se apurar os crimes depende de dois fatores. O primeiro se baseia no lugar onde ocorreu o fato ou a delimitação territorial do crime. O segundo diz respeito à matéria pertinente ou fato em razão da natureza do crime, como Departamento de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa (Delegacias Especializadas de Homicídios); Departamento Antidrogas (Delegacias Especializadas de Tóxicos), Departamento de Crimes contra o Patrimônio (Delegacias Especializadas de Furtos e Roubos), Delegacia Especializada de Crimes contra a Fazenda Pública, etc. (ACADEPOL, 2009).

Em uma investigação policial é preponderante perguntar por onde se começa a investigação? Qual dado se tem em mão? Eles foram comprovados? São

¹Inquérito, s. m. Acto ou efeito de inquirir. 2. Sindicância. inquérito por sondagem: O mesmo que sondagem de opinião.

²Inquisitorial/inquisitório. Adjetivo, dois gêneros. Da Inquisição ou a ela relativo. 2. Fig. Cruel, duro; rigoroso. 3. Misterioso, secreto.

verídicos? Se não há nenhum, qual se deve obter em primeiro lugar? Nessa vertente, a investigação policial se inicia com perguntas básicas: Quem? (é a vítima, ou os suspeitos). Onde? (se deu o crime). Por quê? (análise da motivação delituosa). Com quem? (relação vítima x suspeito; vítima x outras pessoas; suspeitos x outras pessoas). Quando? (por exemplo: foi furtado; ou quantos gramas de cocaína, crack?; quantos tiros foram disparados?). O manual de formação para investigadores de polícia em Minas Gerais descreve que se deve interrelacionar as informações já possuídas ou obtidas. Há informações isoladas, sem vínculos de causa ou efeito e que não passam de um amontoado de dados dispersos. As informações de uma investigação precisam formar um final, um quadro inteligível e que prove algo. Os fatos que antecedem um crime são mais fáceis de serem obtidos, porque as pessoas estão tranquilas e observam mais. Durante os acontecimentos, que sempre são rápidos, as pessoas procuram se afastar e, às vezes, até se protegerem. Com isso, a observação fica prejudicada.

De acordo com o mesmo documento, para a investigação de um crime há cinco métodos básicos que devem ser observados. Nem sempre encontráveis em estado puro, eles permeiam os cinco sentidos humanos: olhar, consultar, ouvir, levantar e refletir. O primeiro consiste em procurar captar os fatos sem interferir neles, apenas contemplando-os e registrando-os, por meio de diversas técnicas, tais como anotações, gravação e fotografia.

Consultar tem sua vertente na palavra grega heurisco, que significa encontrar, achar. Esse método é a busca racionalizada, mas com certos critérios preestabelecidos e com fontes relacionadas geralmente a pesquisas em catálogos, listas, coletâneas, registros em repartições públicas. O uso da tecnologia é um recurso amplamente usado. Como exemplo: se ocorreu um roubo e há apenas a primeira letra e os dois últimos números da placa, a cor e o modelo são desconhecidos, com esses dados concretos e para se chegar à evidência pretendida, pode se lançar mão de um banco de dados e, através de combinações, se chegar até à identificação do veículo subtraído. É um método que se faz por tentativas, um verdadeiro exercício de ensaio e erro.

Ouvir significa simplesmente perguntar, conversar com pessoas, apresentar-se abertamente ou não como policial, a fim de colher alguma informação que ajude na coleta de provas subjetivas. Do bate-papo desprezioso até um

interrogatório formal realizado em delegacias, há uma variedade de técnicas que concretizam este método.

O quarto método deve ser o mais pormenorizado possível e consiste no levantamento e no registro cronológico ou sequencial dos fatos e vida das pessoas que são alvos da investigação. O método histórico confirma ou destrói álbis, localiza no tempo e no espaço pessoas e coisas, além de permitir entender a evolução de uma consciência criminosa, o horário dos acontecimentos, a situação socioeconômica das pessoas.

Em crimes de homicídios, o estudo da vida pgressa pode determinar a motivação do fato e direcionar a busca da prova. Esse método não exige ensino doutrinário, é prático, decorre do treinamento e potencializa a visão crítica e contributiva do policial na apuração de um crime.

Já refletir consiste em o investigador fazer a si mesmo perguntas, colocando-se no lugar do suspeito ou procurando imaginar como poderia ter ocorrido o fato que investiga e em que circunstância. Também descrito como intuição fundamentada, esse método é um raciocínio constante e ininterrupto que o investigador faz a cada passo ou achado e para definir qual o próximo a ser dado ou método a ser usado. É o mais importante e está diretamente ligado ao talento do investigador, à sua astúcia, perspicácia e visão.

Da mesma forma que o método histórico, refletir decorre da vocação de ser policial. É nato. Com o desenvolver da profissão, através de várias situações, pluralidade e diversidade de crimes que se apresenta no dia-a-dia, o policial aumenta seu senso crítico, de observação e de análise. Assim, ao se defrontar com o local de crime não terá dificuldade em interpretá-lo corretamente. (ACADEPOL, 2009). Nessa vertente, serão abordadas na próxima seção as características e peculiaridades do homicídio, dados da investigação e o perfil de vítimas e suspeitos do crime.

2.1 O crime de homicídio

A palavra homicídio vem do latim *homicidium*³ e significa crime de quem mata outro ser humano. Ela designa o limite da linha de ação do indivíduo ao

³Do latim *homicidium*, *-ii*, substantivo masculino. Crime de quem mata outrem.

potencializar estigmas e problemas recorrentes da sociedade em que ele está inserido. O homicídio é descrito nas páginas de jornal e também na ficção como uma reação humana, extremamente subjetiva e que produz sentimentos de revolta ou aceitação em cadeia. Já especialistas tentam explicar esse crime instantâneo e de efeitos permanentes através de números e conceitos. Segundo Cano (2001), a violência é hoje um dos principais problemas sociais dos grandes centros brasileiros e é revelada e mensurada principalmente pelas estatísticas desse tipo de crime.

Para Cano e Ribeiro (2001), a vitimização por homicídio alimenta o círculo vicioso da violência e representa um dos principais expoentes desse fenômeno. A especificidade desse tipo de crime pode ser atribuída tanto à gravidade de suas consequências individuais e sociais quanto ao crescimento alarmante e desordenado das taxas.

Estudos dos autores, realizado na cidade do Rio de Janeiro em 2001, apontam que na vitimização de homicídios por gênero, a exemplo do Brasil e do resto do mundo, os homens são as vítimas preferenciais, com idades variando entre os 15 e até meados dos 20 anos de idade. Esse dado confirma que as vítimas estão no ápice da capacidade produtiva e sustenta o declínio social, familiar e econômico, justificados estatisticamente pelo crescimento dos níveis de violência. Já para as mulheres, o ápice de vitimização ocorre entre os 15 e os 19 anos de idade. O risco de vitimização para elas aumenta depois da adolescência e até os 29 anos de idade (CANO; RIBEIRO, 2001).

Policiais e estudiosos do tema apontam que o homicídio é a face mais brutal da violência porque ele é um dado presente ou lidera dados estatísticos em pesquisas de vitimização. Multifacetado, de mecânica diversa, homicidas com perfis e motivação singulares tem sido algumas das características traçadas e estudadas por especialistas e policiais que investigam os crimes na tentativa de entender “como e porque se mata”.

Em Minas Gerais esse cenário não é diferente. De acordo com Batitucci et al (2007), dados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, foram usados para traçar o perfil de vitimização no Estado. A combinação ou individualização de fatores como gênero, idade, estado civil e raça/cor da pele podem contribuir no recrudescimento da taxa de risco para um indivíduo ser vítima do crime de homicídio.

Batitucci, et al (2007) traçaram o perfil das vítimas entre os anos de 1997 e 2001 e constataram que a relação entre as taxas de vitimização entre homens e mulheres não é constante no tempo e no espaço, mas as mudanças costumam ser graduais. O perfil etário é também uma variável fortemente associada ao risco de vitimização. Em Minas Gerais, segundo dados apresentados pelos autores, a faixa de 20 a 29 anos é a que apresenta maior risco entre os homens, mas entre as mulheres essa concentração se dá entre os 30 e os 39 anos. Já a taxa de vitimização entre as mulheres cresceu 23% no período analisado. A taxa masculina identificou um aumento de 71% no mesmo período.

A pesquisa aponta ainda que quando há um aumento acelerado no número de homicídios vinculado ao crime organizado, as disparidades entre a participação de homens e mulheres se evidenciam. Por outro lado, se ratificam as diferenças entre as taxas de vitimização por gênero. O aumento da taxa masculina está intrinsecamente relacionado ou agregado a outros eventos criminosos, tais como tráfico, porte ilegal de arma de fogo, letalidade por integrantes de aparatos policiais ou sem intencionalidade conhecida. (BATITUCCI, et al, 2007)

Os autores concluíram ainda que a razão⁴ entre as taxas de homicídio entre homens e mulheres não é constante, mas ela tende a aumentar com as taxas de homicídio na população total. O crescimento de homicídios contra mulheres ganha relevância por conta da motivação e da crueldade muitas vezes despendidas pelo autor do crime.

Casos como o da adolescente Eloá Pimentel, 15 anos, morta pelo ex-namorado Lindemberg Fernandes Alves, após mais de 100 horas de cárcere privado, na Grande São Paulo, em outubro de 2008; da cabeleira Maria Islaine de Moraes, 31 anos, morta com nove tiros em um salão de beleza pelo ex-marido, Fábio Willian da Silva Soares, em Belo Horizonte, em janeiro de 2010; ou o da advogada Mércia Mikie Nakashima, de 28 anos, morta em maio de 2010, na Grande São Paulo, supostamente a mando do também advogado e ex-namorado Mizael Bispo dos Santos, ilustram as páginas policiais e dão uma dimensão da crueldade masculina em detrimento à vontade feminina e que, nos três casos, alimentou a motivação passional para os crimes.

⁴Do latim *ratio*, *-onis*,. Substantivo feminino. À *razão de*: na proporção de; segundo determinado valor, taxa ou percentagem. Relação entre duas quantidades que aumentam ou diminuem na mesma proporção.

Os antecedentes de violência doméstica ou de conhecimento prévio entre vítima e agressor não são menosprezados em uma investigação criminal e costumam ser extremamente explorados pela mídia. Os exemplos acima inferem pesquisa efetuada por Soares e Borges (2004) sobre os perfis de gênero e estado civil na vitimização por homicídio. Os pesquisadores afirmam que as mulheres têm um índice mínimo de se exporem a situações de risco e serem potencialmente vítimas do crime. Por outro lado, esse percentual se eleva através do casamento ou de outra forma de relacionamento.

O histórico familiar ou doméstico é apontado como fator preponderante para que a mulher seja vítima de homicídio doloso, aquele em que há a intenção de matar. Esse diagnóstico é traçado por conta dos executores do crime, em geral maridos, parceiros ou namorados. Soares e Borges (2007) atribuem, sistematicamente, a motivação passional para o cometimento do crime.

Os pesquisadores argumentam ainda que o casamento ou uma união estável aumentam o risco de uma mulher ser assassinada por alguém dentro de casa. Esse risco é baixo se levada em conta a menor participação dela em atividades, locais e horas de alto risco. Não são consideradas na pesquisa outras variáveis de ocorrência de homicídio contra as mulheres, tais como chacinas, bala perdida, crimes em série e outros eventos.

Viano (1992) destaca a diferença entre os homicídios de homens e mulheres. O autor cita o pesquisador americano Luckenbill que, na Década de 1970, já descrevia o homicídio como um “acontecimento específico” e que o evento é um ápice de uma cadeia ou série de ações e reações menores por parte dos envolvidos. Luckenbill estudou a reação mútua das partes e tentou descobrir se existe ou não um padrão regular de evolução da dinâmica entre vítima e agressor e que leva ao crime em si. Luckenbill concluiu que esses conflitos passam por uma série de etapas previsíveis e têm início por algum tipo de afronta.

Luckenbill *apud* Viano (1992) classifica o evento como femicídio. A tradução literal é “o assassinato misógino de mulheres por homens”. Mas, ressalta que a própria definição falha ao não considerar que algumas mulheres são mortas em situações ocasionais, em que elas estavam no “lugar errado, na hora errada”. A questão para a análise dos homicídios ou crimes violentos contra as mulheres, independente de caracterização, se torna multidimensional quando agrega fatores,

motivação e circunstâncias que sequer eram levados em consideração no momento do crime. (VIANO, 1992)

Os fatores que determinam os homicídios são múltiplos e os motivos só ficam explicitados após uma investigação policial. Recentemente, essa faceta complexa foi alvo de investigação pelo Departamento de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa - DIHPP, com sede em Belo Horizonte. Os crimes imputados ao “Maníaco de Contagem” foram alvo de uma investigação baseada em lógica, ações sistemáticas e sazonalidades até então pouco presentes em investigações de homicídios feitas pela Polícia Civil de Minas Gerais. Essa mesma teia complexa foi responsável por inferir dados idênticos e que possibilitou a solução de diversos crimes.

A nossa incapacidade de racionalizar e entender esse tipo de crime se reflete muitas vezes na incompreensão em narrar o fato. Essa dificuldade é ainda mais evidenciada com a divulgação de dados estatísticos e análises de conteúdo descritivo em jornais, revistas e editoriais. As Ciências Sociais tentam mensurar esse fenômeno quantitativamente, porém ele se revela mais como aspecto comportamental e, portanto, moldado de subjetividade, o que impacta muitas vezes a visão fria dos números.

2.2 – Aspectos relevantes na apuração do crime

O crime de homicídio está inserido no capítulo que versa sobre os Crimes Contra a Vida no Código Penal Brasileiro (2010). Matar alguém imputa uma pena de reclusão e que deve ser cumprida em ambiente fechado. O período de cumprimento da pena é compreendido entre seis e 20 anos, após julgamento. O mesmo diploma legal aponta que, dependendo da motivação do agente ou meio por ele empregado, o crime pode se tornar qualificado, fazendo com que a pena a ser aplicada seja substancialmente mais alta. Quando praticado em sua forma qualificada é considerado pela legislação penal brasileira como hediondo e caracterizado no mesmo patamar que os crimes de estupro, latrocínio, atentado violento ao pudor, extorsão mediante sequestro, extorsão qualificada pela morte, estupro de vulnerável, epidemia como resultado morte e falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (CF, 2010).

De acordo com o Código Penal Brasileiro (2010), os elementos que qualificam o homicídio são descritos por: cometer o crime mediante paga ou promessa de recompensa; cometer o crime por motivo torpe; cometer o crime por motivo fútil; empregar veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel ou de que possa resultar perigo comum; cometer o homicídio à traição, de emboscada ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; cometer o crime para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime. A legislação prevê que a pena a ser aplicada pelo homicídio qualificado deve ser cumprida em ambiente fechado, variando entre os 12 e 30 anos, dependendo da circunstância qualificadora do crime cometido, verificada na fase de inquérito policial e ratificada pelos promotores e geralmente expressa em um tribunal de júri⁵.

A legislação penal brasileira também tipifica esse tipo de crime como continuado e a penalidade imposta ao homicida pode se referir à descrição contida no artigo 71 do Código Penal Brasileiro:

Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços (CPB – versão on line - Brasil, 2010).

O mesmo artigo aponta em seu parágrafo único:

Nos crimes dolosos e contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, poderá o juiz, considerando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, aumentar a pena de um só dos crimes, se idênticas ou a mais grave, se diversas, até o triplo, observadas as regras do parágrafo único do artigo 70 e do artigo 75 do mesmo diploma legal (idem)

O manual de formação policial da Acadepol (2009) ensina que, tão logo tomar conhecimento da ocorrência de uma infração penal, a autoridade policial deve dirigir-se ao local e garantir que não se alterem o estado e conservação das coisas,

⁵Substantivo masculino. Tribunal de facto. Lugar onde se administra justiça. Coletividade encarregada de avaliar a qualidade, o mérito, etc. de algumas pessoas ou de alguma coisa. Examinadores.

até a chegada dos peritos criminais, responsáveis pela varredura técnica e registro em foto ou vídeo de locais de crime. O segundo passo diz respeito a apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.

Em toda essa dinâmica deve ser estabelecida ainda a relação de causalidade entre a ação e o resultado. A conduta (usar um objetivo para atingir alguém) e o resultado (morte) estabelecem a causa e o efeito em um crime de homicídio. Já a tipicidade é a moldagem de um fato da vida real ao tipo legal. É a exata adequação do fato praticado com a descrição legal existente. O artigo 121 do Código Penal Brasileiro diz: “Matar alguém”, é um ato humano previsto em lei como crime.

A legislação penal brasileira relata que os elementos que compõem o crime de homicídio partem do objeto jurídico: que é o bem ou interesse protegido pela norma legal, no caso a vida; objeto material: é a pessoa ou coisa sobre a qual recai a conduta criminosa, no caso o homicida; e o instrumento ou meio: coisa de que se serve o agente para a prática da ação criminosa. Em crimes de homicídio, o instrumento pode qualificar um crime e torná-lo mais grave.

Definidos os sujeitos ativo (agente) e passivo (vítima), já no local onde ocorreu um homicídio, são iniciadas as etapas da investigação. De um modo geral, o crime se desenvolve dentro de uma sequência lógica, com fases distintas. Estas fases são etapas a serem seguidas em um trabalho investigativo e compreendem:

- **Cogitação:** o agente começa a conceber a ideia de cometer o crime, planejando-o mentalmente.
- **Atos preparatórios:** externos ao agente, mas, em muitos casos, passam da cogitação para a ação objetiva e já é o próprio crime em si.
- **Atos de execução:** o agente inicia a prática do verbo descrito na norma penal. São atos que saem da esfera meramente pessoal do agente e passam a invadir a esfera da vítima. Nessa fase a punição já é prevista, mesmo quando o crime não se consuma. As exceções nesse item são descritas no artigo 31 do Código Penal: “o ajuste (é o acordo feito para praticar crime), a determinação (é a provocação para que surja em outrem a vontade de praticar o crime) ou instigação (a estimulação da ideia criminosa já existente) e o auxílio (ajuda material prestada na preparação ou

execução do crime.), salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

- **Consumação:** ocorre quando o verbo descrito na norma penal é praticado. A punição está prevista. É a realização integral dos elementos do tipo.

- **Exaurimento:** ocorre quando o agente esgota toda a sua capacidade danosa e obtém todas as vantagens que poderia obter com o crime. Resulta na ocorrência de novas consequências lesivas, após a consumação do crime. (ACADEPOL, 2009).

Configuradas as etapas ou simultaneamente já se podem reunir para o inquérito policial as duas formas de provas obtidas com a investigação. As provas na forma direta são comprovadas pela observação, testemunho ou confissão, dentre outras. Já as de forma indireta são conseguidas através da prova pericial, extraída dos exames feitos pelos peritos, nos vestígios físicos encontrados nos locais, na pessoa da vítima, no suspeito ou no criminoso. (ACADEPOL, 2009)

O mesmo manual discorre que os tipos de prova que compõem uma investigação criminal são divididos em quatro itens: confessional (oriunda das declarações do autor do crime); testemunhal (resultante das declarações de pessoas, habitualmente chamadas a juízo, para dizerem o que sabem sobre o fato); documental (resultante da apresentação de documentos); e material (feita com a intervenção de técnicos, por meio de exames, vistorias e avaliações).

A investigação de homicídios é feita de modo retrospectivo e, na grande maioria dos casos, não alcança o criminoso no primeiro momento. A materialidade da investigação fica circunscrita ao inquérito policial para onde se convergem todas as provas objetivas, que são as provas técnico-periciais coletadas no local do crime e analisadas em laboratório, e subjetivas, referentes ao trabalho de campo e conseguidas através das etapas de investigação descritas anteriormente.

O conjunto de depoimentos, vestígios e dados técnico-científicos são aspectos únicos que compõem o que chamamos de investigação criminal. Além disso, todo o arcabouço jurídico empreendido durante o processo investigativo policial tem a finalidade de identificar o suspeito de um crime e esclarecê-lo. Por outro lado, o processo midiático explora o que há de mais contundente no fato: vítimas e suspeitos. Essa faceta faz com que o crime de homicídio ganhe destaque nos jornais pela

exposição exacerbada de dados, pelo registro do fato em si ou simplesmente pela descrição automática da motivação do crime. Nesse contexto será retratada na próxima seção a construção da matéria jornalística e os fatores que a assemelham e distinguem de uma investigação criminal.

3 A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO

Construir o raciocínio com o uso da razão. Discernimento. A definição ampla permite introduzir e exemplificar vários canais de comunicação: fala, escrita, imagem, som e as variáveis que o ser humano utiliza para se comunicar com o outro e com o ambiente exterior. As páginas dos jornais têm a função de levar aos leitores a visão única ou a parcela abstraída do real por um profissional de imprensa. Esse registro se dá através de meios e métodos implantados pelo jornalismo. A definição de jornalismo para Lago e Benetti (2007) o compreende como um fenômeno universal, mas com raízes européias, concebido como um processo social que se articula a partir da relação (periódica/oportuna) entre organizações formais (editoras/empresas) e coletividades (públicos/receptores) através de canais de difusão (jornal/revista/rádio/televisão/cinema/*internet*) que asseguram a transmissão de informações (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos) (LAGO; BENETTI, 2007).

Portanto, para a construção do discurso essencialmente jornalístico, se somam uma série de fatores para a dinâmica, difusão e ampliação da notícia, desde que obedecidos parâmetros, tema, público e linguagem e que vão embasar um conhecimento novo ou, pelo menos, a construção analítica e crítica de um assunto.

3.1 Informações, Notícia, Reportagem e Investigação

É extremamente complexo falar de crimes de homicídios, pois o que se apreende de fato desse tipo de crime são as matérias veiculadas pelas mídias (jornais, televisão, internet, revistas) ou parte da realidade vivenciada por quem já passou por esse drama. As similaridades entre uma investigação policial e uma apuração jornalística ficam evidentes nas perguntas e busca de respostas: Quais

dados há na investigação e quais se deve obter em primeiro lugar? Quem é a vítima? Quem é o suspeito? Onde se deu o crime. Por quê? Quando?

Na teoria jornalística impressa, o *lead*, que compõe a primeira parte de uma notícia, fornece ao leitor subsídios básicos sobre o tema a ser tratado em todo o seu conteúdo. A elaboração de uma matéria jornalística consiste nas respostas primárias às seguintes perguntas: O quê?; Quem?; Quando?; Onde?; Como?; e Por quê? O *lead*⁸ informa o fato jornalístico e as principais circunstâncias em que ele ocorreu.

Mouillaud (2002) argumenta que o jornal – e a mídia em seu conjunto – é o fim de uma longa cadeia de transformações que lhe entregam e que partem de uma multiplicidade de agências internacionais, instituições públicas e privadas e que se configuram como um real domesticado. Para o autor, no que diz respeito ao seu conteúdo, o jornal é apenas um entre um conjunto de operadores simbólicos. O autor define que a informação não é o transporte de um fato, mas um ciclo ininterrupto de transformações, se caracterizando pela regularidade de publicações por um determinado espaço de tempo.

O autor argumenta que a informação é uma das figuras da visibilidade e ela, em todos os seus níveis e estados – públicos e privados – opõe-se a si própria e, portanto, às suas representações. Mouillaud afirma que o cenário para a produção de uma informação requer a transformação de dados que estão no estado difuso em unidades homogêneas. O autor argumenta que esse processo não é propriedade da mídia impressa.

Já o discurso presente nas páginas de um jornal diário não está solto no espaço, está envolvido no que chamaria Mouillaud (2002) de “dispositivo” que, por sua vez, não é uma simples entidade técnica, estranha ao sentido. O autor afirma que a escritura dos fatos fragmentou o discurso da imprensa em sequências curtas e heterogêneas, cuja unidade não provém mais da ordem interna do discurso, mas da ordem externa da diagramação. O autor define informação como o que é possível e o que é legítimo mostrar, mas também o que devemos saber, o que está marcado para ser percebido. (MOUILLAUD, 2002) .

Sinônimas, notícia e informação podem ser traduzidas como uma espécie de investigação para verificar um fato. Fato, por seu turno, pode ser descrito como um

⁸lead – past tense, past participle – verb – to guide or direct or cause to go in a certain direction. Tradução: conduzir, estar à frente.

acontecimento, um episódio singular, e que vai ganhar versão ou se tornar visível à sociedade através de uma manifestação ou de uma narrativa jornalística e que Goffman (2002) assim define:

Os cenários da vida privada, assim como aqueles da vida pública, são, em sua maioria, pré-construídos. Os jornalistas trabalham com baterias de informações preparadas. (GOFFMAN, 2002)

Para ser notícia, o acontecimento deve gerar interesse, ser atual, impactante e produzir sentimentos e enigmas, envolver pessoas. Barbeiro (2008) destaca que a imprensa produz jornalismo, que é um produto que atende às expectativas de credibilidade, qualidade, relevância e oportunidade do consumidor. Esse pacote lota as redações de jornais, televisões e internet em todo o mundo, diuturnamente. Para Barbeiro (2008), o termo notícia pode ser definido como:

Notícia é um ato que provoca interesse da sociedade. Ela é uma forma original de ver um acontecimento que escapa à rotina e mostra uma nova realidade nascente. Ela desafia todas as regras de memorização ou, em outras palavras, ninguém esquece um produto, uma marca, uma iniciativa que desperte interesse. (BARBEIRO, 2008)

Barbeiro (2008) aponta ainda que o valor da notícia aumenta de acordo com a sua naturalidade e o conteúdo polêmico que possui, uma vez que esses elementos atraem mais a atenção do telespectador. O autor relata que a instaneidade proporcionada pela televisão e pela internet já não surpreendem ninguém, pois é possível acompanhar os acontecimentos e obter informações em tempo real. Barbeiro (2008), ao falar de seus pares, ressalta ainda que o jornalista, quando faz uma investigação, não busca apenas notícias negativas, mas as que avalia serem de interesse público.

Nesse viés, a reportagem, função de um repórter, deriva das informações colhidas pelo profissional em locais onde ocorreram fatos noticiosos. Fuccia (2008) afirma que, apesar da difusão cada vez mais frequente do noticiário ligado a assuntos da segurança pública, o repórter que faz a cobertura de fatos policiais ainda não tem acesso ao tema na grade curricular das faculdades ou não é bem preparado para

esse tipo de cobertura repleto de peculiaridades. Em outros ambientes, muito pouco se discute sobre o tema. O jornalista afirma ainda que o profissional que atua na cobertura policial deve ter o mínimo de noções jurídicas e não deve ignorar as situações a ela inerentes. Embora tais fatores não impeçam a produção da reportagem, a ausência deles compromete a sua qualidade (FUCCIA, 2008).

A investigação é a verificação de um fato por meio de boletins de ocorrência, representações feitas em unidades policiais ou notícias de crimes. A pesquisa pormenorizada dos fatos é descrita cronologicamente em autos de inquérito policial. Conhecimentos jurídicos são fundamentais para o jornalista entender com propriedade os fatos que irá relatar e poder embutir na notícia as consequências do episódio ou qualquer outra informação relevante para o seu complemento, a sua compreensão e a sua contextualização (FUCCIA, 2008).

3.2 O tratamento da informação nas páginas dos jornais

Para Medina (1988), é preciso recorrer à evolução histórica do jornalismo impresso para esclarecer uma classificação de tendências em que a informação se processa. A autora defende que as transformações no conceito de notícia mostram as várias tendências que se conjugam na imprensa brasileira contemporânea e a maior parte das tentativas de classificação da mensagem jornalística parte da ordenação expressa nas próprias páginas do jornal. Notícia, para Medina (1988), é um produto à venda derivado da comunicação de massa, sob influências da indústria cultural, resultante de uma sociedade urbana e mutável.

Argumenta a autora que as notícias predominam no dia-a-dia carregadas da dupla função de informar/distrair. Procuram atingir o nível massa de leitores, daí a ênfase em informações sonho/realidade, tais como novidades da “sociedade”, polícia, serviços de lazer, entrevistas e perfis de interesse humano. Toda matéria jornalística parte de uma pauta que pode ser intencional, procurada ou ocasional e definida pela autora como angulação. A ela estão intrinsecamente ligados os três níveis gerais de comunicação numa sociedade urbana em industrialização ou pós industrializada: o nível-massa, o grupal e o pessoal e que estariam presentes, em maior ou menor constância, na transformação da mensagem em pauta, decorrente do processo de captação.

A angulação grupal se identificaria com a caracterização da empresa jornalística, ligada a um grupo econômico ou político. Medina (2008) explica que essa angulação de nível grupal se manifesta muito claramente em todos os conteúdos editoriais e artigos assinados selecionados pela sintonia dos autores com a empresa jornalística.

Já a angulação-massa está presente nas aparências externas: formas de diagramação atraente, valorização de certos ângulos e cortes fotográficos, apelos linguísticos como títulos e narração dos fatos, conteúdo e no processo de captação desses, extraídos de uma realidade.

A angulação pessoal, despercebida pela grande massa, aporta, segundo a autora, nas redações que se encarregam de mitificar certos repórteres ou redatores e transformá-los em modelos de grandes jornalistas, eficientes apuradores e exímios repórteres investigativos. Esse repórter aos poucos deixa de fazer jornalismo e se lança na mensagem “de autor”.

Medina (2008) considera que os três níveis atuam de forma específica sobre os gêneros de uma notícia jornalística:

- **Informativo:** onde se encontram todos os níveis, com predominância de massa. A notícia traduz a versão apreendida pelo jornalista, que interfere numa realidade e extrai dela uma representação;
- **Interpretativo:** interrelaciona os níveis, com o repórter procurando e analisando as informações. A notícia não recebe um tratamento formal, mas sim um significado, sendo explicada mais amplamente e até ocupando edições futuras.
- **Opinativo:** se interliga diretamente com o nível grupal quanto ao conteúdo e com o nível pessoal quanto ao estilo da argumentação. É decorrente das editoriais e traz o juízo de valor do repórter acerca de uma notícia ou fato ocorrido.

O caráter polêmico na cobertura jornalística, principalmente pelos jornais, passou a ser alvo de discussão e mudanças a partir dos anos 1990, depois de detectado o alto índice de homicídios no Brasil e cujos índices situava o país como um dos mais violentos do mundo. O teor das pautas jornalísticas naqueles anos era a tradução literal da troca de favores com fontes policiais, da exposição crua de locais de homicídio e das vítimas e a repercussão sensacionalista dos fatos e dos envolvidos (RAMOS e PAIVA, 2007).

De acordo com Ramos e Paiva (2007), os jornais influenciam a opinião da sociedade e motivam e fiscalizam a implantação de políticas públicas pelo estado. Historicamente, a reportagem policial tem sido um dos setores menos valorizados nos jornais e costuma ser delegada a profissionais menos experientes ou menos preparados e ligados às editorias de reportagem local. Atualmente, cientes da necessidade de inovação e articulação, os jornais iniciaram um processo de qualificação da cobertura de fatos e isso ainda se encontra em andamento, com o abandono das velhas práticas da cobertura policial e com a manutenção nas redações de profissionais mais qualificados. As mudanças, que podem acontecer em um processo mais lento ou mais rápido, dependendo do local e do veículo, podem se consolidar como tendência (RAMOS e PAIVA, 2007).

A credibilidade da informação não pode ser violada, mas dependendo da notícia ela se transforma e ganha repercussão e cobertura diária nas páginas policiais. O crime de homicídio se enquadra nessa categoria por ampliar a gama de atores e fontes envolvidos: autor, vítima, motivação, policiais, promotores, especialistas e repórteres. Ramos e Paiva (2007) afirmam que uma das críticas mais comuns à polícia é que ela corre atrás do crime, sem capacidade de preveni-lo com planejamento e inteligência.

As autoras ressaltam, no entanto, que a cobertura jornalística padece dos mesmos problemas, já que, na maior parte das vezes corre atrás da notícia do crime já ocorrido ou das ações policiais já executadas, mas tem pouca iniciativa e usa timidamente a sua enorme capacidade de pautar um debate público consistente sobre o setor e que é necessário o investimento na especialização de profissionais, em processo similar ao que ocorreu com outras editorias. As autoras deduzem que programas de especialização para jornalistas sobre criminalidade e segurança pública deveriam ser estimulados tanto por redações e centros de estudos e pesquisas, como pelas próprias polícias (RAMOS e PAIVA, 2007).

As autoras afirmam que a cobertura da violência, da segurança pública e da criminalidade realizada pela imprensa brasileira sofre de dependência em alto grau das informações policiais. Jornalistas ouvidos pelas autoras discorrem que não há como evitar essa situação porque as forças policiais são responsáveis pela repressão, registro e investigação de crime e outros atos violentos. De acordo com as autoras, a

consequência mais grave dessa dependência das informações policiais é que ela diminui a capacidade da imprensa de criticar as ações das forças de segurança.

Os organismos de segurança costumam adotar posições defensivas e corporativas quando se trata de responder a questionamentos críticos, divulgam dados estatísticos em horários tardios e concentram as informações na figura do porta-voz, o que obriga os jornalistas a buscarem a informação em *off*⁶, nem sempre exatas. (RAMOS e PAIVA, 2007)

Embasadas por dados e entrevistas colhidos entre os anos de 2004 e 2007, as autoras argumentam ainda que a pequena diversidade de fontes está alicerçada na dificuldade de encontrar informantes qualificados e independentes em relação ao sistema de segurança. Em menor número, os especialistas em segurança pública repetem suas análises, trazendo poucas contribuições novas ao debate.

Para sanar o problema da carência de fontes no âmbito policial, as autoras recomendam que repórteres e editores façam, individualmente, ações no sentido de aumentar a diversidade de vozes nas páginas, manter a independência e criar padrões de apuração que assegurem a qualidade da informação e que essas ações seriam muito mais eficientes se tivessem o apoio institucional das empresas jornalísticas. Os jornais poderiam avançar muito se estabelecessem novos canais de diálogo com a sociedade e exigisse de forma institucionalizada mais transparência das autoridades (RAMOS e PAIVA, 2007).

Já Barbeiro (2008) argumenta que os jornalistas procuram as fontes porque elas conhecem em profundidade os assuntos de interesse geral e são capazes de falar sobre detalhes específicos. Para o citado jornalista, a fonte ideal é aquela que acumula reputação, credibilidade e sensibilidade para o interesse público, que possui habilidade de fornecer notícias exclusivas e interessantes e tem intimidade com a importância social da mídia.

Nesse viés, Medina (1988) já conferia que na apuração de informações, o jornalista sempre estará recorrendo a alguma fonte. Para a autora, fonte é qualquer coisa ou pessoa que possa fornecer ao repórter os dados necessários à elaboração de sua matéria.

⁶Apos., english word:Off the Record: Confidential information which is or was to be published. Informação confidencial que não é ou não era para ser publicada.

3.3 A construção da reportagem policial

Reproduzir fielmente os acontecimentos, a cronologia do crime, ditar o tom da matéria, com bom senso e responsabilidade social, investigar e relacionar todos os fatos entre si são atributos que fazem o bom jornalista investigativo. Essa subjetividade de olhar e relatar o fato criminoso deve estar calcada também na especialização do setor. E, nesse viés, Fuccia (2008) afirma que, pela crescente difusão de notícias policiais e pelo grande interesse que elas despertam, a reportagem policial requer especialização dos profissionais, embora isso seja desejável aos jornalistas de todos os segmentos. Ela conclui que, além do jornalismo, os demais ramos de atividade exigem cada vez mais especialização.

É certo que essa cobrança ou campanha pela especialização das ações e dos aparatos policiais fica cada vez mais latente ou são muito claras em divulgações feitas pela imprensa nacional em eventos de grande repercussão, como foram os casos Isabela Nardoni e Eloá Pimentel, ambos ocorridos no Estado de São Paulo, respectivamente nos meses de março e outubro de 2008. Os exemplos ilustram bem o que é a chamada “pauta do dia” e como as divulgações pela imprensa sobre os casos interferem no cotidiano social. Ininterruptamente e com alarde, os veículos de comunicação instalaram seus repórteres em frente aos locais dos crimes e dali faziam as transmissões ao vivo, opinavam e pediam conclusões sobre os casos ou, simplesmente, escreviam as matérias.

Fuccia (2008) aponta que a tendência e avidez sobre notícias policiais se devem a fatores como o aumento da violência, globalização do crime e a sofisticação do modo de atuação dos criminosos aliados ao crescente interesse do público e que há razões para o crescente aumento da cobertura policial e todas elas somadas geram, talvez, o principal motivo para os meios de comunicação dedicarem cada vez mais espaço ao noticiário criminal: o interesse pelo assunto por grande parte da audiência.

O autor afirma que a verdade real não se satisfaz apenas com as verdades das versões e dos documentos. A verdade formal para o jornalista, presente nos autos de inquérito e de processo, não pode ser assumida como incontestável. O jornalista aponta que o compromisso social da reportagem policial exige bom senso e que é caracterizado pelo confronto da relevância ou imprescindibilidade da

informação com a sua repercussão na vida de terceiros (vítimas, testemunhas, etc.) ou na sociedade em geral. (FUCCIA, 2008)

O autor afirma que a reportagem policial não pode revelar dados que possam frustrar a sequência de uma investigação criminal porque, na ponderação de interesses, esta encontra-se em patamar superior ao da notícia e representa o anseio maior da sociedade. Porém, o jornalista argumenta que informações omitidas eventualmente ou que a divulgação prematura pudesse provocar danos não possa ser noticiada oportunamente quando os riscos ora detectados já não existem. Fuccia (2008) revela que, com essa responsabilidade, o repórter conquista respeito e confiança das fontes e, invariavelmente, receberá delas informações privilegiadas, porque saberá o momento de divulgá-las. O profissional que não observa essa regra ficará ainda mais alheio dos fatos e que, futuramente, lhe renderia *furos*⁷ ou reportagens mais completas. Nesse contexto, acredita que devem ser suprimidas das notícias os detalhes que, muito mais que informar, instrui os criminosos, alertando-os sobre técnicas de investigação usadas para apurar o crime, identificá-lo e prendê-lo. (FUCCIA, 2008)

Já Nascimento (2010) afirma que o jornalismo brasileiro, principalmente o policial ou investigativo, passa por transformações e que o repórter abriu mão da apuração e da investigação e deixou de ser um autor para se transformar em escriba – aquele que reproduz obras alheias.

Com essa postura, de acordo com Nascimento (2010), o jornalista investigativo fica vulnerável e corre o risco de ser usado pela fonte que passa a informação. Aliar a investigação minuciosa dos fatos ao tratamento da informação de forma precisa à ética, à isenção, à imparcialidade e ao respeito às fontes são alguns dos atributos recorrentes à prática do jornalismo investigativo. Esses atributos, embora alguns autores defendam que devem estar presentes na redação de toda e qualquer notícia, se sobressai quando o assunto alia também técnicas policiais. Ter o domínio desse universo ou transitar por ele com familiaridade é garantia de conhecimento e informação correta aos leitores.

⁷*Substantivo masculino – plural. Gíria. Surpresa, notícia dada em primeira mão.*

3.4 Ética na imprensa

O jornalismo desperta a curiosidade do público por lidar com questões puramente humanas, passionais e irracionais. Com isso, as páginas dos jornais claramente impõem um poder sobre o seu público, mesmo que invisível, na manutenção e repercussão dessa notícia. Bucci (2000) esclarece que, apesar desse empoderamento, cabe ao jornalismo perseguir a verdade dos fatos e, para bem informar o público, cumprir uma função social antes de ser um negócio. O autor defende que a objetividade e o equilíbrio são valores que alicerçam uma boa reportagem.

Falar em jornalismo responsável implica em fazer uso e ter pleno domínio da ética. A História nos ensina que Ética, derivada do latim *ethica*⁸ – *ae* e do grego *Éthos*, e é parte da Filosofia que estuda os fundamentos da moral. Conjunto de regras de conduta e costumes, a Ética engloba ainda valores, crenças, comportamento e cultura.

No entanto, o autor questiona se faz sentido discutir ética em um país onde a falta dela acontece reiteradamente. Casos concretos sobre questões políticas e sociais que mudaram o rumo da sociedade brasileira serviram de embasamento e ilustração para a polêmica levantada pelo jornalismo. A manifestação pelas *Diretas Já*, em 1984, e o *Impeachment* do presidente Collor, em 1992, foram atos solenemente ignorados e sonegados pela maior emissora de televisão da época. Inquestionavelmente e, com razão, detentora do maior público-alvo brasileiro, vez que a televisão era o veículo de mídia mais usado para angariar informação.

Conflito e ética andam juntos quando o assunto é jornalismo porque a segunda só existe em razão da primeira quando se trata da comunicação social. Bucci (2000) descreve magistralmente que onde a etiqueta cala, a ética pergunta. Mas ressalta que ela não se resume a uma normatização de comportamento de repórteres e editores, pois encarna valores que só fazem sentido se forem seguidos tanto por empregados da mídia como por empregadores.

O autor finaliza que ética só produz resultados quando acontece sobre uma base de compromisso e se uma empresa de comunicação não se submete na prática às exigências de busca da verdade e do equilíbrio o esforço do diálogo vira

⁸Ética – Do latim *ethica*, -*ae*. Do grego *Éthos*. s. f. Parte da Filosofia que estuda os fundamentos da moral. Conjunto de regras de conduta. Ético, adjetivo. Da ética ou a ela relativo.

discurso vazio. Bucci (2000) vai mais além na afirmativa ao dizer que as faltas éticas não são atributos pessoais, embora algumas imposturas contem com a colaboração ativa de jornalistas, mas são em geral faltas institucionais cometidas por empresas e não fruto de desvios pessoais.

O jornalista nada mais é do que o intermediário entre a notícia e o público. E, para o autor, discutir ética na imprensa só faz sentido se significar por em questão os padrões de convivência entre as pessoas, individualmente, e de toda a sociedade no que se refere ao trato com a informação de interesse público e com a notícia. Necessário, portanto, a adoção de critérios de dedicação e transparência ao público ao se subordinar não apenas os jornalistas, mas também seus patrões e as corporações em que funcionam os veículos de comunicação já que, criteriosamente, o único interessado nessa discussão é o cidadão. Pois, enfatiza Bucci (2000), é para ele que a imprensa deve existir – e apenas para ele.

O compromisso do jornalista em descrever o fato criminoso em si, obedecendo ou não à pauta do dia, está intrinsecamente ligado em respeitar os limites que separam a apuração criminal da fantasia midiática diária que pode ser criada nas páginas dos jornais. Portanto, a investigação jornalística segue parâmetros muitas vezes usados na investigação policial, mas, em momento algum, como ficou demonstrado, podem ser consideradas sinônimas. Para entender melhor a construção da matéria investigativa, tendo como foco a exposição do crime de homicídio, a próxima seção abordará a contextualização do crime e os estereótipos a ela vinculados.

4 CONTEXTUALIZANDO O CRIME NA MÍDIA

A abordagem muitas vezes agressiva da imprensa aos órgãos de Defesa Social e isoladamente aos seus integrantes se dá por conta dos antecedentes históricos e do antagonismo bem definido entre entrevistadores e entrevistados e se impõe como uma queda de braço para ganhar audiência. Nesse contexto, ainda ganha destaque o policial que é retratado como violento, semi-analfabeto e profundo desconhecedor das leis, embora, a qualquer tempo, o seu exercício legal lhe seja extremamente cobrado.

Atualmente, é ponto pacífico divulgar a ineficiência dos órgãos policiais e enaltecer o papel da imprensa como fiscalizadora. Os órgãos públicos, que não desenvolveram os seus setores de comunicação, são alvos fáceis para alguns veículos de mídia, hoje não mais produtores de notícias e de informação, mas sim autodenominados veículos de denúncia. Nesses veículos não houve o fortalecimento do jornalismo investigativo, mas a autopromoção de veículo de mídia investigativa. Há, claramente, o abandono da ética e da isenção para se retratar o trabalho policial como alienado ou ambíguo. A discussão das técnicas de investigação, das dúvidas dos jornalistas ou uma palavra mal colocada pelos policiais responsáveis pelo caso servem de base para a redação da matéria, com total abandono dos métodos de apuração e onde sequer são considerados os pontos de vista dos policiais e até a investigação em si.

Por outro lado, há que se ressaltar que o trabalho desenvolvido pelas polícias é, muitas vezes, desconhecido ou de difícil entendimento até para os jornalistas que se dizem “repórteres de polícia”. No entanto, isso não impede que alguns desses profissionais se declarem como especialistas do trabalho policial, provoquem o debate e se posicionam como a investigação deveria ter sido conduzida. Por outro lado, reproduzir fielmente os acontecimentos, a cronologia do crime e ditar o tom da matéria, com bom senso e responsabilidade social de informar ao público são dons que fazem o bom jornalista investigativo. No entanto, essa subjetividade de olhar o fato criminoso deve estar calcada também na especialização do setor, como destaca Fuccia:

“Pela crescente difusão de notícias policiais e pelo grande interesse que elas despertam, a reportagem policial requer especialização dos profissionais, embora isso seja desejável aos jornalistas de todos os segmentos. Aliás, além do jornalismo, os demais ramos de atividade exigem cada vez mais especialização. (FUCCIA, 2008:27)

Antes restritos ao ambiente norte-americanos os assassinos e crimes em série são eternizados e preconizados pelos estúdios hollywoodianos e, estampados nas manchetes policiais, ganham a mesma repercussão que a das telas dos cinemas. Esse cenário, onde realidade e ficção podem se confundir, ganhou contornos na mídia mineira e invadiu o imaginário popular com a produção de farto material através de uma das investigações conduzidas pela Divisão Especializada de Investigação de Crimes Contra a Vida, que integra o Departamento de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa, órgão da estrutura da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

A prisão de Marcos Antunes Trigueiro, 32 anos, apelidado como o “Maníaco de Contagem”, trouxe à tona vários e velhos questionamentos ainda sem resposta: até que ponto as informações são manipuladas? As duas funções: investigação criminal e jornalismo investigativo se confundem ou estão associadas? Houve o abandono das técnicas tradicionais de apuração pelos jornalistas e como isso ficou demonstrado na imprensa?

Aliar a investigação minuciosa dos fatos ao tratamento da informação de forma precisa à ética, à isenção, à imparcialidade e ao respeito às fontes são alguns dos atributos recorrentes à prática do jornalismo investigativo. Esses atributos, embora alguns autores defendam que devem estar presentes na redação de toda e qualquer notícia, se sobressai quando o assunto alia também técnicas policiais. Ter o domínio desse universo ou transitar por ele com familiaridade é garantia de conhecimento e informação correta aos leitores.

4.1 O estereótipo

Cesare Lombroso (1835/1909), criminologista italiano, professor de psiquiatria da Universidade de Turim, se tornou mundialmente famoso ao defender a tese de que o criminoso é antes de tudo um doente, que fatores de hereditariedade e doenças nervosas predispõem à delinquência. Daí sua teoria do criminoso nato,

caracterizado por estigmas anatômicos, fisiológicos e patológicos (ACADEPOL, 2009).

Lombroso *apud Souza (2008)* tentou relacionar certas características físicas à psicopatologia criminal. Para o estudioso, o criminoso nato era assim definido:

Teria um crânio assimétrico, preponderante na parte posterior e pequeno em relação ao desenvolvimento da face [...], de orelhas volumosas, de cabelo ordinariamente abundante, mas de barba rala [...] e, com bem raras exceções, de uma fealdade chocante. (CASOY, 2009)

Claro está que o palco para esse debate ganha força nas páginas policiais e, notadamente, assume uma característica de espetáculo ou evento de grande repercussão quando o homicida vincula o cometimento do crime a algum tipo de psicopatologia ou doença mental severa. Historicamente, o tema foi tratado por Fausto, *apud Manso (2005)*, em pesquisa que abordou quatro décadas de homicídios na cidade de São Paulo, no final do século XIX e início do Século XX. Fausto, *apud Manso (2005)*, é contundente em analisar o traço familiar presente em alguns homicidas e faz uma analogia com a psique e sentimentos humanos que, em potencial, é o gatilho para o indivíduo se transformar em potencial homicida:

Como portadoras, ao mesmo tempo de atributos de dominação, afeto, proteção, dentro das famílias, essas pessoas trariam consigo uma carga explosiva. Já nas dimensões do mundo da rua, a área do trabalho, elas interiorizavam normas e hierarquias e se submetiam a um padrão relativamente homogêneo de exploração (MANSO, 2005).

Para Ferri de Barros (2000), no artigo intitulado a Psicopatia da Imprensa, publicado em 2000, atenta para a utilização de estereótipos em matérias divulgadas pela mídia de casos em que há vinculação com a doença mental. O autor alerta que, no Brasil, não há pesquisas a respeito da associação entre criminalidade e doença mental, entretanto estudos internacionais indicam que os portadores de doenças mentais não cometem mais crimes do que a população em geral.

O autor acredita que, na cobertura jornalística dada a crimes de natureza psicopatológica, há sempre dois agentes em cada crime, ambos merecendo avaliação de sanidade mental e judiciária, ambos devendo ser julgados e examinados por seus atos desatinados. O primeiro deles é a pessoa que cometeu a violência física, o assassino em carne e osso. O segundo suspeito a merecer julgamento em cada caso,

acusa Ferri de Barros, é uma entidade praticamente intocável, composta por centenas e milhares de outras pessoas, físicas e jurídicas, muitas das quais realimentam a brutal insanidade da sociedade: a imprensa, a mídia.

Ferri de Barros (2000) não poupa críticas à mídia por acreditar que o assassino em carne e osso é apenas instrumento de assassinatos e que a irresponsabilidade dos meios de comunicação fomenta. O autor afirma que tanto se discute e comenta o quanto a mídia reproduz e amplia os já intoleráveis níveis de violência de nossa sociedade, em geral, que chega a ser intrigante como poucos se apercebem do papel que desempenha como ampliadora dos crimes de natureza psicopatológica propriamente ditos.

A mídia ao batizar de "Maníaco do Parque"⁹, responsável por inúmeros homicídios considerados hediondos, foi alertada para a confusão linguística que fomenta desinformação e reforça preconceitos que atingem milhões de portadores das mais diversas doenças mentais de natureza não agressiva e antissocial. Essa designação para o assassino, de acordo com Ferri de Barros (2000), é imprecisa e infeliz, portanto, já que a utilização da alcunha de "maníaco" se presta à propagação de preconceitos. O autor argumenta que erros linguísticos divulgados com tal amplitude pervertem o significado dos vocábulos ao mesmo tempo em que disseminam a confusão conceitual.

Para Ferri de Barros, os que cometem tal natureza de crimes - em série e

⁹Em 5 de julho de 1998, a polícia de São Paulo encontrava os primeiros corpos que a levariam a suspeitar de que um serial killer estava à solta. Eram quatro cadáveres de mulheres estranguladas, todos despídos - na verdade, um só de calcinha de brucos e com as pernas afastadas, posição típica de vítimas de estupro. Todos encontrados, de uma só vez, no Parque do Estado, uma reserva florestal de 550 hectares na Zona Sul de São Paulo, na divisa com o município de Diadema. Como peças de um quebra-cabeça, esses corpos se somariam a outros dois achados, isoladamente, em janeiro e maio daquele ano, quando ainda não se suspeitava de que um maníaco estivesse em ação. Mais dois corpos foram localizados no dia 28 de julho de 1998. Vasculhando os arquivos da delegacia da região, a 97º DP, investigadores da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) descobriram três casos de tentativas de estupro entre maio de 1996 e dezembro de 1997 no parque. As três mulheres que conseguiram escapar do ataque ajudaram a polícia a fazer um retrato falado daquele que se tornaria o principal e único suspeito dos crimes. O maníaco convenciu suas vítimas a ir espontaneamente com ele até o parque. Uma denúncia anônima levou ao nome do suspeito. Francisco de Assis Pereira, de 31 anos, morava em Santo André, no ABC Paulista, e, até fugir, trabalhava como entregador (motoboy). No início de 1998, ele tinha sido investigado pelo desaparecimento de uma namorada. O sumiço até hoje não foi esclarecido. Em 1995 o motoboy chegou a ser preso por tentativa de estupro em São José do Rio Preto, mas pagou fiança e foi libertado. A primeira prova material contra Francisco foi obtida no dia 24 de julho de 1998: a identidade de uma das vítimas do parque foi achada num vaso sanitário entupido da empresa em que o entregador trabalhava. Várias mulheres reconheceram no retrato falado o rosto do homem que as atacou. Durante a sua fuga, Francisco foi visto em Ponta Porã (MS) e suspeitou-se de que ele tivesse passado pelo Rio de Janeiro. Fotos suas chegaram a ser espalhadas nos principais parques da cidade. Link de acesso <http://loucoseperigosos.blogspot.com/2010/02/historia-francisco-de-assis-pereira-tem.html> Acesso em 19/09/2010 -

hediondos - se doentes, são psicopatas e não maníacos. Ferri de Barros (2000) define *maníacos* como:

Maníacos todos são, em senso vulgar, basta lembrar da canção: "todos têm suas manias/a minha é gostar de você". Em sentido psiquiátrico, maníacos *estão* (e não *são* permanentemente) pessoas em *fase de mania*, quando sujeitas, por exemplo, a exaltação de humor, pensamento acelerado, exacerbada ansiedade e euforia, em meio a hiperatividade mental e física, eventualmente sujeitas inclusive a delírios, alucinações ou outros sintomas característicos. (FERRI DE BARROS, 2000).

O autor afirma que não é porque esquizofrênicos ou psicóticos não possam cometer crimes, mas inúmeros estudos demonstram que os índices de criminalidade entre os portadores de doenças mentais não é maior do que entre a população em geral. Isto significa que esquizofrênicos, psicóticos ou maníacos não cometem mais crimes do que as pessoas mentalmente sãs.

Para Ferri de Barros (2000), a essência desses desvios de caráter dos psicopatas se dá por conta da não assimilação afetiva das normas morais de convivência social, resultando na incapacidade de o indivíduo sentir-se culpado por sua conduta antissocial. O autor acredita que o psicopata tem plena condição de entender racionalmente as proibições legais e o que lhe falta é a apreensão do significado afetivo e emocional das transgressões que comete. O que o atrai é a realização obsessiva de suas fantasias macabras, mas o que o mantém em ação é a impunidade e a sensação de poder que lhe confere a convicção de estar acima dos outros homens, da lei e da moral.

Atualmente, os questionamentos se ampliam se, durante a investigação, há a comprovação, insinuação da doença mental ou o uso deturpado da inteligência pelo agente no cometimento do homicídio. Esse traço é descoberto quando o homicida viola, pura e simplesmente, a integridade física da vítima, aliados a isso uma falsa moralidade ou uma ética construída para seu próprio prazer. Dentre esses fatores está o crime cometido em série e com múltiplas vítimas. O jargão americano *serial killer*¹⁰ é adotado para definir este tipo de assassino.

¹⁰*Serial killer* noun a person who has murdered several people one after another. Substantivo assassino serial. Uma pessoa que assassinou várias pessoas, uma após a outra..Assassino em série.

De acordo como Instituto Nacional de Justiça (1988) deve-se entender que o termo assassinato serial se dá por uma série de dois ou mais assassinatos cometidos como eventos separados, normalmente, mas nem sempre, por um infrator atuando isolado. Os crimes podem ocorrer durante um período de tempo que varia de horas até anos. Quase sempre o motivo é psicológico. O comportamento do infrator e a evidência física observada nas cenas dos crimes refletem nuances sádicas e sexuais. Casoy (2009) define o serial killer como:

Serial killers são os assassinos que cometem uma série de homicídios com algum intervalo de tempo entre eles [...] O serial killer “esfria” entre um crime e outro, não conhece sua vítima, tem motivo psicológico para matar e necessidade de controle e dominação [...] Esses assassinos começam a agir entre 20 e 30 anos, escolhendo indivíduos mais fracos, que estão em algum estereótipo, e levam uma lembrança ou troféu de cada assassinato cometido [...] Por se sentirem acima do bem e do mal, acreditam ser muito espertos, têm autoconfiança e muitas vezes “jogam” com a polícia (CASOY, 2009)

Casoy (2009) descreve o perfil dos assassinos seriais como homens solitários por se sentirem superiores às demais pessoas e por não encontrarem outro ser humano à sua altura. Socialmente competentes e, muitas vezes casados, são confiáveis e aparentam saber mais do que na realidade sabem. De acordo com a autora, são criteriosos e cuidadosos, acompanham os trabalhos da perícia e da polícia e ficam atentos às manchetes produzidas por seus crimes. Organizados, charmosos e carismáticos, não apresentam características criminosas visíveis e, via de regra, são considerados indivíduos acima de qualquer suspeita.

A autora, ao descrever a ação criminosa, explica que os assassinos em série planejam o crime com cuidado e carregam apenas o material necessário para cumprir suas fantasias. Eles interagem com a vítima e se gratificam com o estupro e a tortura. Pouquíssimas evidências são deixadas no local do crime. Os assassinos seriais escondem ou queimam o cadáver e levam um pertence daquele que matou como lembrança ou troféu. A autora divide os *serial killers* em quatro tipos:

- **Visionário:** é um indivíduo completamente insano, psicótico. Ouve vozes dentro de sua cabeça e as obedece. Pode também sofrer de alucinações ou ter visões.

- **Missionário:** socialmente não demonstra ser um psicótico, mas em seu interior tem a necessidade de “livrar” o mundo do que julga imoral ou indigno. Este assassino escolhe certo tipo de grupo para matar, como prostitutas, homossexuais, mulheres ou crianças.

- **Emotivos:** mata por pura diversão. Dos quatro tipos estabelecidos, é o que realmente tem prazer de matar e utiliza requintes sádicos e cruéis, obtendo prazer no próprio processo de planejamento do crime.

- **Sádico:** é o assassino sexual. Mata por desejo. Seu prazer será diretamente proporcional ao sofrimento da vítima sob tortura. A ação de torturar, mutilar e matar lhe traz prazer sexual. Canibais e necrófilos fazem parte deste grupo.

As vítimas têm o mesmo perfil (prostituta, sem-tetos, mochileiros, crianças, caronistas, idosos), mesma faixa etária, sexo, raça e parecem ser escolhidas ao acaso e sem razão aparente. As vítimas para o *serial killer* são objeto de sua fantasia. Elas representam, na maioria dos casos, um símbolo. Geralmente são vulneráveis e o comportamento delas não influencia a ação do homicida. Casoy (2009) afirma que, na verdade, o *serial killer* não procura uma gratificação no crime, apenas exercita seu poder e controle sobre outra pessoa, no caso, a vítima.

O contraponto apresentado pela especialista diz respeito às investigações sobre esses crimes em série no Brasil. Para Casoy (2009), a polícia brasileira tem muita dificuldade em aceitar a possibilidade de um *serial killer* estar em ação e que certo preconceito permeia as investigações de crimes em série. A autora afirma que em outros países, onde há registro significativo da ocorrência desses tipos de crimes, o assassino serial é caçado antes que cometa tantos crimes. Casoy (2009) destaca que quanto antes se reconhece que um assassino desse tipo está em ação, mais rápido se podem acionar psiquiatras e psicólogos forenses, *profilers*¹¹ e médicos legistas para juntos traçarem o perfil da pessoa procurada.

A autora aponta fatores como precariedade de dados e a inexistência de integração entre policiais e órgãos especializados em ciência forense na investigação desse tipo de criminoso. Relata ainda que, a exemplo de outros países onde há maior incidência ou ocorrência desses crimes, o assassino mostra um importante aspecto comportamental: a assinatura deixada no local de crime. Além da assinatura,

¹¹*Profilers* – (*proufail*) noun the view of a face, head etc from the side; a side view. (*proufail*) Substantivo. A visão de um rosto, cabeça, do lado, uma vista lateral. Tradução: Perfil.

Casoy (2009) ressalta também a incipiente de dados brasileiros na apuração desses crimes, como análise acurada do motivo ou da falta dele, do risco-vítima e risco-assassino, *modus operandi*¹² e reconstrução de atos cometidos pelo criminoso e que permitiriam que eles fossem presos antes de cometerem os assassinatos. Argumenta a autora que, no Brasil, deveria ser obrigatório o trabalho integrado de profissionais forenses na ocorrência de crimes em série o que, de alguma forma, demandaria menos tempo na localização e prisão de suspeitos e não frustraria a investigação desse tipo de crime.

4.2 A abordagem midiática de um criminoso patológico

Ferri de Barros (2003) argumenta que os criminosos notórios, ou aspirantes a esse perverso estrelato, sentem-se satisfeitos e engrandecidos em seus egos com a repercussão na mídia de seus feitos. Homens que, uma vez capturados, deveriam cair no esquecimento público em estrito cumprimento de suas penas, são personagens de manchetes jornalísticas, dão entrevistas e sorriem de forma escarnejada para o público diante de dezenas de câmeras de TV, microfones e gravadores. Mesmo quando vencidos pela polícia, continuam usufruindo seu sucesso criminal, que ganha brilhos de audaciosa virtude perante multidões de marginais, incentivando outros a trilharem os mesmos caminhos, adentrando-os ainda mais perigosamente. Para o estudioso do tema, doente mental diagnosticado há mais de 20 anos, a cobertura jornalística sobre criminosos, detentores ou não de algum tipo de anomalia mental, de fatos criminais e os fenômenos típicos da violência da criminalidade violenta passa ao largo da sanidade. Para Ferri de Barros (2003), a imprensa tem agido irracional e insensatamente. O autor acredita que há um nexos causal direto entre a violência social que a mídia retrata, em especial quando aborda os temas de forma sensacionalista, e a reincidência de atos violentos que se verificam na sociedade. Em suma, a violência para o autor pode sim gerar mais violência e uma grande parcela dela está presente no que ouvimos, lemos ou no que nos é contado no dia a dia.

¹² modo (ó), substantivo masculino. Maneira de fazer, de dizer, de olhar, forma, meio, via. Operar: verbo intransitivo – conjugar), do latim *operor*, -ari, trabalhar, ser eficaz, praticar, produzir. *Modus operandi* é uma expressão em latim que significa "modo de operação", utilizada para designar uma maneira de agir, operar ou executar uma atividade seguindo sempre os mesmos procedimentos (- acesso em 16/09/2010).

Para o autor parcelas importantes da mídia brasileira lançam mão ou escorregam para a manipulação emocional do público. Para ser sensacionalista, ele lista cinco critérios presentes nas narrativas e reportagens jornalísticas: forma, definição de pautas, intensidade emocional, exploração artificialmente prolongada e natureza das emoções suscitadas (fortes manipulações emocionais que ocorrem entre a mídia e o público e, no noticiário criminal, se encontra a execração da morbidez humana).

Nesse contexto, Maingueneau (1998) atribui que os gêneros do discurso podem ser considerados como macroatos da linguagem que integram outros atos de linguagem elementares. Seu valor, medido pela boa e elegante enunciação de pensamentos ordenados pela palavra, é submetido à realização de certo número de condições de sucesso específicas. Essas ações dizem respeito, em particular, aos papéis dos participantes, o lugar e o momento, o meio.

A da análise do discurso que, para Maingueneau (1998), seguindo as teorias modernas da comunicação, postula a inseparabilidade do conteúdo do discurso e de seu meio (suporte material da mensagem, mas também as redes técnicas e humanas que lhe permitem circular). Para o autor, o modo de existência material e o modo de difusão de um discurso não se integram a ele de maneira contingente, eles intervêm na sua constituição mesma: não se pode separar o que é dito das condições materiais e institucionais do dizer.

O sensacionalismo está presente nas matérias policiais e estimula a violência em virtude da banalização a que os fenômenos da criminalidade são submetidos e porque eleva ao estrelato os criminosos, que se veem como figuras públicas de grande projeção e destaque. Ferri de Barros (2003) atribui aos jornalistas a responsabilidade de alimentar esse círculo vicioso, na medida em que oferecem *feedback*¹³ aos atos criminosos mais repugnantes, mantendo ativa a tríplice crimes/notícia sobre crimes/novos crimes, em ritmo e dinâmica que ele compara a uma bola de neve.

Ao analisar a natureza do sensacionalismo e o mito da neutralidade da imprensa, o autor é contundente ao confirmar que o sensacionalismo transgride

¹³Feedback: s.m. (english word.). Fed (fid) – past tense, past participle – verb; tradução: alimentar. Back (bak) – noun. In return, in response to. Tradução: de volta. Reação à comunicação, estímulo, transmissão. Plural: *feedbacks*. Retroação das correções e regulações de um sistema de informações sobre o centro de comando do sistema; ação exercida sobre as causas de um fenômeno pelo próprio fenômeno. 2. Resposta, reação à alguma coisa. Retorno.

radicalmente com esses ideais. Ao argumento de que as técnicas sensacionalistas se valem da exploração e manipulação intensa e deliberada das emoções primárias do leitor, do ouvinte ou do telespectador, o autor acredita que eles são induzidos a um baixo nível de reflexão crítica a respeito dos fatos narrados.

Um dos problemas relacionados à manipulação intencional das emoções do público, promovida pelo jornalismo sensacionalista e, de acordo com Ferri de Barros (2003), reside na circunstância de que nem sempre se sabe como o público em geral e como cada uma das pessoas individualmente atingidas reagirão a estímulos sensoriais hiperintensos, produzidos e veiculados pelos meios de comunicação. A rigor, o autor acredita que, no próprio meio jornalístico, são poucos os profissionais capazes de avaliar, em profundidade, o reflexo de sua atuação junto ao público, embora naturalmente saibam fazê-lo para uso empírico no seu dia a dia.

Mantendo a assertiva sobre a abordagem midiática e sensacionalista de crimes de natureza psicopatológica, o autor argui que os jornalistas, mesmo aqueles que teoricamente condenam o sensacionalismo – em justa defesa da liberdade de imprensa – pode ser assim resumido: a imprensa não produz os fatos, apenas procura relatá-los de forma neutra.

Ferri de Barros (2003) rebate a aparente neutralidade da imprensa e acredita que ela nada mais é do que um mito, quando muito um ideal. A sua atuação incessante e onipresente nas sociedades contemporâneas induz e condiciona comportamentos individuais e coletivos, rotineiramente gerando novos fatos, como quaisquer outros agentes sociais o fazem.

Seguindo essa tendência, o autor utiliza de forma livre e descompromissada dos conceitos psiquiátricos forenses a expressão “crimes de natureza psicopatológica”. Ferri de Barros (2003) afirma que tais crimes ganham destaque e espaço e são noticiados pela imprensa em imediata atribuição de patologia mental ao criminoso, assim caracterizado como doente mental, de forma correta ou incorreta, muitas vezes até mesmo antes de sua captura ou até ter sido submetido a qualquer exame pericial para constatação da anomalia.

Esses crimes, pondera Ferri de Barros (2003), tratam-se em geral de crimes violentos, muita vez homicídios hediondos e em vários casos, igualmente, crimes em série. O autor atribui que a cobertura jornalística desses casos é, com frequência, sensacionalista por repercutir e se fixar na mente do público e por serem destacados

em meio a milhares de outros assassinatos que ocorrem no país. Já do ponto de vista jornalístico, o autor considera que a repercussão desses crimes é compreensível por interessar à mídia o raro, a novidade e, uma das explicações por serem tão amplamente noticiados e explorados jornalisticamente, se deve exatamente a essa condição. Para o autor, no caso dos crimes em série, ao longo do processo de investigação e antes da captura do criminoso, o jornalismo deve cumprir o importante papel de alertar a população, para que se acautele e adote medidas próprias de segurança, da mesma forma como pode estar (a mídia) se portando de forma investigativa auxiliando o trabalho policial ou apenas exercendo a sua atividade rotineira de divulgação.

A difusão da desinformação a respeito das doenças mentais ocorre em grandes coberturas jornalísticas intensivas a respeito dos crimes de natureza psicopatológica. De acordo com Ferri de Barros (2003) uma profusão de informações equivocadas é difundida. Os debatedores abordam questões de grande complexidade psicológica ou psiquiátrica, a respeito das quais há inclusive pouco nível de certeza científica e com frequentes divergências entre especialistas. Aponta Ferri de Barros (2003) que esses temas são tratadas de forma ligeira por repórteres não especializados e, muitas vezes, apresentadas como enunciados de afirmação categórica.

Outro agravante mensurado pelo autor é que algumas questões centrais ainda relacionadas à desinformação se concentram em relação à linguagem e terminologia. As especulações diagnósticas realizadas por leigos e especialistas são feitas sem conhecimento adequado dos fatos ou da matéria. O autor aponta que esse padrão da cobertura jornalística sobre temas especialmente sensíveis contribuem para a difusão e perpetuação de preconceitos.

Ferri de Barros analisa ainda que a potencial indução de novos crimes ou novas ondas de crimes a partir do sensacionalismo da mídia talvez seja a consequência mais grave e dramática de todo esse complexo processo social. O autor atenta para o fato de que, naturalmente, este círculo vicioso não será rompido pelos criminosos, muito menos pelos que praticam crimes desta natureza. Ferri de Barros (2003) atribui a responsabilidade aos meios de comunicação, que devem adotar medidas necessárias para minorar as possibilidades de continuidade deste círculo ou de seu restabelecimento a qualquer momento.

Sobre a inconstância da mídia a respeito dos efeitos profundos dos estímulos que lança nas coberturas sensacionalistas é o fato de que os próprios órgãos de comunicação que reportaram a intenção de notoriedade como sendo o móvel dos crimes da Praia do Cassino¹⁴, estampavam a foto do criminoso em capas de revista ou nos noticiários diversos lhe oferecendo, assim, a mórbida realização de seus intentos. Ferri de Barros (2003) afirma que a exposição destacada da personalidade de psicopatas só se justifica antes de sua captura, com o objetivo de prevenir eventuais vítimas e auxiliar o trabalho policial. Após esse período, a exposição de tais personagens serve apenas para o cultivo da morbidade entre o público e, o que é mais grave, para fomentar fantasias de notoriedade perversa entre outros possíveis psicopatas. O autor afirma que reportagens que levemente continuam propiciando a um criminoso hediondo a mesma notoriedade, ou maior, do que a que é dada a políticos, artistas ou esportistas são potencialmente catalisadoras de novas ondas de crimes patológicos.

4.3 Como a mídia retrata a investigação

A temática policial em si abarca uma heterogeneidade mista de sentimentos que vão da simples curiosidade, horror, arrependimentos, repúdio, vingança, arrebatamento até aflorar na sociedade o desejo de fazer justiça com as próprias mãos. Histórias e relacionamentos se entrelaçam e propiciam farto material para a investigação criminal. Sob a ótica do jornalismo investigativo, esses sentimentos e impressões são reproduzidos em linhas, títulos e adjetivos de primeira página e dão ao leitor uma pequena parcela da realidade vivenciada por policiais que tem a apuração de crimes de homicídio como rotina diária.

¹⁴O MATADOR DA PRAIA DO CASSINO - Ao longo dos 80km da mais extensa praia do mundo, só existe iluminação pública em um pequeno trecho ao redor da estátua de Iemanjá. Casais aproveitavam o escurinho e fazia da praia um motel a céu aberto. Entre dezembro e março de 1999, cinco casais foram atacados por um homem armado de pistola. Apenas um escapou ileso. Ao todo 7 pessoas morreram. Uma estudante de 14 anos baleada na nuca e estuprada, sobreviveu. Ele era pescador e se chama Paulo Sérgio. Seu objetivo, segundo contou, era superar, em número de mortes, Francisco de Assis Pereira, o Maníaco do Parque, que matou 10 mulheres. Só não atingiu sua meta porque foi preso antes. "O Sul precisava de um motoboy", afirmou, com uma frieza surpreendente. "Eu sou o motoboy do sul, quero ser mais famoso que o motoboy paulista". Paulo Sérgio começou a matar inspirado nas notícias a respeito do maníaco do parque, mas, diferentemente do seu ídolo, não violentava as vítimas. A única exceção parece ser a menor B.N.G., a estudante sobrevivente, que contou ter sido estuprada. "Eu ouvia uma voz me mandando matar", conta o rapaz que tinha 29 anos na época, nascido em um vilarejo de praia vizinho a Rio Grande. Acesso em 19/10/2010 - <http://assasinos-em-serie.blogspot.com/2008/08/o-matador-da-praia-do-cassino.html>

Fuccia (2008) explica que o aumento na cobertura de crimes pela mídia seduziu até mesmo os tradicionais veículos de comunicação que resistiam à divulgação de fatos dessa natureza. A mudança foi e continua sendo gradativa, mas já se detecta a ampliação do espaço destinado ao noticiário policial. Esse fenômeno atinge tanto a mídia impressa quanto a eletrônica, mas, na maioria dos casos, não implica em uma reformulação editorial. O jornalista afirma que ainda são poucos os programas de rádio ou TV exclusivamente policiais, apesar da variada gama e constância do tema. Também raros são os jornais ou revistas específicos sobre o segmento, pois boa quantidade dos meios impressos, embora dedique diariamente parte de suas páginas à divulgação de crimes, prefere não possuir uma editoria de polícia, ficando ela circunscrita às editorias gerais ou cidades, dependendo da estrutura adotada.

As ações policiais têm um espaço cativo na mídia e a apuração de crimes violentos suscita a curiosidade da sociedade e é a senha para que a discussão sobre o tema ocorra também dentro de nossas casas. O jornalista Eduardo Vellozo Fuccia (2008) aponta que essa tendência se deve a fatores como o aumento da violência, globalização do crime e a sofisticação do modo de atuação dos criminosos aliados ao crescente interesse do público.

Guilherme Canela *apud Ramos e Paiva (2007)* vai além e diz que o argumento clássico de que a extensiva (ou ostensiva?) cobertura de crime se explicaria por um anseio do leitor e advém de uma espécie de jogo de empurra em que intitulados grandes jornais acabam fazendo uma cobertura mais asséptica da violência. O autor atesta que os indicadores de pesquisa demonstram a cobertura jornalística segue se concentrando na cobertura de crime e não em políticas de segurança. De acordo com o autor os construtores da notícia sobre temas como violência, criminalidade e segurança pública partem da premissa expressa de que o interesse do público está iminentemente ligado aos crimes que ocorrem cotidianamente e não nas políticas públicas que deveriam ser elaboradas para preveni-los ou combatê-los.

O autor aponta que há três razões para a atração do público pelo noticiário de ocorrências policiais e o destaque que ele recebe da imprensa:

- A cobertura da violência é o grande espaço do noticiário local. Mal ou bem (mais aquele do que este), é a única que fala diariamente do bairro, da periferia; nesse

sentido, é a que traz referências muito concretas para o público. Guilherme Canela *apud Ramos e Paiva (2007)* indaga que a cobertura interessa por conta da violência ou em virtude da proximidade com o cotidiano dos leitores e telespectadores. Por cotidiano ressalta que não se refere apenas a uma realidade violenta, mas também às remissões a personagens conhecidos, lugares e cenas familiares.

- Os jornais populares são os mais acessíveis aos públicos: têm menor custo e linguagem adequada à sua realidade;

- A cobertura de crime é mais fácil e, portanto, menos custosa do que uma cobertura mais contextualizada da violência. Ao estabelecer uma relação de dependência com a pauta a delegacia, fazendo das matérias uma espécie de transcrição sofisticada (às vezes nem isso) do boletim de ocorrência, o tratamento editorial dispensado ao tema custa menos (em pessoal, tempo, telefonema, apurações) do que um jornalismo que realmente queira entender as causas, as consequências e as potenciais soluções do fenômeno da violência.

O autor aborda ainda que a cobertura jornalística calcada majoritariamente em uma categoria específica e fonte de informação acaba por se apresentar como recortes limitados da realidade. Na cobertura da violência, onde as fontes ouvidas estão sobremaneira vinculadas às forças policiais não é de se estranhar, ressalta o autor, que temas que vão além da discussão do crime em si e de suas causas imediatas (como o uso de drogas) e consequências igualmente instantâneas (prisão) raramente sejam tratados. O autor ratifica que, sem ampliação das categorias de fontes escutadas, bem como do discurso por elas proferido, dificilmente se angariará uma mudança efetiva na cobertura.

Canela (2007) frisa que tal modificação não depende somente das redações – está fortemente condicionada a uma mudança de cultura das próprias fontes, as quais necessitam mais e mais aprender a dialogar com a imprensa.

Apesar de responderem à maioria dos itens obrigatórios para a estruturação da informação as matérias veiculadas em jornais e que tratam do crime e da violência carecem de fontes confiáveis na narrativa do tema, são simplesmente citados ou derivam de dados concretos e ampliados sobre os fatos nela descritos. Nesse item, Canela (2007) argumenta:

Não há dados confiáveis (se é que existem até menos confiáveis) que indiquem que o público deixaria de ler uma cobertura sobre violência que fosse, por exemplo, mais contextualizada – e, assim, menos focalizada no crime individual – do que é feita atualmente. Afinal, esta cobertura mais qualificada raramente é oferecida em bases constantes.

Há uma disputa declarada por visibilidade e audiência e as matérias assumem, muitas vezes, o tom de crítica e de denúncia e não há a preocupação de narrar o fato em si, apenas reproduzi-lo. As matérias de conteúdo estritamente policial são um bom exemplo disso. Em seu bojo faltam fundamentação e embasamento técnicos e o jornalista investigativo se preocupa apenas em descrever a versão oficial apresentada sobre investigações em andamento ou atender ao apelo do público com uma cobertura básica, sem tratamento. Canela (2007) argui que a imprensa parece subestimar o público ao acreditar que ele não se interessaria por uma cobertura mais aprofundada, contextualizada e complexa dos temas e que essa é uma avaliação que contradiz o trabalho feito pela própria imprensa em outras áreas especializadas.

O tema violência-criminalidade suscita curiosidade e discussão, mas alguns veículos de comunicação apelam simplesmente para o embate com o órgão responsável pela apuração, abordam superficialmente o tema, reproduzem os releases recebidos, espetacularizam o caso e a investigação em si ou simplesmente se apóiam apenas na contraargumentação de fontes entrevistada no dia anterior ou obtidas durante a investigação. Canela (2007) afirma que a cobertura jornalística apresenta debilidades importantes, porém avançou enormemente na última década. Para o autor, o tema da violência segue como uma espécie de calcanhar-de-aquiles do tratamento jornalístico dispensado aos diversos pontos da agenda social. Em primeiro plano, assegura o autor, se deve compreender quais fatores acabaram por estimular e consolidar coberturas de qualidade em umas áreas e em outras não.

Como um todo, os problemas de formação, fontes e percepções equivocadas precisam ser trabalhados. O autor afirma que é necessário reunir todas as iniciativas, reflexões e debates que buscam compreender, dialogar e cooperar com a cobertura de violência. Canela (2007) afirma que é necessário trabalhar em parceria, dar mais unicidade a essas ações, sempre pautando as estratégias por análises empíricas de cenário e por não por “achismos” e considerações volitivas sobre a atuação da imprensa.

4.4 – O criminoso nas páginas dos jornais

Os Princípios Internacionais de Ética Profissional em Jornalismo da UNESCO declaram o seguinte:

Princípio II:

Dedicação do jornalista à realidade objetiva - A tarefa mais importante do jornalista é servir o direito do público à informação verdadeira e autêntica através de uma dedicação honesta à realidade objetiva onde fatos são divulgados cuidadosamente em contexto apropriado, salientando as conexões essenciais e sem causar distorções, com devido emprego da capacidade para criatividade do jornalista, para que o público seja provido com material adequado para facilitar a formação de uma imagem exata e compreensiva do mundo onde a origem, natureza e essência de eventos, processos e estados de relações sejam entendidos o mais objetivamente possível.

Princípio III:

A responsabilidade social do jornalista- Informação em jornalismo é entendida como um bem social e não como comodidade, que significa que o jornalista tem responsabilidade pela comunicação transmitida e, portanto, é responsável não somente perante aqueles que controlam os meios de comunicação mas principalmente ao grande público, incluindo interesses sociais variados. A responsabilidade social do jornalista requer que ele ou ela aja em todas as circunstâncias de acordo com uma consciência ética pessoal.

As manchetes abaixo demonstram o quanto a objetividade ou a escolha da linguagem (presente nos títulos e chamadas) influenciam as matérias sobre violência:

Pai esfaqueia bebê de 9 meses durante briga com mulher
PORTAL TERRA – Brasil/Polícia – 24/10/2010 – 17h

Mulher agride marido com garrafadas
ESTADO DE MINAS – Gerais – Da redação – 23/10/2010 – 9h05

Major-dentista que furtou loja dá sinais de cleptomania, diz delegado
ESTADO DE MINAS – Gerais – Pedro Ferreira – 20/10/2010 – 16h05

Jovem é presa ao tentar entrar em presídio com celular nos órgãos genitais em Ribeirão das Neves
PORTAL O TEMPO – Cidades – Felipe Rezende - 23/10/2010 - 15h45

Homem é suspeito de molestar sobrinha de 5 anos
ESTADO DE MINAS – Gerais – Da Redação – 19/10/2010- 10h

Agricultor tenta tirar satisfações com rival e é baleado na testa, em Estiva
PORTAL O TEMPO – Cidades – Karina Alves - 25/10/2010 - 12h34

Jovens são mortos a tiros em suposto acerto de contas com o tráfico em Sabará
PORTAL O TEMPO – Cidades – Fernando Costa - 25/10/2010 - 8h09

Em troca de refrigerante, idoso estupra menor
PORTAL O TEMPO – Cidades – Da Redação - 23/10/2010 - 10h49

Polícia é chamada para ocorrência de sequestro e fecha bingo no Colégio Batista
PORTAL O TEMPO – Da Redação - 20/10/2010 18h09

Em depoimento, Erenice contraria versão da Casa Civil e admite encontro com consultor
Folha.com – Poder – Felipe Coutinho - 25/10/2010 – 14h46

Os santinhos de uma guerra suja - Parte 1
ISTO É ON LINE – Eleições 2010 - Alan Rodrigues e Bruna Cavalcanti – 22/10/2010 – 18h45

Polícia fecha ponto de venda de drogas vigiado por pitbulls
ESTADO DE MINAS – Gerais – Da redação – 19/10/2010 – 10h01

Motorista pega ex pelos cabelos e dirige por 20 m em SP
PORTAL TERRA – Brasil/Polícia – 25/10/2010 – 16h

Garçonete morre estrangulada no Rio; companheiro é suspeito
PORTAL TERRA – Brasil/Polícia – 25/10/2010 – 8h51

Para Lago e Benetti (2007), em sua forma mais ampla, o jornalismo constrói sentidos sobre a realidade, em um processo de contínua e mútua interferência. De forma mais restrita, a notícia é uma construção social que depende basicamente de seis condições de produção ou existência: a realidade, ou os aspectos manifestos dos acontecimentos; os constrangimentos impostos aos jornalistas no sistema organizacional; as narrativas que orientam o que os jornalistas escrevem; as rotinas que determinam o trabalho; os valores-notícia dos jornalistas; as identidades das fontes de informação e seus interesses.

De acordo com Lago e Benetti (2007), é preciso visualizar a estrutura do texto jornalístico, compreendendo que toda estrutura vem “de fora”; o texto é decorrência de um momento de forças que lhe é exterior e anterior. O texto é a parte

visível ou material de um processo altamente complexo que inicia *em outro lugar*: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário.

Para Medina (1988) os apelos verbais da mensagem presentes no texto jornalístico servem para chamar a atenção e conquistar o leitor para o produto/matéria. De acordo com a escritora os apelos verbais e visuais estão articulados e integrados ao ritmo narrativo geral. O primeiro apelo, segundo a autora está presente no título e, o segundo, o *lead*, foi criado e passou a constituir um traço importante para agarrar o consumidor no contato imediato:

Esse apelo adquiriu tanta significação que se desdobrou em outras formas como os subtítulos abaixo dos títulos, os supratítulos introduzindo os títulos ou simplesmente chamados “olhos”, textos irregulares, em corpo maior, espalhados pela página para apregoar informações. (MEDINA, 1988).

Para a escritora, com a expansão da fotografia no jornal – o grande apelo visual – surgiu a legenda, outro apelo linguístico da informação. Medina esclarece que a base de classificação para os títulos está condicionada aos seguintes critérios: o título anuncia o fato; o título resume a notícia; o título embeleza a página. Para Medina, os títulos não cabem mais em fórmulas de manuais e isso se vê claramente ao se folhear um jornal. Para a autora, o título tem de se manter substantivo/verbo, resumo frio da notícia que anuncia e se o fato, por si, for emocional, o título conciso e preciso transporta sua força.

Medina (1988) proclama que a mensagem-consumo exige título de apelo forte, bem nutrido de emoções, surpresas lúdicas, jogos visuais, artifícios linguísticos. Dessa forma, o título ganha vida de consumo como qualquer anúncio publicitário.

O terceiro apelo apontado por Medina (1988) nem sempre é trabalhado com a atenção que merece como adotado por esse critério. Para a autora a legenda tem o papel tradicional de formular um dado que diminua a abertura ambígua da fotografia ou nada mais do que identificar as pessoas fotografadas. Medina afirma que, na Década de 1960, as legendas tradicionais ficaram tão redundantes que as novas gerações repudiaram esse elemento como mensagem. A visão conceitual e o resgate do recurso gráfico como apelo partiu de dois importantes veículos impressos cariocas (Revista Veja e Jornal da Tarde) que optaram por informações interpretativas na legenda, jogando com detalhes concretos da cena, destacando um tipo e

associando ironicamente posições racionais às posturas gestuais, lançando certo suspense interrompido, brincando com elementos pitorescos da cena. Para a autora, a revista *Veja* sempre se vale desse apelo com mais atenção e, frequentemente, oferece os melhores exemplos dessa criação o que, por outro lado, é descuidada nos jornais diários.

Medina afirma ainda que para integrar as componentes da mensagem jornalística – título, *lead*, subtítulo e legenda – uma pesquisa concentrada demandaria muito esforço, mas valeria o investimento porque esses apelos são sintomas significativos da cultura de massa. Para a autora, títulos e *leads* anunciam uma mercadoria, o produto oferecido pelo jornalismo na indústria cultural.

4.5 – A cobertura de crimes cometidos por sociopatas

Os sociopatas são caracterizados pelo desprezo pelas obrigações sociais e por uma falta de consideração com os sentimentos dos outros. Eles exibem egocentrismo patológico, emoções superficiais, falta de auto-percepção, pobre controle da impulsividade (incluindo baixa tolerância para frustração e limiar baixo para descarga de agressão), irresponsabilidade, falta de empatia com outros seres humanos e ausência de remorso, ansiedade e sentimento de culpa em relação ao seu comportamento anti-social. Eles são geralmente cínicos, manipuladores, incapazes de manter uma relação e de amar. Eles mentem sem qualquer vergonha, roubam, abusam, trapaceiam, negligenciam suas famílias e parentes, e colocam em risco suas vidas e a de outras pessoas. (SABBATINI, 2009).

Para Cláudio Martins (1999), o alarde com que a mídia trata os casos de delitos, crimes e atrocidades cometidos por pessoas intensamente perturbadas demonstra o quanto todos nós somos suscetíveis a tal tipo de estímulos que passa a centralizar a preocupação das pessoas em geral.

Martins (1999) avalia que indivíduos com transtorno de personalidade antissocial, envolvidos com a mídia nacional, fazem parte de um grupo de pessoas severamente transtornadas que atingem cerca de 2 a 3% da população adulta, predominantemente masculina, sendo que são mais comumente encontradas em áreas metropolitanas pobres e com baixa escolaridade, por abandono precoce da escola. Há uma tendência para uma mobilidade social descendente na vida dos indivíduos antissociais, que tendem a ganhar e perder dinheiro de maneira cada vez mais cíclica, até finalmente estarem "exauridos" na meia-idade, o que muitas vezes é agregado a alcoolismo e droga com a conseqüente debilitação severa.

O especialista avalia que deve ser questionado se a notoriedade passageira e assegurada pelas capas de revista, pelas matérias extensas nos diversos veículos de comunicação pode vir a estimular pessoas despreparadas para o convívio social, a ponto de se sentirem invadidas por uma compulsão incontrolável e serem levadas a repetir ou superar "proezas" do sociopatas da vez. O autor afirma que, evidentemente, há sociopatas presentes em nossa sociedade, quer tenham divulgação na mídia ou não. Mas que, por outro lado, há uma tendência de complicações e repetições mais seguidas destes distúrbios comportamentais quando do estímulo mídia.

As matérias jornalísticas, que têm como pano de fundo os crimes praticados por seriais killers, abusam dos recursos gráficos e visuais disponíveis para as páginas impressas. O que a fonte, oficiosa ou não, cedeu ao veículo é transformado em palavras e expressões que prendem a atenção do leitor pelo sensacionalismo ou pelas implicações decorrentes ao crime em si. A oferta da leitura está, portanto, diretamente vinculada à curiosidade sobre o tema e, para entender esse mecanismo sedutor, a investigação jornalística é o tema a ser tratado na próxima seção.

5 A INVESTIGAÇÃO JORNALÍSTICA

Segundo Mouillaud (2002), o que está fora de quadro é testemunha de uma presença mais inquietante, a qual não se pode mais dizer que existe, mas, preferencialmente, que “insiste” ou “subsiste”, um “Além mais radical”. A analogia citada pelo autor diz respeito às investigações (policiais ou jornalísticas) no momento em que, ao colocarem tantas questões, ou mais, do que revelam de respostas, toda a verificação provoca uma nova interrogação como seu suplemento.

Segundo Mouillaud (2002), a investigação obedece preferencialmente a um momento fractal e não a um modelo linear. Já a informação procede por uma série de deslizos e, prosseguindo, apaga atrás de si seu próprio rastro, perde de vista sua origem, o “ponto” donde partiu.

A diferenciação no contexto entre investigação x informação feita por Mouillaud (2002) leva ao questionamento, ao que está difuso e ao que deve ser a zona de interação do jornalista e seu público na produção e construção da notícia. Mouillaud (2002) afirma que dizer “o que ocorreu” obriga selecionar certos dados e ligá-los entre si para formar um fio; logo, “algo ocorreu” e os nós da narrativa tradicional são desfeitos para reconstruir o fluxo. O autor conceitua que todo esse processo pressupõe uma escolha arbitrária dos dados e, cada uma das escolhas, induz a uma história diferente. O autor confirma que múltiplos outros cenários permanecerão virtuais e nunca serão escritos. Dessa forma o autor descreve o processo de visibilidade como:

- Delimitando um campo e um fora de quadro; o quadro determina o que deve ser visto (o dever-ver)
- Focalizando a visão no interior de seus limites, ele a unifica em uma cena; os dados isolados pelo quadro tendem à solidarizarão entre eles. (MOUILLAUD, 2002)

Esta visibilidade aplicada à realidade brasileira foi encontrada por Cremilda Medina (1988) ao narrar o estilo peculiar e inovador de jornalismo feito por João do Rio, na cidade do Rio de Janeiro, no início do Século XX. Segundo a autora, a observação da realidade, como característica essencial do repórter, foi realmente o ponto de partida para o jornalista ao produzir reportagens e ao renovar a crônica. A

contribuição do jornalista João do Rio para o universo da informação jornalística foi assim pontuada por Medina (1988):

- A observação da realidade
- A coleta de informações, por meio de entrevistas a fontes específicas, a fontes anônimas ou a fontes imprecisamente identificadas;
- A ampliação da informação nuclear em um certo aprofundamento de contexto, de humanização e de reconstituição histórica.

Quanto ao tratamento estilístico:

- A descrição de ambientes e fatos e o repórter como narrador
- O diálogo repórter/fonte
- O ritmo narrativo da reportagem
- A frase e os recursos literários

O jornalismo em si é constituído por significados e características que os diferenciam um do outro, Por outro lado, têm um objetivo em comum: que é informar à sociedade. Medina (1988) usa os recursos e mudanças históricas havidas no jornalismo, ocorridas dentro da ampliação da notícia, para assim classificá-lo:

- informativo: mais um conteúdo para consumir. Presença mais significativa da grande imprensa diária: mais como notícias e não como reportagens.
- interpretativo: é a velha categoria, primeira em escala histórica. Também definido amplamente como explicativo, original, investigativo e motivacional.
- opinativo: o fato comentado e avaliado numa argumentação demonstrativa. Presente em uma grande variedade de artigos, crônicas e críticas.

Um desses significados diz respeito ao hoje chamado jornalismo investigativo: busca das causas e origens dos fatos, ligação entre eles e explicação para a sua ocorrência. Nascimento (2010) ao argumento de seus pares, sobre a afirmativa de que não há jornalismo investigativo, mas sim que todo jornalismo

“deveria” ser investigativo, relata que, no mundo real, a maioria das matérias publicadas pela imprensa não são investigativas, mas ainda são matérias jornalísticas. O autor pondera que, como só algumas matérias jornalísticas são investigativas, é fato que o jornalismo investigativo existe e se diferencia do jornalismo diário e de outras formas mais comuns de ser fazer jornalismo.

Nascimento (2010) utiliza da visão de vários autores na tentativa de definir o que é jornalismo investigativo. A premissa básica é que ele pode ser definido pelo tipo de tema que aborda:

Esse tipo de jornalismo é marcado pela busca por irregularidades envolvendo pessoas do governo e outras autoridades [...] *watchdog journalism*, algo como um “jornalismo cão de guarda [...] Também se pode definir jornalismo investigativo pela reação que ele gera. (SÍLVIO WAISBORD *APUD NASCIMENTO, 2010*)

Uma característica essencial do jornalismo investigativo é mostrar uma denúncia que provoque surpresa e revolta no público [...] *journalism of outrage*, o que pode ser definido como jornalismo de indignação. [...] Outra maneira de definir determinado tipo de jornalismo como investigativo é analisar a apuração jornalística, ou seja, a forma como determinada reportagem foi obtida. (DAVID PROTESS *apud NASCIMENTO, 2010*).

Jornalismo investigativo é aquele que produz a descoberta de alguma coisa e resulta do esforço e iniciativa de repórteres (BOB GREENE *apud NASCIMENTO, 2010*).

Nascimento (2010) complementa que, na visão dos três autores, o jornalismo investigativo vai além dos limites do jornalismo diário e consegue confrontar a realidade de forma mais direta e completa. A importante visão de Ralph Negrine apontada por ele lista o que o pesquisador chama de apuração jornalística passiva e ativa e que incide diretamente no fazer jornalismo investigativo. Na forma ativa, o jornalista revela e reúne pedaços de informações, criando entre elas ligações até então desconhecidas. A forma passiva é caracterizada pela recepção, como a que ocorre com o vazamento de informação por alguma autoridade.

Segundo o manual de reportagem publicado em 1983 pela *Investigative Reporters and Editors* (IRE)¹⁵, há três pré-requisitos para que uma reportagem seja considerada investigativa (NASCIMENTO, 2010):

- 1 – A investigação deve ser trabalho do repórter, não uma reportagem sobre investigação feita por outra pessoa;
- 2 – O tema da reportagem deve ser de relativa importância para o leitor ou espectador;
- 3 – O assunto deve ser algo que esteja sendo escondido do público;

A tendência na liberdade de apuração independente e no resultado focado no trabalho do jornalista é também defendida por Santoro (2004) e define investigação jornalística como:

- 1 – Ela é realizada pelo jornalista, não pela justiça, pela polícia ou por particulares interessados;
- 2 – Ela é realizada com a superação de obstáculos dos que tentam manter a informação oculta;
- 3 – Ela trata de temas que interessam a opinião pública.

Nascimento (2010) usa a obra de Kovach e Rosenstiel (2003) para definir os três tipos distintos de reportagens que lidam com investigações:

1 – Reportagem investigativa original: é o modelo clássico do jornalismo investigativo. A sua produção envolve os próprios repórteres na descoberta e documentação de atividades até então desconhecidas do público. É um tipo de reportagem que quase sempre acaba em investigações oficiais sobre o assunto, um exemplo clássico da imprensa pressionando as instituições em nome do público. Pode usar táticas similares às do trabalho policial, como sair em busca de informações, consultas a documentos públicos, uso de informantes e, até, em

¹⁵INVESTIGATIVE REPORTERS AND EDITORS (Repórteres e Editores Investigativos), com mais de quatro mil membros de 27 países o Investigative Reporters and Editors (IRE) é a maior associação de jornalismo investigativo do mundo. Com base na Faculdade de Jornalismo da Universidade do Missouri, o IRE promove conferências, distribui prêmios, dirige workshops de treinamento e oferece recursos sobre metodologia investigativa, liberdade de informação, reportagens com assistência do computador, entre outros.

circunstâncias especiais, trabalho secreto ou monitoração subreptícia de atividades.

2 – Reportagem investigativa interpretativa: esse tipo guarda semelhança com a reportagem investigativa original. A principal diferença é que a reportagem interpretativa não trata apenas de fatos completamente desconhecidos, mas sim de uma ligação ou uma rede de ligações nova para algo que já era de domínio público. Esse tipo de reportagem surge como resultado de cuidadosa reflexão e análise de uma ideia, bem como de uma busca obstinada dos fatos para reunir informação em um novo e mais complexo contexto, que fornece ao público um melhor entendimento do que acontece. Normalmente, envolve assuntos mais complexos ou um conjunto de fatos, mais do que uma denúncia clássica. Revela uma nova forma de olhar alguma coisa, bem como novas informações sobre o assunto. A diferença entre os dois tipos de reportagem é que, no segundo caso, os fatos são parcialmente conhecidos. De qualquer forma, nos dois casos, trata-se de uma descoberta efetivamente feita pelo jornalista.

3 – Reportagem sobre investigações: o último tipo de reportagem tratado por Kovach e Rosenstiel (2003) e apontado por Nascimento (2010) é distinto. É o chamado jornalismo sobre investigações. Nessa forma de reportagem perde-se o adjetivo “investigativo”, pois, na prática, a investigação deixa de ser uma forma de apuração da reportagem, o que qualificaria o tipo de jornalismo passa a ser o tema da reportagem. São matérias jornalísticas que se dedicam ao acompanhamento de investigações em andamento. A reportagem se origina da descoberta ou do vazamento de informação de uma investigação oficial em andamento ou em processo de preparação por outras fontes, geralmente agências governamentais. Kovach e Rosenstiel *apud* Nascimento (2010) apontam riscos na produção desse tipo de reportagem, sendo o principal deles a dependência muito grande do repórter em relação à fonte. Como têm acesso só à parte da investigação que lhe foi liberada, os jornalistas não têm controle sobre o processo, o que aumenta a possibilidade de serem usados pelas fontes. A imprensa, na visão dos autores, fica vulnerável e se converte em um instrumento dessas mesmas organizações.

O jornalismo investigativo, na visão de autores e de pesquisadores, implica um trabalho ativo de apuração do repórter. E, por isso, vazamento de informações por

autoridades, repasse de descobertas de terceiros, reprodução de algum tipo de revelação obtida por um investigador que não seja o jornalista não são considerados exemplos de jornalismo investigativo. A ressalva feita pelos autores e outros pesquisadores apontados por Nascimento (2010) é que não pode ser considerada investigativa uma reportagem que revela uma investigação feita por autoridades que têm como ofício fazer investigações. E concluem que jornalismo investigativo só existe quando há investigação e quando quem investiga é o próprio jornalista.

5.1 Âmbito do jornalismo investigativo

A exemplo do que ocorre com a história do jornalismo em outros países, não é fácil definir o momento exato em que as reportagens investigativas começaram a aparecer no Brasil (Nascimento, 2010). Porém, o autor corrobora a visão de outros especialistas da área em afirmar que o jornalismo investigativo se firmou como tendência após o processo de redemocratização brasileiro.

Nascimento (2010) argumenta que há uma grande diferença entre descobrir uma irregularidade e descobrir que alguém descobriu uma irregularidade. A distinção se torna o cerne do âmbito do jornalismo investigativo, vez que tem sua própria identidade ao se diferir do factual, do diário e de outras formas mais comuns de se fazer jornalismo. Os assuntos apurados por um jornalista investigativo, pautado em seu esforço e investigação próprios, demandam maior profundidade de análise e tempo de produção da reportagem.

Nesse contexto, Nascimento (2010) volta a afirmar que investigações oficiais deveriam servir como indícios para uma pauta jornalística, o que implicaria apuração do repórter e não como material pronto para divulgação. O autor referenda ainda que o jornalismo que trata de investigações oficiais não é um jornalismo específico, ele simplesmente não é jornalismo investigativo.

5.2 Características do jornalismo investigativo

A principal característica do jornalismo investigativo - senão a mais importante - é a descoberta de alguma coisa oculta fruto de investigação pelo profissional da imprensa. As definições apontadas por Nascimento (2010) sugerem que, além da investigação, a reportagem investigativa torna públicas ações ilegais

que vão contra o interesse da sociedade e é fruto de um trabalho executado única e exclusivamente pelo repórter investigativo, que tem a seu cargo a definição de metas, produção e resultado da matéria.

5.3 O processo de investigação jornalística

A dinâmica de um processo de investigação jornalística é o caminho traçado pelo repórter da obtenção de um dado, sem cunho oficial, até a confirmação e a publicação do fato. Nesse aspecto, Nascimento (2010) faz um aparte no tocante de que informações oficiais podem ser usadas como um acessório para a investigação jornalística: reforçando a apuração, esclarecendo dúvidas e confirmando dados que o repórter tiver descoberto. Dessa forma, toda a construção da matéria, como já abordado anteriormente, é fruto do repórter investigativo, desde a obtenção de indícios para iniciar a investigação, definição do campo de investigação e método de trabalho, busca de fontes, comprovação dos dados e avaliação final da investigação jornalística, se mensurando os efeitos que a reportagem poderá provocar em seu público, quando divulgada.

5.4 características do jornalista investigativo

Na construção da reportagem jornalística, Bucci (2009) afirma que o jornalista não tem o direito de abdicar de sua liberdade. Essa característica para o exercício profissional está subdividida em três proposições:

- 1 – Os jornalistas e os órgãos de imprensa não têm o direito de não ser livres, não têm o direito de não demarcar a sua independência a cada pergunta que fazem, a cada passo que dão, a cada palavra que escrevem;
- 2 – Cultivar, exercer e tornar cada vez mais explícita a liberdade com que exercem o seu ofício é o primeiro e o mais alto dever dos profissionais de imprensa;
- 3 – Os jornalistas devem recusar qualquer vínculo, direto ou indireto, com instituições, causas ou interesses comerciais que possa acarretar – ou dar a impressão de que venha a acarretar – a captura do modo como veem, relatam e se relacionam com os fatos e as ideias que estão encarregadas de cobrir.

Waisbord *apud* Nascimento (2010) aponta que o jornalismo investigativo permite o conhecimento público de ações ilegais, um recurso fundamental para a *accountability*¹⁶, que designa responsabilidade e atualmente envolve conceitos como democracia, transparência e fiscalização de instituições públicas. Para o exercício dessa atividade investigativa e proteção a esse princípio, o autor argumenta que o jornalista, ao investigar o fato, tem maior capacidade de analisar contradições, incongruências e equívocos que aparecem na investigação.

5.5 Jornalismo investigativo ou jornalismo da investigação

Nascimento (2010) afirma que nas três últimas décadas a história do jornalismo investigativo brasileiro produziu, em diversos momentos, reportagens com denúncias que causaram grande impacto. O autor lista que, a partir do começo de redemocratização no país, o jornalismo investigativo se firmou como tendência na imprensa brasileira.

Essa constatação foi descrita pelo autor em pesquisa realizada em matérias jornalísticas, entre os anos de 1989 a 2006, tendo como objetos de estudo três grandes revistas de circulação semanal: *Época*, *Veja* e *Isto É*, além de entrevistas com jornalistas sobre a percepção do aumento da publicação de reportagens com base em informações oficiais.

O autor considera como reportagens investigativas as que nela se enquadram e se pautam em denúncias e que não possuem nenhum elemento que revele ser fruto de investigações oficiais, feitas por autoridades. Dessa forma, são consideradas reportagens investigativas aquelas clássicas, que são fruto da investigação do próprio repórter.

A outra categoria apontada por Nascimento (2010) diz respeito às reportagens sobre investigações. São elas as que divulgam o trabalho de investigação das autoridades. Essas reportagens trazem em seu conteúdo e de forma clara no texto o serviço produzido por uma fonte oficial. As reportagens sobre investigações são aquelas em que há a presença de expressões que deixam clara

¹⁶Accountability has been providing solutions to the most critical challenges in corporate responsibility and sustainable development. Fornecer soluções para os desafios mais críticos em responsabilidade corporativa e desenvolvimento sustentável. Account: conta. Em português pode ser definido também como responsabilização.

sua origem em investigações oficiais.

O autor aponta ainda que há determinados casos em que uma autoridade - policial ou fiscal - por exemplo, passam a jornalistas informações de uma investigação em andamento, mas solicita omissão de qualquer indício sobre a origem dos dados, por medo de represálias ou outra razão. Nesse terceiro item, o autor considera a classificação como simples reportagem investigativa.

O mesmo conceito é aplicado à possibilidade do repórter ter recebido um dossiê com documentos e provas que embasem uma denúncia e publique uma reportagem com essas informações. Para o autor, não se trataria de reportagem sobre investigação e tampouco uma reportagem investigativa, pois o jornalista recebeu o material pronto, não fez ele próprio a investigação. Nesse caso, o autor classifica a reportagem como não-investigativa.

Sobre as causas da expansão das reportagens sobre investigações, o autor lista quatro causas:

- Causas extrarredações

Também definidas como “causas histórico/institucionais”. Mudanças registradas na história recente do país sem uma vinculação direta com alterações ocorridas dentro dos veículos de comunicação. Para Nascimento (2010), a publicação de informações relacionadas a investigações oficiais teve um acréscimo porque houve um aumento no volume dessas informações. Assim, é possível pressupor que antes da melhoria do aparato fiscalizatório e antes de as instituições brasileiras se readaptarem ao novo cenário democrático havia menos investigações oficiais e, por isso, a publicação de reportagens com base nelas era menor.

- Causas relacionadas a empresas jornalísticas

Para Nascimento(2010), de acordo com pesquisa quantitativa feita, fica clara a influência do fator financeiro no aumento da publicação de reportagens sobre investigações. Na avaliação dos entrevistados, o aumento do lucro de empresas - caso de busca por um produto diferenciado capaz de atrair leitores e anunciantes, e a redução de gastos (como ocorre com a diminuição das equipes nas redações e com a proteção contra ações judiciais – estão na base da prática de se publicar reportagens originárias de investigações oficiais. Um fator que quantifica essa causa é a

diminuição nas equipes de repórteres – que reduziria a estrutura para a realização de grandes empreitadas investigativas dos próprios jornalistas - e, com isso, estimularia a divulgação de investigação de terceiros.

- Causas relacionadas a empresas jornalísticas e a jornalistas

Estão relacionadas a duas razões: a cobertura do governo Collor e o apreço por informações oficiais. A CPI instalada no primeiro exemplo se tornou celeiro de informações para jornalistas, ainda que, ao contrário do que ocorreu em episódios anteriores, a investigação do Congresso tenha sido feita em grande parte a reboque da investigação da imprensa: as reportagens investigativas alimentaram a CPI que, por sua vez, alimentou as reportagens sobre investigações. Já a atração da imprensa por informações e fontes oficiais estimularia a publicação de reportagens com base em investigações formais.

- Causas relacionadas a jornalistas

As entrevistas concedidas a Nascimento (2010) sobre o fenômeno do jornalismo investigativo considera como referência direta o trabalho de profissionais para o aumento na publicação de reportagens com base em investigações de autoridades. A promulgação da Constituição Brasileira em 1988, logo após o último regime militar, teria servido como aprendizado para jornalistas, que teriam ganhado uma noção mais nítida sobre os deveres, desvios e possíveis crimes de autoridades. O advento da *internet*, com novas ferramentas que facilitaram a busca de informações sobre autoridades é também listado como fator preponderante para o aumento das matérias sobre investigações. Alguns jornalistas consideram que jornalismo investigativo e jornalismo sobre investigações são parte de um mesmo conjunto. E, na avaliação de Nascimento (2010), é possível mostrar que não houve aumento na publicação de reportagens investigativas, mas sim o crescimento no número de reportagens sobre investigações. A causa para esse impulso, verificado entre o final da Década de 1980 e começo do Século XXI, foi a divulgação de investigações oficiais e não da investigação jornalística. Para Nascimento (2010), o repórter tem uma grande influência na definição do que um veículo de comunicação publica e referenda e que o quadro atual seria bem diferente se repórteres estivessem sugerindo mais

reportagens investigativas e menos reportagens sobre investigações. O autor concluiu que a responsabilidade individual nesse fenômeno – o crescimento das publicações de reportagens sobre investigações – é bem maior do que parece.

Os autores são enfáticos em apontar que há um crescimento cada vez maior da difusão da notícia policial. Por outro lado, esses mesmos autores apontam a necessidade de especialização e o investimento na apuração e na investigação jornalísticas. Elas não devem ser produtos da obediência a uma sugestão de pauta, que é prévia e convenientemente redigida. Continuando no esclarecimento e na distinção do que é investigação jornalística e como se processa uma investigação criminal, é que serão expostos na próxima seção os relatos e dados obtidos na investigação sobre as vítimas do “Maníaco de Contagem”.

6 AS VÍTIMAS DO MANÍACO DE CONTAGEM

Para a investigação dos cinco homicídios atribuídos a Marcos Antunes Trigueiro, apelidado pela mídia como o “Maníaco de Contagem”, foi instituída uma força-tarefa com policiais experientes na área de telefonia, sequestro e cárcere privado, cruzamentos de dados técnicos e logística, necessidade de apoio psicológico e várias sessões com o retratista designado para a equipe na composição de um retrato falado e junção dos casos em uma só unidade, antes distribuídas pela Divisão de Referência da Pessoa Desaparecida (DRPD), Delegacia Regional de Polícia Civil Noroeste, Delegacia Especializada de Homicídios de Ribeirão das Neves e Delegacia de Polícia Civil de Sarzedo. Todos os casos, ocorridos entre o segundo semestre de 2009 e janeiro de 2010, ficaram sob a competência da Delegacia Especializada de Homicídios Barreiro, região onde a maior parte das vítimas foi encontrada. O início das investigações pela Polícia Civil se deu da seguinte forma cronológica:

Caso 1

Vítima: Adiná Feitor Porto, 34 anos, gerente comercial, casada, dois filhos.

Data, local e hora do fato: dia 26 de janeiro de 2009, entre 14h e 17h30, no final da Rua A (início da Mata de Sarzedo) - Bairro Riacho da Mata - Sarzedo/MG.

Relato: No dia 03 de fevereiro de 2009, uma semana após o desaparecimento, o cadáver de Adiná Feitor Porto foi encontrado em meio à mata fechada no município

de Sarzedo/MG. O corpo apresentava adiantado estado de putrefação, não havendo qualquer objeto pessoal que auxiliasse na identificação. A vítima estava vestida, faltando apenas os sapatos. Horas depois, foi reconhecida no Posto Médico-Legal de Betim e o exame necroscópico indicou sinais de estrangulamento e violência sexual. Foi feita coleta de material genético para posterior confronto, com resultado inconclusivo. O veículo que Adiná conduzia foi encontrado na mesma noite de seu desaparecimento, abandonado na Rua Aristolino Basílio de Oliveira, nº 322 - Bairro Regina, em Belo Horizonte, próximo à Via Expressa. A vistoria realizada no veículo indica que a lataria estava impregnada de folhagens e terra. Internamente, sobre os quatro tapetes do veículo, se constatou a presença de terra marrom. Tal fato levou à presunção de que o veículo poderia ter sido utilizado por mais pessoas que não a condutora. O celular e o som do carro da vítima não foram encontrados no local do crime. No dia do crime, cerca de 30 minutos após a saída de Adiná, o marido ligou para o telefone celular dela. A vítima atendeu com um tom de preocupação na voz, limitando-se a dizer que atendia um cliente. Nenhum outro contato foi conseguido com a vítima. O chip do celular foi descartado em via pública, no viaduto do Bairro Água Branca, em Contagem, na Grande BH. Recolhido por uma testemunha foi utilizado por ela em seu telefone pessoal. O objeto foi posteriormente devolvido ao marido da vítima após ligação para o número. O item consta como item de prova.

Caso 2

Vítima: Ana Carolina Menezes Assunção, 27 anos, administradora de empresas, amasiada, um filho.

Data, local e hora do fato: dia 16 de abril de 2009, entre 19h e 21h, na Avenida Ribeiro de Paiva, altura do nº 950 - Bairro Alto dos Pinheiros – Belo Horizonte/MG.

Relato: no dia 16 de abril de 2009, na Avenida Governador Benedito Valadares, próximo ao número 848, no bairro João Pinheiro, na região Noroeste da capital, Ana Carolina Menezes Assunção foi encontrada morta no banco traseiro de seu veículo. Um cadarço em torno do pescoço da vítima, medindo 1,70 cm, indicava o estrangulamento, a ausência de vestes, o estupro. O filho de Ana Carolina, à época com aproximadamente um ano de idade, foi encontrado com vida dormindo sob o ventre da mãe. O bebê foi resgatado pela primeira viatura da Polícia Militar que compareceu ao local. As roupas da criança estavam impregnadas com o sangue da

mãe. Durante o exame necroscópico realizado em Ana Carolina, foram colhidas amostras genéticas para confronto, pois se constatou a ocorrência de coito anal e vaginal. No interior do veículo, foi encontrada a quantia de R\$ 210,00 e um cartão bancário. O celular que Ana Carolina usava foi subtraído e era de propriedade do marido da vítima e para o qual ele teria ligado. Na primeira ligação feita por um irmão, Ana Carolina teria atendido com uma voz estranha e, questionada sobre onde estaria, respondeu brevemente que estaria no bairro e que não iria demorar. Intrigado com a reação da irmã efetuou nova ligação, tendo ela atendido e respondido a mesma coisa. Preocupado com as evasivas da irmã, passou o telefone para o cunhado que insistiu em saber o exato local onde a vítima estava. Ana Carolina teria respondido que estava no bairro e que não era para que o marido perguntasse muito coisa. Naquele dia “Carol”, como era conhecida, saiu de casa por volta das 18h, foi até a Avenida Tiradentes, no Bairro Industrial, para buscar sua mãe no trabalho, como de costume.

Caso 3

Vítima: Maria Helena Lopes Aguilar, 48 anos, comerciante, separada judicialmente, dois filhos

Data, local e hora do fato: dia 17 de setembro de 2009, entre 19h e 1h, às margens da BR 356 - Bairro Olhos D'Água - Belo Horizonte/MG.

Relato: no dia 17 de setembro de 2009, na Rua Trompetes, em frente ao número 94, no Bairro Califórnia, em Belo Horizonte, Maria Helena Lopes Aguilar fora encontrada morta, no interior do seu veículo, apresentando sinais de violência sexual e estrangulamento com o cinto de segurança dianteiro direito do veículo foi usado para o crime. A vítima estava vestida com um body (colant) aberto, assim como o primeiro botão de sua calça jeans. A princípio, presumiu-se que a vítima tivesse sido assassinada naquele local, fato posteriormente retificado com a prisão e confissão do autor. Durante o exame necroscópico, foram destacadas várias lesões externas que confirmaram a presença de reação vital nos tecidos e que a vítima foi estrangulada com vida. O exame dos pulmões apresentou manchas de *Tardieu* e sangue escuro, típicos da morte por asfixia. Também foram colhidas amostras em swabs vaginais e anais para pesquisa de esperma e DNA, para posterior confronto. No interior do veículo foram encontrados diversos recibos e nota fiscais, além de um comprovante de estacionamento com saída às 18h30 do dia anterior de um shopping situado no

Barro Preto, local de trabalho da vítima. No interior do veículo foram encontrados resíduos de fezes humanas. Em entrevistas, levantou-se a possibilidade de Maria Helena estar desaparecida desde as 19h do dia 16/09/2009, dia e horário em que teria feito o último contato com familiares.

Caso 4

Vítima: Natália Cristina de Almeida Paiva, 27 anos, estudante, solteira, dois filhos

Data, local e hora do fato: dia 07 de outubro de 2009, entre 06h30 e 11h, em um loteamento denominado Belvedere, no final da Rua 68, sem número - Bairro Alterosa, Ribeirão das Neves/MG.

Relato: O corpo da estudante Natália Cristina de Almeida Paiva foi localizado no dia 07 de outubro de 2009, em um loteamento denominado Belvedere, no final da Rua 68, s/nº - Bairro Alterosa, em Ribeirão das Neves/MG. A vítima estava vestida e calçada apenas no pé esquerdo, enquanto o do pé direito estava ao lado do corpo, sem o cadarço. O laudo de exame necroscópico aponta que: Na descrição das vestes e objetos pessoais destacamos o cadarço branco do tênis da vítima, com nó em meio a fios de cabelo e ainda um segmento de fio telefônico, espiralado, de cor cinza, com nó em meio a fios de cabelo. Ambos os instrumentos foram utilizados para estrangular a vítima. Os diâmetros de 90 mm referentes às circunferências definidas pelo cadarço branco de calçado e o segmento de fio telefônico (menores que o do pescoço de um indivíduo adulto, com suas partes moles), mostraram-se compatíveis com quadro de constrição do pescoço na modalidade estrangulamento”. O documento de necropsia aponta ainda cadáver reduzido a pelve e membros inferiores, na fase coliquativa¹⁷ inicial da putrefação e apresentava genitália externa feminina e na conclusão fora determinado o tempo de morte em torno de 15 a 30 dias. Devido ao estado do cadáver, a causa morte foi fixada como indeterminada “por acidente”. O telefone celular da vítima não foi localizado. No local, os peritos e investigadores também não encontraram documentos. O caso foi assumido pela Delegacia Especializada de Homicídios de Ribeirão das Neves que instaurou inquérito policial para apurar e encontro de cadáver do sexo feminino, até então identificado como Desconhecido nº

¹⁷ adjetivo (coliquar+ivo) 1. Caracterizado ou causado por liquefação de tecidos. 2 caracterizado por descarga excessiva de fluido de um tecido. <http://www.dicio.com.br/coliquativo>, acesso em 20/08/2010

526/09, que teria sido encontrado no local acima, no dia 29 de outubro de 2009, com sinais de estrangulamento. Paralelamente, a Divisão de Referência da Pessoa Desaparecida - DRPD, em Belo Horizonte, investigava desde o dia 7 de outubro de 2009, o desaparecimento de Natália Cristina de Almeida Paiva, que saiu de casa, por volta das 6h30, para ir à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, campus Betim, aonde cursava Direito. A DRPD ficou responsável pelas investigações até o início do mês de fevereiro de 2010, quando a Delegacia Especializada de Homicídios/Barreiro assumiu as duas investigações, uma vez que elas convergiam para uma mesma vítima e mesmo crime. Foi necessária a exumação dos restos mortais da Desconhecida nº 526/09 para a comparação odonto-legal entre os dentes do cadáver e a ficha clínica odontológica de Natália Cristina de Almeida Paiva. O resultado do Relatório Antropológico indica que não havia pontos discrepantes nos arcos dentários da Desconhecida nº 526/09 e os dados informados na documentação odontológica encaminhada de Natália Cristina de Almeida Paiva. Os familiares de Natália Cristina de Almeida Paiva reconheceram, de pronto e antes do confronto odontológico, as vestes da vítima.

Caso 5

Vítima: Edna Cordeiro de Oliveira Freitas, 35 anos, contadora, casada, uma filha

Data, local e hora do fato: dia 12 de novembro de 2009, entre 19h e 1h, na Rua Sólon, s/nº - entrada do Condomínio Retiro das Pedras - bairro Jardim Canadá, Nova Lima/MG.

Relato: No dia 12 de novembro de 2009, por volta das 7h, o cadáver de Edna Cordeiro de Oliveira Freitas foi encontrado em meio à vegetação de uma estrada de terra que dá acesso ao condomínio citado. O corpo já apresentava manchas características de algumas horas de morte, não havendo qualquer objeto pessoal que auxiliasse na identificação da vítima, que estava vestida e com apenas um pé de sapato. Havia sinais de estrangulamento no corpo. O marido de Edna Freitas, João Batista de Freitas, compareceu ao local durante os trabalhos e prontamente a identificou. Ele informou que sua esposa estava desaparecida desde as 19h do dia anterior. O veículo que a vítima conduzia foi encontrado abandonado na Rua Vicente Ferreira Carneiro, nº 925 - Bairro Industrial, Contagem/MG, próximo à sua casa. Segundo relato do solicitante, sua esposa teria saído de seu local de trabalho

(Faculdade FEAMIG) por volta das 19h. O último contato telefônico mantido entre ela e uma tia aconteceu trinta minutos depois. A filha do casal também tentou contato via celular, pois esperava que a mãe a buscasse na casa de uma vizinha. Após as 20h, o celular foi desligado. Até então, a única pista que se tinha era uma notificação de infração de trânsito, por excesso de velocidade, envolvendo o veículo da vítima, às 1h40 do dia 12/11/2009, na Via Expressa de Contagem, próximo ao nº 11.180.

Em janeiro de 2010, foi verificado que uma série de homicídios foi desencadeada e que guardavam semelhanças entre si pelo *modus operandi* do autor e pelo perfil semelhante das vítimas escolhidas, todas do sexo feminino e moradoras da mesma região.

O estupro e extermínio de Adiná Feitor Porto, Ana Carolina Menezes Assunção, Maria Helena Lopes Aguiar, Edna Cordeiro de Oliveira Freitas e Natália Cristina de Almeida Paiva Aguiar, apresentam o arrebatamento da vítima em seu próprio veículo, seguido de violência sexual contra elas e terminando com o estrangulamento fatal ainda no interior do carro.

Nota-se no decorrer dos relatórios conclusivos de inquéritos, o fato das vítimas guardarem características físicas semelhantes, possuírem veículo próprio, todos com insufilme, serem mães, morarem na mesma região e não terem, após a ação violenta, quaisquer bens, salvo o telefone celular, subtraídos. As investigações apontam que o assassino tinha por hábito deixar que as vítimas atendessem ao telefone para não levantar suspeitas nos familiares. A única exceção verificada foi no caso da comerciante Maria Helena, que além do celular também teve a quantia de R\$ 2 mil subtraída. Meses depois, Marcos Trigueiro confessaria ter subtraído certa quantia oferecida pela vítima em troca da própria vida.

A confirmação de que a Polícia Civil estaria investigando um assassino em série se concretizou com o relatório da Seção Técnica de Biologia e Bacteriologia Legal do Instituto de Criminalística, em fevereiro de 2010. A descoberta foi destaque de uma matéria no Jornal Estado de Minas e desencadeou a repercussão local e nacional sobre o assunto. O jornal usou dados e informações cedidos por uma fonte não identificada na matéria. O documento confirmava que o perfil genético encontrado nas amostras de sêmen recolhidas em Ana Carolina Menezes Assunção, Maria Helena Lopes Aguiar e Edna Cordeiro de Oliveira Freitas era coincidente, ou seja,

pertenciam a um mesmo indivíduo. O *modus operandi*, nos cinco casos, era o mesmo, estrangulamento e estupro das vítimas. A assinatura fechava o ciclo, com a subtração dos celulares e abandono dos chips.

Outra contribuição preponderante para a solução dos crimes partiu de duas testemunhas que viram o suspeito abandonar o local do crime e foram capazes de auxiliar na produção de um retrato falado. No caso de Natália Cristina de Almeida Paiva, uma testemunha que trabalhava em uma oficina no Bairro Barreiro de Baixo foi solicitada a socorrer um indivíduo alto, magro, cabelos castanhos escuros, pele morena clara, rosto fino, aparentando entre 27 e 33 anos, porque o veículo que conduzia estava com defeito. O mecânico verificou que o veículo estava sem gasolina. O indivíduo abandonou o veículo em frente ao estabelecimento onde a testemunha trabalhava. No dia seguinte ao ocorrido, a polícia esteve no local e constatou que o carro era da estudante desaparecida. Algum tempo depois, a mesma testemunha reconheceria, sem hesitar, Marcos Antunes Trigueiro como o condutor do veículo, no dia 6 de outubro de 2009, data da morte da estudante.

No caso de Ana Carolina Menezes Assunção, outra testemunha relatou aos responsáveis pelas comunicações de serviço, ter visto da janela de sua casa, no dia 16 de abril de 2009, por volta das 21h, um indivíduo alto, magro, pele branca, cabelos baixos e escuros, trajando calça comprida e blusa de malha clara, deixando o local aonde fora abandonado o veículo apressadamente e indo em direção ao ponto de ônibus na Via Expressa. Minutos depois percebeu, da mesma janela, a grande movimentação de policiais no local chegando a ver um deles com um bebezinho no colo (sic).

Vários suspeitos foram investigados e descartados na evolução dos inquéritos policiais, por não se enquadrarem no perfil branco, cabelos lisos e boa aparência. Amostras genéticas deles foram confrontadas com as deixadas pelo criminoso, bem como suas digitais equiparadas àquelas latentes deixadas nos veículos das vítimas. Várias motivações foram sugeridas, avaliadas e, por fim, abandonadas.

A outra parte da investigação se deteve na quebra de dados e sigilo telefônicos dos cinco aparelhos das vítimas. Em listagem fornecida pelas operadoras atuantes no Estado de Minas Gerais, pôde-se identificar entre alguns nomes os de Marcos Antunes Trigueiro e sua esposa Rose Paula Teixeira Câmara, como pessoas que utilizaram os telefones das vítimas após suas mortes. Os nomes de ambos são os

únicos que haviam utilizado três dos cinco celulares. O aparelho de propriedade de Natália Cristina de Almeida Paiva Aguiar foi utilizado após a inserção do chip registrado em nome de Rose Paula Teixeira Câmara, no dia 13/11/2009. O mesmo aparelho foi utilizado e registrado em nome de Marcos Antunes Trigueiro, no período de 23/10/2009 e 04/02/2010. Natália foi assassinada e estuprada no dia 07/10/2009, e Marcos Trigueiro utilizou o celular até pouco dias antes de sua prisão. O aparelho foi queimado por ele provavelmente na data de 04/02/10, último dia de sua utilização.

Em relação ao celular de propriedade de Maria Helena Lopes Aguiar, este fora utilizado com chip registrado em outra operadora e em nome de Rose Paula Teixeira Câmara, no dia 18/09/09. Maria Helena foi assassinada e estuprada dois dias antes. O celular de propriedade de Edna Cordeiro de Oliveira Freitas foi utilizado e registrado com chip de operadora também diferente do de sua titular e estava em nome de Rose Paula Teixeira Câmara. Rose Câmara teria usado o aparelho no período compreendido entre 12/11/2009 e 04/02/2010. Edna foi assassinada e estuprada no dia 11 de novembro de 2009. O aparelho era o segundo queimado na residência do suspeito, em 04/02/2010. Os aparelhos de Maria Helena Lopes Aguiar e Adná Feitor Porto, após utilizados pelo casal, foram revendidos para terceiros em posse de quem foram recuperados. O de Ana Carolina Menezes Assunção foi interceptado e encontrado em poder de terceiro, que também fez o registro de outro chip em seu nome.

A coincidência de um casal ter acesso aos celulares de três mulheres mortas, nas mesmas circunstâncias e em datas distintas, nenhuma delas tinha qualquer contato entre si ou com os ora suspeitos. Desta forma Marcos Antunes Trigueiro passou a ser o principal suspeito dos crimes e também o criminoso mais procurado do estado na ocasião. Um intenso levantamento da vida pregressa de “Marquinhos”, como era conhecido, passou a ser efetuado pelos policiais envolvidos na investigação. Atestou-se que o mesmo tinha antecedentes por crimes contra o patrimônio, já havia fugido de instituição prisional e poderia compor um perfil de alta periculosidade. O suspeito tinha endereços declarados no Bairro Regina e Bairro Industrial, epicentro dos ataques, muito próximo à residência de algumas vítimas e aos locais aonde seus carros foram abandonados após os crimes.

Com base nesses fortes indícios técnico-investigativos, foram cumpridos mandados de busca e apreensão e de prisões temporárias de Marcos Antunes

Trigueiro e Rose Paula Teixeira Câmara, em 24/02/2010, no bairro Industrial, em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Todos os aparelhos celulares das vítimas foram recuperados, apesar de dois deles terem sido queimados no interior da residência do suspeito.

Marcos Antunes Trigueiro foi preso debaixo da cama, as mãos sob o peito e olhando para cima. Os policiais tiveram que retirar a cama e ajudá-lo a se levantar. Durante a revista, se constatou que ele tinha uma bolsa de colostomia e um dos pés quebrado. As lesões foram decorrentes de tiros trocados com policiais em uma blitz que não foi por ele obedecida por medo de ser relacionado aos casos em apuração.

A versão apresentada por Marcos Trigueiro para os crimes é que perambulava pelo bairro e quando via uma mulher a abordava como se fosse um assalto. Inteligente, reproduz apenas o que os policiais já sabiam, confirma algumas versões e não dá mais detalhes dos crimes. Nos casos investigados cheguem trechos descritos em depoimentos de Marcos Trigueiro:

- Adiná Feitor Porto

“Alega não se recordar dos fatos com precisão. Lembra-se de ter abordado a vítima simulando estar portando uma arma de fogo. Ato seguinte adentrou o veículo no banco do passageiro e ordenou que esta dirigisse até o município de Sarzedo/MG. Assim feito, rumaram para uma estrada deserta naquelas imediações, local em que alega ter estuprado a vítima. Afirmou que se lembra de ter entrado em luta corporal com a vítima, após o ato sexual, sendo que acredita tê-la matado naquele momento. Recorda-se de ter colocado o corpo de Adiná em meio à mata fechada, afirmando acreditar que ela estaria apenas desmaiada. Inicialmente asseverou não se lembrar dos trajes usados pela vítima, mas, mostradas fotografias constantes do Laudo Perinecrocópico reconheceu as roupas. Não se lembrou aonde abandonou o carro e o local da abordagem, somente declinando ter sido durante o dia. Contou que durante o trajeto conversou com a vítima e esta lhe relatou que trabalhava com gesso. Fato curioso é a memória seletiva do indiciado. Este não se recorda de momentos marcantes de sua façanha, mas recorda-se de estar chovendo no dia. O que de fato estava. Ainda segundo Marcos, a vítima se vestiu por conta própria e, somente após vestida, estrangulou-a com as mãos. Não se lembra de ter subtraído o aparelho telefônico da vítima, apenas o sistema de som do carro. Perguntado se houve, além

das cinco mulheres assassinadas e estupradas, outras mulheres que estuprou mas não matou...Não lembrou. Na conversa com os policiais recordou-se ter avistado a vítima falando ao celular, no interior de seu carro, estacionado próximo à Feira da Toshiba (deslocamos até o local, na companhia de Marcos, que nos apontou a Rua Santa Maria, defronte ao nº 763, Bairro Lindéia). Era por volta de 14h30. Anunciou um assalto e ganhou acesso ao interior do veículo. O indiciado lembra-se até das roupas que estava usando no dia do crime. Ordenou que a vítima subisse os vidros do carro (insulfilm- preferência do assassino-estuprador) e a guiou para o local indicado. No trajeto, recorda-se que a vítima atendeu ao celular (provavelmente o marido conforme seu termo de declarações). Chegando ao local escolhido para o abate, Marcos ordenou que Adiná tirasse a roupa, passasse para o banco traseiro, momento em que ele desce e entra pela porta de trás (explica-se a terra encontrada nos quatro tapetes do veículo). Ali ele a estuprou, mandou que se vestisse e, aproveitando do momento em que ela terminava de vestir a calça, estrangulou-a até a morte. De forma simples, como quem executa uma tarefa primária, arrasta o corpo pra fora do carro, coloca na mata, assume a direção do veículo e calmamente deixa o local. Alega ter abandonado o carro depois de ter “dado um rolé” com o mesmo. Aparentemente a gasolina acabou na Via Expressa e o calmo indiciado desceu do veículo e embarcou em um ônibus coletivo próximo à estação do metrô do Eldorado. Já era fim de tarde, tendo então subtraído o celular e o som do carro da vítima. Descartou o chip nas proximidades e foi, tranquilo, para casa”.

- Ana Carolina Menezes Assunção

“Mostrada uma fotografia da vítima para o interrogado, reconheceu de pronto como a mulher que violentou e matou naquele fatídico 16 de abril de 2009. Recorda-se ter simulado estar portando uma arma de fogo e ter anunciado um assalto à vítima que encontrava-se com o carro parado em via pública. Imediatamente adentrou o veículo no banco do passageiro e ordenou que Ana Carolina dirigisse o carro até o Bairro João Pinheiro. Afirma lembrar-se que a vítima atendeu o telefone durante o trajeto, tendo desligado por conta própria por estar aterrorizada. Somente durante o percurso percebeu haver uma criança no banco de trás do carro, fato este que não mudou sua conduta. Já no Bairro João Pinheiro, adentraram em um terreno contíguo a um campo de futebol situado na Avenida Ribeiro de Paiva, altura do nº 950, Alto dos Pinheiros,

nesta, encontrando-se o local totalmente deserto, tendo então determinado que a vítima passasse para o banco traseiro do veículo. Segundo o declarante, a própria vítima colocou a criança no banco da frente do carro, provavelmente tentando evitar que o filho presenciasse a barbárie. Armado o cenário, Marcos estuprou Ana Carolina, não se recordando do número de vezes que o fez. Encerrado o estupro retirou o cadarço do próprio tênis e estrangulou a vítima até a morte. Mostrada a fotografia do cadarço reconheceu como seu. Saciado seu instinto predatório assumiu a direção do veículo automotor e dirigiu-se até a Via Expressa, local aonde abandonou o carro. Durante o trajeto a criança teria ido no banco ao seu lado afirmando não se recordar de ter colocado a criança no colo da mãe morta. Contou ainda que subtraiu o celular da vítima, retirou o chip e descartou ali mesmo, na Via Expressa. Afirma não haver em sua empreitada qualquer objetivo de lucro financeiro, sendo que levava os aparelhos das vítimas “por levar”. Ao final de seu depoimento lembrou-se que durante o ato sexual já estava com o cadarço envolto no pescoço da vítima e acredita que pode tê-la matado durante o coito forçado. Não conversou em momento algum com sua presa, não recorda se a criança chorava ou se a mãe pedia por misericórdia, não sabe se manteve relações orais ou anais com a vítima, sua memória vai e vem de acordo com sua conveniência. Perguntado se sentia remorso após os atos, responde que “acha” que sim”.

- Maria Helena Lopes Aguilar

“Marcos Antunes Trigueiro confessa ter estuprado e assassinado a vítima dos autos. Mostrada uma fotografia da vítima para o interrogado, reconheceu de pronto como a mulher que violentou e matou naquele fatídico 17 de setembro de 2009. Recorda-se ter abordado a vítima, no Bairro Industrial, no início da noite. Afirma ter simulado estar portando uma arma de fogo tendo então anunciado um assalto e adentrado o veículo no banco do passageiro. Ordenou que Maria Helena dirigisse até o Bairro Califórnia, tendo aproveitado-se de uma rua erma ali existente para estuprá-la no banco do passageiro. Recorda-se de ter mandado que a vítima reclinasse o banco para facilitar a conjunção forçada, assim como recorda-se que a vítima lutou bravamente contra suas investidas, tendo ambos entrado em luta corporal. Aqui fazemos uma pausa para explicitar algumas diferenças entre o depoimento prestado pelo indiciado em cartório, perante a autoridade policial que esta subscreve e o promotor de justiça

signatário, e a versão apresentada por ele aos policiais da força-tarefa em oportunidade que os acompanhou até os locais de execução dos crimes. No relatório circunstanciado de investigação, Marcos Antunes Trigueiro alega que abordou a vítima nas esquinas de ruas Tiradentes e Assis das Chagas, Bairro Industrial. Desta feita relata ter assumido a direção do veículo automotor da vítima, seguido pelo Anel Rodoviário, trafegado por algum tempo, chegando até o Bairro Belvedere. Dali subiu a BR-040, sentido Rio de Janeiro, e parou numa pequena estrada adjacente aos Motéis ali existentes. Há também diferenças no relato na matéria tocante à mecânica do ato sexual forçado. Somente então teria, já com a vítima morta no interior do veículo, dirigido até o Bairro Califórnia, outra região de Motéis, aonde abandonou o carro e embarcou em um ônibus coletivo da linha “Pindorama-Borba Gato” e posteriormente na linha 1113- Regina-Lindéia. Os agentes de polícia que o acompanharam durante a diligência afirmam que o mesmo estava muito seguro da rota demonstrada, sem titubear, um segundo, quanto aos locais ali apresentados. O indiciado abandonou o carro por volta da 1 h (madrugada), tendo levado da vítima o aparelho celular e a quantia de aproximadamente R\$ 200.00. Voltando às declarações prestadas em cartório, confessa ter roubado certa quantia em dinheiro da vítima, tendo retirado o numerário do porta luvas, após indicação desta que, naquele momento, pedia que poupasse sua vida e tentava “comprar” a clemência do assassino-estuprador. Entendemos, a partir daí, a ocorrência também do crime de roubo, em concurso material com os demais, considerando a violência e a grave ameaça empregadas pelo autor. Continua ao afirmar que se aproveitou do momento em que a vítima recolocava as roupas para “dar o bote” e estrangulá-la”

- Natália Cristina de Almeida Paiva

“Marcos Antunes Trigueiro confessa ter estuprado e assassinado a vítima dos autos. Mostrada uma fotografia da vítima para o interrogado, reconheceu de pronto como a mulher que violentou e matou naquele fatídico 07 de outubro de 2009. Antes de qualquer coisa, ressaltamos que existem divergências na versão apresentada pelo autor dos fatos no momento de seu interrogatório e naquela apresentada em entrevista reservada com a equipe de policiais (comunicação de serviço). Tais divergências não influem no produto final de suas ações, limitando-se aos locais de abordagem, local da entrevista de emprego, entre outros. Recordar-se ter avistado a

vítima dentro de uma camionete prata, parada, acendendo um cigarro. Era muito cedo e o declarante havia saído, naquela manhã, para submeter-se a uma entrevista de emprego. Aproximou-se então do veículo e anunciou um assalto, simulando estar portando uma arma de fogo. Ganhou a direção do veículo e rumou para um loteamento nas imediações de Ribeirão das Neves/MG. Uma vez no local, conduziu a vítima pelo braço até a clareira no meio da mata e a estuprou. Divaga ao afirmar que, diferentemente dos outros quatro casos, desta feita a vítima não resistiu ao ato sexual. Não obstante a estapafúrdia afirmação alega que não trocou qualquer carinho com a vítima, não a beijou, não conversou com a mesma, nem sequer sabia seu nome! Como assentir com a possibilidade de uma relação sexual consensual nesses moldes? Seguindo, alegou que insistiu na ocorrência de uma segunda relação sexual, momento em que entrou em luta corporal com a vítima. Sem saber explicar como, relata que a vítima estava deitada quando a estrangulou com o cadarço do tênis (na entrevista explica melhor, detalhando que primeiro desmaiou a vítima com a esganadura manual e depois finalizou o intento com o cadarço). Saciado no seu instinto predatório, retornou ao carro da vítima e dirigiu até a região do Barreiro. Recorda-se perfeitamente do auxílio prestado pela testemunha quando o combustível do veículo da vítima acabou. Como havia mais pessoas na via pública naquele momento, simulou uma conversa ao celular utilizando o aparelho subtraído da vítima, aproveitando-se para sair tranquilamente, caminhando, como se fosse buscar combustível. Já no trajeto para casa descartou o chip do aparelho em um bueiro de esgoto. Não apresenta qualquer motivação para seus atos e demonstra ser uma pessoa fria e engenhosa, capaz de dissimular quando necessário. Toma muito cuidado com as palavras, procurando, o tempo todo, não fornecer mais informações do que a própria polícia já tenha. Caí em contradições quando confrontado, deixando isto claro em seu depoimento. Recomendamos o confronto entre as declarações cartorárias e a entrevista na aludida comunicação de serviço”.

- Edna Cordeiro de Oliveira Freitas.

“Marcos Antunes Trigueiro confessa ter estuprado e assassinado a vítima dos autos. Mostrada uma fotografia da vítima para o interrogado, reconheceu de pronto como a mulher que violentou e matou naquele fatídico 12 de novembro de 2009. Recorda-se ter avistado o Fiat Palio Prata da vítima parado nas esquinas da Avenida Coronel

Benjamin Guimarães e Avenida JK. Edna estava de janelas abertas em seu interior e o declarante andava pela via pública. Simulando estar portando uma arma de fogo, anunciou um assalto à vítima. Imediatamente adentrou o veículo no banco do passageiro e ordenou que Edna dirigisse o carro até Nova Lima/MG. Afirma lembrar-se que a vítima atendeu o telefone durante o trajeto, tendo desligado por conta própria por estar aterrorizada. Segundo o declarante, tal local lhe era familiar, uma vez já havia trabalhado fazendo o calçamento do condomínio ali situado. Afirma não ter conversado com a vítima, tendo apenas perguntado seu nome. Ao chegar à estrada de acesso do condomínio, ordenou que Edna passasse para o banco de trás aonde a estuprou. Recorda-se que ela estava muito nervosa enquanto ele apenas dizia “Fica calma, vai ser rápido”. No depoimento alega não se recordar se a bolsa de colostomia que carrega rompeu, alegando que vira fezes, mas não sabia se eram suas. Já na comunicação de serviço de fls.316/328 contou, inclusive, que usou a blusa da vítima para limpar as fezes. O laudo confirma que havia fezes no carro. Findo o estupro alega que se iniciou uma discussão com a vítima, tendo ambos se digladiado. Nesse momento, lançou mão de um cabide que estava no banco de trás do carro, passou em torno do pescoço da vítima e a estrangulou sem piedade. Percebendo que havia morrido, pegou-a em seu colo e a colocou sobre a vegetação existente na beira da estrada de terra. Após desovado o cadáver, rodou com o carro da vítima por um trajeto que descreve nos autos, tendo inclusive sendo multado, abandonado o carro defronte a uma padaria no Bairro Industrial. A comunicação de serviço traz relatório circunstanciado e esclarecedor de entrevista realizada com o indiciado pelos agentes de polícia que a subscrevem. Especificamente sobre o caso da vítima dos autos, acrescenta-se que o indiciado relatou uma luta corporal ferrenha entre ambos, oportunidade em que a vítima chegou a bater a cabeça na coluna do teto do carro. Após o crime teria rodado bastante com o carro da vítima chegando a ir até o Bairro PTB em Betim/MG. Afirma ter furtado apenas o celular da vítima, mais nada. Conta que sua esposa chegou a utilizar, de boa-fé, o aparelho e confessa ter ateado fogo no mesmo, embora distorça os motivos que o levaram a fazê-lo. Teria chegado em casa de madrugada, encontrando a esposa já adormecida”.

As declarações da esposa de Marcos Trigueiro, Rose Paula Teixeira Câmara, relatam o seguinte: “que vive com Marcos Antunes Trigueiro há cinco anos.

Segundo a declarante, quatro meses após iniciado o relacionamento entre ambos, Marcos fora recapturado, uma vez que era foragido de uma penitenciária. Durante o cumprimento da pena ambos continuaram juntos, tendo nascido Carolina Beatriz Teixeira Câmara Trigueiro, filha biológica do casal, sendo que o indiciado ainda registrou Thiago Teixeira Câmara Trigueiro fruto de outro relacionamento da declarante. Em julho de 2008, com o indiciado já em liberdade, passaram a morar juntos, inicialmente na casa de sua genitora e a partir de janeiro de 2009 no Bairro Industrial. Descreve como malfadadas as atividades laborais exercidas por seu marido como pintor e escultor. Bizarramente contou-nos que chegou a conhecer a vítima dos autos quando comprou em sua loja um relógio. Posteriormente voltou até a loja por um defeito na pulseira do mesmo. Quando Ana Carolina foi encontrada morta chegou a mostrar o jornal ao marido dizendo que conhecia a mulher assassinada. Marcos Antunes Trigueiro, frio como constatamos, fingiu surpresa ao ver a notícia e chegou a aconselhar a declarante que tomasse cuidado ao sair de casa! Afirma que em meados de 2009 passou a suspeitar de um possível relacionamento extraconjugal do marido devido ao fato de este chegar em casa tarde da noite, tendo inclusive pernoitado fora em algumas ocasiões. Com relação aos aparelhos celulares das vítimas, recorda-se que dois deles lhe foram entregues pelo marido sob a alegação de que seriam parte do pagamento por um serviço efetuado. Quanto aos outros alega ter sido presenteada por Marcos que, questionado sobre a procedência dos aparelhos, alegava ter comprado a preço baixo no mercado paralelo. Lembra-se de ter vendido um dos aparelhos (Motorola V3 Preto) para vizinha de sua mãe. Outro aparelho teria sido vendido para Sonia, também vizinha de sua genitora. Marcos Antunes Trigueiro teria ficado com um dos aparelhos (“de dois chips”..referindo-se ao aparelho de Natália Cristina de Almeida Paiva Aguiar) e a declarante com um quarto que não soube declinar marca e modelo. Relatou que 15 dias antes deste depoimento o suspeito, sem maiores explicações, trancou-se no banheiro de casa e ateou fogo em dois dos aparelhos de telefone. Interpelado quanto à finalidade daquele ato, Marcos respondeu que não era apegado a bens materiais. Nenhuma explicação mais plausível fora apresentada nos dias que se seguiram. Assevera em seu interrogatório que, após saber da realidade dos fatos, acredita que o marido assim procedeu por ter visto a notícia nos jornais de que a polícia estaria monitorando os celulares das

vítimas. Descreve a vida sexual do casal como normal e afirma desconhecer, até a presente data, o fato de Marcos Antunes Trigueiro ser o “Maníaco do Industrial”.

A constatação dos cinco casos analisados é que Marcos Antunes Trigueiro, o “Maníaco de Contagem” agia sozinho e em seus crimes tinha associadas as intenções de matar e furtar. Inicialmente inflige violência sexual contra a vítima e posteriormente a assassina dolosamente. Logo após subtraía para si, carregando da cena do crime, coisa alheia móvel: o aparelho de celular da vítima. Para ele, era considerado um troféu. A sugestão da literatura sobre o ato é que é uma forma de se recordar das vítimas. Ao término das investigações, esse ato foi considerado a sua assinatura.

No dia 8 de março de 2010, Marcos Trigueiro foi indiciado pelo homicídio qualificado de Ana Carolina Menezes Assunção, cometido mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe, com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum e à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido, combinados com o artigo 213(estupro) e 155 (furto), todos do CPB em concurso material.

No dia 15 de março de 2010, Marcos Antunes Trigueiro foi indiciado pelos homicídios qualificados, estupros e furtos de Edna Cordeiro de Oliveira Freitas e Maria Helena Lopes Aguiar, conforme artigos 121, incisos I, III e IV, combinado com o artigo 213 (estupro), c/c artigo 155 (furto), todos do CPB em concurso material.

No dia 18 de março de 2010, Marcos Antunes Trigueiro foi indiciado pelo homicídio qualificado de Adiná Feitor Porto, combinado com estupro e furto, todos capitulados no Código Penal Brasileiro em concurso material.

No dia 23 de março de 2010, Marcos Antunes Trigueiro foi indiciado pelo homicídio qualificado de Natália Cristina de Almeida Paiva, conforme artigos 121, incisos I, III e IV, combinado com o artigo 213 (estupro), c/c artigo 155 (furto), todos do CPB em concurso material.

No dia 30 de junho de 2010, Marcos Antunes Trigueiro foi condenado a uma pena de 34 anos e quatro meses de prisão. Esse é o tempo que o “Maníaco de Contagem”, de 32 anos, terá que passar atrás das grades por ter estuprado e assassinado Ana Carolina Menezes, de 27 anos, em abril de 2009. A maior pena foi

pelo homicídio: 23 anos de reclusão. Além disso, ele ainda foi condenado à reclusão de nove anos e seis meses pelos dois estupros (anal e vaginal), dois anos mais multa por furto, e sete meses pela exposição do filho da empresária ao perigo. A pena deverá ser cumprida em regime fechado e ele não poderá recorrer em liberdade. Este foi o primeiro de uma série de julgamentos a que Marcos Trigueiro deve ainda ser submetido. Ele irá a júri popular pela morte e estupro de mais quatro mulheres em Belo Horizonte.

7 METODOLOGIA

Além do referencial teórico apropriado para a análise dos resultados e o caráter qualificativo da pesquisa, a metodologia escolhida pretendeu apontar o teor da qualidade na produção das matérias publicadas e a atuação investigativa do jornalista responsável, com observância para títulos, adjetivos, *lead* e pauta investigativa.

Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, de natureza qualitativa. A pesquisa documental apóia-se na análise de conteúdo das matérias publicadas.

Nos jornais escolhidos foram selecionadas seis matérias publicadas nas editorias Gerais (Estado de Minas), Minas (Hoje em Dia) e Cidades (O Tempo) onde são inseridos os temas Polícia, Criminalidade e Violência. Escolhidas em um universo de 113 publicadas sobre o tema, com abrangência de um mês de cobertura pelos três jornais citados, tem-se em um primeiro momento a investigação jornalística e a resposta dos demais impressos a essa abordagem. No segundo momento, a atividade policial é retratada nas páginas dos jornais. E, finalmente, a abordagem jornalística sobre a prisão do homem considerado como maníaco pela imprensa mineira finaliza o estudo de caso.

A adoção desses três momentos demonstra a atualidade, variedade e importância do papel de formador de opinião do jornalista, mas sem esquecer a crítica ao Jornalismo Investigativo desenvolvido no país por esses mesmos profissionais.

Nos jornais escolhidos foram separadas as matérias de cunho policial sobre os crimes cometidos pelo “Maníaco de Contagem”, publicadas em editorias específicas de cada um dos jornais. Foi utilizado um *clipping* das matérias de cada um dos três jornais analisados e em períodos específicos.

Nas entrevistas com os delegados Frederico Raso Lopes Abelha e Wagner Pinto de Souza foi possível traçar mais detalhadamente a investigação sobre crimes

em série. Para as entrevistas foi adotado roteiro semi-estruturado que permitiu entender as circunstâncias do crime de homicídio, as etapas de investigação adotadas e as experiências vivenciadas por policiais que lidam cotidianamente com as peculiaridades únicas do fator violência. As entrevistas foram anexadas na íntegra ao final da pesquisa.

8 INVESTIGAÇÃO E JORNALISMO

Aliar a investigação minuciosa dos fatos ao tratamento da informação de forma precisa à ética, à isenção, à imparcialidade e ao respeito às fontes são alguns dos atributos recorrentes à prática do jornalismo investigativo. Esses atributos, embora alguns autores defendam que devem estar presentes na redação de toda e qualquer notícia, se sobressai quando o assunto alia também técnicas policiais. Ter o domínio desse universo ou transitar por ele com familiaridade é garantia de conhecimento e informação correta aos leitores.

A investigação jornalística tem vários pontos em comum com a investigação policial, pois cada mínimo detalhe deve ser verificado pelo jornalista que está produzindo a matéria e, para isso, ele tem que obedecer a uma série de etapas para chegar ao final do processo e publicar a versão original conseguida através de apurações, com métodos por ele implantados e que permitiu efetuar todos os elementos que compõem a sua narrativa.

Assim, esse profissional não pode narrar uma visão pragmática do assunto ou mesmo calcá-lo numa versão simplista, já que todo o processo de apuração e investigação tem que ser criado por ele. Dominar essa técnica investigativa é parte do trabalho policial e, talvez por isso, imprensa e polícia continuam afinando o desencontro de linguagens entre elas.

A neutralidade do jornalismo e a transparência do trabalho policial são quesitos que devem ser extremamente bem limitados entre as duas instituições e que, de certa forma, possuem um mesmo público: a sociedade. E, por ela, os dois organismos devem ter cuidado na produção e disseminação de informações.

8.1 Por dentro dos crimes do Maníaco de Contagem

De acordo com o artigo 144 da Constituição Federal Brasileira, segurança pública é “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (CFB, 2010). O mesmo texto imputa às polícias civis o exercício das funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais, exceto as militares. Juridicamente, cabe a esse aparelho policial a investigação de crimes de dolo ou dano às pessoas. As investigações que tem como cunho a verificação do dolo trazem à luz a concretização da vontade num fato externo ou a consciência do agente do resultado e na vontade de realizar a conduta ou chegar até ele, no caso, o crime.

As entrevistas realizadas entre os dias 19 e 23 de agosto deste ano, no Departamento de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa e na Divisão de Crimes Contra a Vida, responsável por apurar homicídios ocorridos na capital e em sete unidades avançadas da Região Metropolitana, foram preponderantes para entender a mecânica da investigação do crime de homicídio. De apuração complexa, a investigação de homicídios é feita de modo retrospectivo e, na grande maioria dos casos, ela não alcança o criminoso no primeiro momento. A materialidade da investigação fica circunscrita ao inquérito policial para onde se convergem todas as provas objetivas, que são as provas técnico-periciais coletadas no local do crime e analisadas em laboratório, e subjetivas, referentes ao trabalho de campo realizado pelos investigadores de homicídio e depoimentos de testemunhas, este último cada vez mais escasso ou cedido apenas depois de intenso trabalho de cooperação entre a polícia e a sociedade.

As pessoas que presenciam crimes são resistentes em falar o que realmente sabem sobre crimes e o policial tem que ter tempo, paciência e demonstrar espírito de cooperação, sem o qual não é uma prova de valor qualitativo. Essas evidências são compiladas e analisadas durante a apuração do crime e o importante na investigação de homicídio é justamente o cruzamento das provas objetivas com as provas subjetivas. Dessa forma, no curso da investigação três perguntas básicas devem de ser respondidas: Como o crime ocorreu? Porquê? Quem cometeu?

Com a primeira pergunta tenta-se chegar à mecânica do crime, à dinâmica básica ou as circunstâncias em que a vítima foi abordada: se foi alvejada pelas costas ou se teve chance de esboçar uma defesa uma reação; delinear qual a rota produzida

pelo agente para chegar ao local do crime, qual a rota produzida para deixar e sair do local do crime. Qual o momento de encontro entre vítima e autor. Esses conceitos devem ser imediatamente assimilados, preliminarmente definidos ou rapidamente respondidos por um investigador de homicídio no momento em que chega ao local do crime.

Na segunda questão, o porquê, se verifica que todo crime de homicídio tem uma motivação predeterminada: seja relacionada ao tráfico de drogas, a um desentendimento, vingança ou problema de ordem econômica. Nesse item sempre se constata o vínculo entre autor e vítima. A exceção é verificada apenas em crimes de autoria de *serial killers*, onde as vítimas são escolhidas de forma aleatória e mortas sem razão aparente, tendo em comum apenas o mesmo perfil e faixa etária. De acordo com o chefe da Divisão de Crimes Contra a Vida, delegado Wagner Pinto de Souza, a preocupação inicial em um homicídio não é responder à pergunta que todos fazem: quem cometeu o crime? Para o investigador de homicídio é primordial saber nas primeiras horas como e porquê o crime ocorreu. Respondidas essas duas perguntas, automaticamente se abre um leque de informações, com rigoroso alicerce técnico-científico e cruzamento de dados estatísticos policiais. Esse aparato policial tem permitido ao investigador chegar finalmente à terceira questão: quem cometeu os assassinatos.

A apuração do crime acompanha a mudança do perfil do homicida e das características do crime, e não ficam restritos ao tempo e espaço, mas gradualmente sofrem pequenas e importantes alterações. Em décadas anteriores, o crime era mais transparente, a moral mais clara e a ótica ou visão de um assassino era facilmente identificável. Atualmente, o investigador de homicídios precisa de treinamentos, experiências diferentes e do uso recorrente da tecnologia e troca constante de informações para explicar as motivações que levam uma pessoa a cometer assassinatos. Uma questão polêmica e que tem exigido cada vez mais treinamento e experiência policial é a leitura do local de crime. Para Wagner Pinto, foi detectado que as primeiras horas e o exame correto do local de crime são importantíssimos para o sucesso de uma investigação policial. Quanto mais antigo o fato, menor é a probabilidade de se apurar ou apontar o suspeito do crime, haja vista o grau de dificuldades na coleta de provas sobre o caso. A instituição de uma equipe diária para ir a todo local de crime na capital e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)

tem permitido baixar esses índices. Segundo dados da Divisão de Crimes Contra a Vida (DCCV), em 2009, esse percentual foi de 15,16% em relação ao ano anterior e essa tendência de queda tem sido observada no ano de 2010, com índices de vitimização por homicídios cada vez menores. O delegado aponta que no local de crime se concentram todos os vestígios que permitem a arregimentação de elementos imprescindíveis para solucionar o crime. Infelizmente, relata Wagner Pinto, os peritos e policiais ao chegarem ao local do crime já o encontram alterado, quer por policiais militares na ânsia de identificar o autor do crime, por populares e parentes das vítimas e até mesmo jornalistas, ávidos por passar detalhes do homicídio para o público. A junção desses espectadores acaba por destruir importantes evidências. Para driblar esse dilema, a DCCV instituiu como regra que investigadores ao tomarem conhecimento do homicídio se dirijam imediatamente para o local na tentativa de se buscar a prova objetiva o mais rapidamente possível. Wagner Pinto aponta que a adoção dessa medida tem sido importante na perpetuação das provas, pois, caso contrário, talvez jamais possa se encontrar o autor do crime. O delegado explica que o investigador de homicídios que atua em Belo Horizonte já incorporou essa realidade em seu trabalho e tem sido capaz de isolar as interferências do real objetivo investigativo.

Esse procedimento teve importância na apuração dos casos atribuídos ao “Maníaco de Contagem”, para quem a repetência ou multiplicidade do crime não foi um problema. A investigação dos casos se traduziu em cruzamento de dados constante e manutenção de uma força-tarefa que pudesse explicar à sociedade a ocorrência de cinco homicídios de vítimas com perfis similares, em um raio de atuação concentrado e com um labirinto de rotas de fuga. Casoy (2009) classifica como conexão dos crimes em série a ocorrência de três elementos:

1 – *Modus operandi* – assegura o sucesso do criminoso em sua empreitada, protege sua identidade e garante a fuga. Porém, encontrar o mesmo *modus operandi* em diversos crimes não é suficiente para conectá-los. O modo de agir é dinâmico vai se sofisticando conforme o aprendizado dos criminosos e a experiência adquirida com os crimes anteriores.

2 – Ritual – é o comportamento que excede o necessário para a execução do crime e é baseado nas necessidades psicosssexuais do criminoso, imprescindível para sua satisfação emocional. Rituais são enraizados na fantasia e frequentemente envolvem parafilias¹⁸, além de cativoiro, escravidão, posicionamento do corpo e *overkill*¹⁹, entre outros. Pode ser constante ou não.

3 – Assinatura – é uma combinação de comportamentos, identificada pelo *modus operante* e pelo *ritual*. Não se trata apenas de formas de agir inusitadas. Muitas vezes o assassino se expõe a um alto risco para satisfazer todos os seus desejos como, por exemplo, permanecendo muito tempo no local do crime. Pode também usar algum tipo de amarração específica ou um roteiro de ações executadas pela vítima, como no caso de estupradores em série. Ferimentos específicos também é uma forma de assinar um crime.

A especialista Ilana Casoy esteve em Belo Horizonte e auxiliou a Polícia Civil a traçar o perfil do assassino que assustava as mulheres do Bairro Industrial, em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. De acordo com o delegado responsável pela investigação dos cinco casos, Frederico Raso Lopes Abelha, a especialista atendeu ao convite por ser a única no Brasil a estudar o tema e por se dispor a auxiliar na investigação da Polícia Civil mineira. Durante as investigações, o perfil traçado do suspeito, identificado posteriormente como Marcos Antunes Trigueiro, 32 anos, era o de um homem que não seria considerado ou conhecido como violento socialmente, mas que poderia ter algum tipo de desvio de conduta. Nesse caso, as similaridades encontradas nos cinco casos foram a abordagem, a assinatura e as circunstâncias em que as vítimas foram mortas, com sinais de violência sexual e estrangulamento. O padrão diferia na localidade do crime, embora todas tivessem sido encontradas dentro do raio de atuação e zona de conforto estabelecidos por Marcos Trigueiro. Educado e vago, argumentou em depoimento que “não sabia o que dava nele” quando indagado e confrontado com as provas

¹⁸Diz respeito a transtornos sexuais, perversões, anseios, fantasias, comportamentos sexuais intensos e variantes do erotismo. Em outras palavras, são meios pelos quais algumas pessoas têm que passar para que consigam ficar excitadas e/ou chegarem ao orgasmo. As noções de desvio e desempenho sexual variam entre as diferentes culturas, por isso, algumas vezes, parafilia pode querer dizer "disfunção sexual". <http://www.mood.com.br/020801/parafilia.htm>. Acesso em 10/08/2010

¹⁹Matança exagerada: kill: verb to cause the death of noun an act of killing; matança; over: preposition, higher than, above in position, number, authority, etc: acima de. Password Dictionares – pagina 287 e 368.

técnicas e subjetivas coletadas durante a investigação sobre os cinco crimes em que é autor confesso. Em sua ficha criminal, não é registrado como estupro contumaz e com um rol extenso de vítimas, constando apenas passagens por roubo e latrocínio.

8.2 Análise e interpretação das notícias

Os pressupostos teóricos sobre jornalismo investigativo e a aplicabilidade desses recursos nas matérias divulgadas sobre o caso “Maníaco de Contagem” permitem a análise e interpretação do tema nas matérias publicadas sobre os crimes. A abordagem qualitativa das matérias veiculadas nos três jornais e o tratamento dos dados disponibilizados e das peculiaridades de cada notícia visa identificar o que foi narrado a respeito do tema. A análise do material foi direcionada para as matérias publicadas na versão eletrônica dos três jornais com maior circulação no estado, propiciando menor custo para a pesquisa. O universo de estudo incluiu um período de dois meses sobre a divulgação do caso. A coleta de reportagens veiculadas nos sites dos três jornais citados compreende a primeira versão *on line* publicada pelos jornais em 2 de fevereiro de 2010 até a última notícia coletada em 25 de fevereiro de mesmo ano. A base de reportagens, em formato eletrônico, compreendeu 113 matérias sobre o caso.

8.3 Visão geral

Na análise preliminar dos três jornais pesquisados – *Estado de Minas*, *Hoje em Dia* e *O Tempo* – se detecta que não há uma editoria de polícia, sendo o assunto inserido respectivamente nas editorias Gerais, Minas e Cidades. Em uma visão geral o tema Criminalidade e Segurança Pública tem destaque e visibilidade constante nas páginas desses jornais. Os títulos são chamativos, em boa parte das matérias, sensacionalistas e com forte apelo emocional. Entre os títulos que ilustram esta afirmativa estão: “Serial Killer – Procura-se um monstro”, publicada no Jornal Estado de Minas, em 02 de fevereiro de 2010; Maníaco terá que se explicar sobre assassinato do tio, publicada no Jornal O Tempo, em 28 de fevereiro de 2010; Marcos Trigueiro entrou para a macabra lista dos principais assassinos em série de MG,

publicada no Estado de Minas, em 2 de março de 2010; A face do maníaco, publicada no Hoje em Dia, em 5 de fevereiro de 2010; Polícia achou carne e pele debaixo de unhas de uma das vítimas do maníaco, publicada no Estado de Minas em 18 de fevereiro de 2010; Mulher de Marcos diz que o perdoa, publicada no Hoje em Dia, em 5 de março de 2010; Maníaco presta depoimento no DI sobre mortes de taxista, tio, agiota e bebê, publicada no O Tempo, em 5 de março de 2010.

Para Medina (1988), o apelo verbal embutido nas matérias jornalísticas serve para chamar a atenção e conquistar o leitor para o produto/matéria, em se considerando a mensagem jornalística como um produto de consumo da indústria cultural.

A autora afirma que o primeiro apelo verbal a ser explorado nas notícias é justamente o título e ele está conscientemente desdobrado da mensagem. Usando como critérios de classificação os itens: o título anuncia o fato, o título resume a notícia e o título embeleza a página, Medina (1988) acredita que os títulos já não cabem mais em fórmulas de manuais e na manutenção de conteúdos objetivos. Os hoje usados extrapolam o conceito de que o título tem de se manter substantivo/verbo, resumo frio da notícia que anuncia.

A autora afirma que, se o fato por si só for emocional, o título conciso e preciso transporta sua força. Se o fato não espelhar diretamente emoção, o título se perde como um rótulo de meio tom. Medina (1988) ressalta que a mensagem, como produto de consumo, exige um título de apelo forte, bem nutrido de emoções, surpresas lúdicas, jogos visuais, artifícios linguísticos. A autora confirma que, nessa abordagem o título ganha vida de consumo como qualquer anúncio publicitário e a edição trabalha com cuidados especiais.

Na batalha para ganhar o leitor, os jornais, sob a ótica da autora, se valem de uma fraseologia literária na construção de títulos interpretativos: o número de palavras cresce, edição e captação pedem um bom título. Esse requinte se transporta também para a manchete de primeira página, onde a titulação fica em mão de editores, linguisticamente mais capazes. Um dos novos cuidados de embalagem é a equação gráfico-visual das palavras do título. Sua presença física é articulada aos demais elementos visuais, numa diagramação que corta toda a frieza e imparcialidade do título. Os sinais de pontuação, os números. Os artigos, os contornos das letras – tudo entra em jogo na diagramação – onde menos importam os critérios de feio/belo e

mais os critérios de valorização visual do que deve saltar aos olhos. Assim, os títulos chamam o consumidor pela diagramação, pela forma verbal literária, pela malícia dos dados em jogo, pela intimidade com que falam ao leitor com um você, aqui e outras formas imperativas, ou simplesmente pelo prazer lúdico do quebra-cabeças. Até os títulos interrogativos, afirma a autora – pecado original nos clássicos manuais – se constituem num apelo direto.

Nos três veículos, Marcos Antunes Trigueiro, antes de ter seu nome divulgado pela Polícia Civil de Minas Gerais em uma coletiva à imprensa realizada no dia 25 de fevereiro de 2010, após o cumprimento de prisão preventiva, foi alcunhado pela mídia impressa como “*serial killer*”, “Maníaco do Industrial”, “Maníaco de Contagem” e “Estuprador do Industrial”, prevalecendo rotineiramente o adjetivo “maníaco” não apenas para estereotipá-lo, mas especificamente para identificá-lo pelos crimes cometidos. Ramos e Paiva (2007) afirmam que os apelidos de criminosos costumam ser criativos, pitorescos e, até, divertidos. Mas, em alguns veículos, citando o caso específico do Jornal O Globo, os jornalistas são instruídos a evitar alcunhas, porque muitas vezes os nomes indicam intimidade e atribuem características positivas aos criminosos. O veículo instituiu a prática de citar ao menos uma vez o apelido do criminoso como critério para facilitar e recuperar reportagens no arquivo, embora a maior parte da notícia utilize o nome registrado na certidão de nascimento. Nesse item, a partir da divulgação oficial sobre a investigação dos crimes cometidos e atribuídos a Marcos Antunes Trigueiro, os três veículos impressos que fizeram a cobertura dos crimes cometidos por Marcos Antunes Trigueiro, em Belo Horizonte, passaram a também adotar o nome de batismo do homicida, embora as alcunhas a ele atribuídas estivessem constando no título e conteúdo das matérias.

No período escolhido para a análise das matérias, de 2 a 25 de fevereiro de 2010, precisamente o início das reportagens sobre os crimes cometidos por Marcos Antunes Trigueiro até a apresentação oficial à imprensa mineira pela Polícia Civil de Minas Gerais, foram coletadas 113 matérias, em versão *on line*, dos três veículos. Foi constatada nessa pequena amostra que, ao longo do dia, essas versões sofriam atualizações, com novas fontes e dados, alguns oficiais, especificamente notas sobre o caso em investigação.

Os crimes cometidos pelo assassino em série foram tratados como pautas do dia por toda a imprensa mineira e não apenas pelos veículos de mídia impressa.

Nesses canais de comunicação foi constatada ao menos uma reportagem diária no período analisado. Após a divulgação dos nomes das três primeiras vítimas do homicida e estuprador - Ana Carolina Assunção Menezes, de 27 anos; Maria Helena Lopes Aguiar, de 48, e Edna Cordeiro de Oliveira Freitas, de 35 - se constata a variedade da cobertura jornalística impressa, com familiares sendo também transformados em fontes das notícias.

Quanto ao levantamento de fontes utilizadas por cada jornal, se verifica o mesmo padrão nos três veículos: as matérias com especialistas forenses consultados sobre o perfil do maníaco (sic). Frio, calculista, organizado, inteligente, insensível e tendo até 35 anos de idade foram alguns adjetivos usados nas matérias, apresentados por especialistas contratados ou pela própria Polícia Civil, para caracterizar o homicida.

8.4 Análise de reportagem específica

Neste tópico serão abordados os conteúdos coincidentes em três momentos nos três veículos, já que, a cada dia, os exemplares traziam notícias aleatórias sobre os crimes cometidos pelo homicida. As reportagens escolhidas dizem respeito à primeira versão apresentada ao público com a notícia de que havia um potencial assassino em série agindo em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A segunda abordagem pela imprensa diz respeito à descoberta de que o corpo de uma das vítimas do homicida foi enterrada como indigente, apesar da Polícia Civil de Minas Gerais investigar simultaneamente seu desaparecimento e posterior homicídio. A terceira abordagem diz respeito à versão apresentada por cada um dos veículos quando da apresentação do assassino em série e após ter sido identificado pela Polícia Civil de Minas Gerais como o autor confesso dos cinco homicídios.

Primeira matéria – Publicadas nos três veículos em 2 e 3 de fevereiro de 2010, data em que a coincidência dos exames de três vítimas de estupro e homicídio foi confirmada pela PCMG.

- **Estado de Minas** - Sob o título: “Polícia caça assassinos de mulheres”, o veículo complementa a reportagem dada com exclusividade no dia anterior (01/02) e apenas em versão *on line*, sobre a atuação de um assassino em série, com dados oficiais

com nomes das vítimas e estágios da investigação. A matéria original, que conferia o *status* de exclusividade ao veículo na obtenção dos dados, foi retirada do portal do referido jornal, sendo substituída pela versão publicada em 2 de fevereiro. Porém, o mesmo veículo em uma análise da matéria, avalia a decisão de publicar os dados de exames feitos pelo Instituto de Criminalística da Polícia Civil de Minas Gerais ao argumento de que a sociedade deveria ser avisada. A nota sugere que o veículo ou o jornalista responsável pela redação da matéria teve acesso privilegiado à informação.

- **Hoje em Dia** - “Polícia sem pistas do maníaco sexual” foi o título da matéria do Jornal Hoje em Dia, publicada no dia 3 de fevereiro de 2010, para apresentar a versão oficial feita durante coletiva no dia anterior, uma terça-feira. A matéria relaciona tempo de investigação, nome de vítimas, possível novo ataque do assassino em série explicitado ao veículo por outro órgão que compõe o Sistema Integrado de Defesa Social (SEDS), em Minas Gerais, é citado como fonte de notícia e especialista em tendências criminais. A matéria é finalizada com o conhecimento sobre a investigação das ações de um assassino em série fornecido por órgão oficial e a decisão em não se divulgar os fatos em respeito à solicitação das autoridades ao não comprometimento da investigação.

- **O Tempo** - Sob o título “Um assassino entre nós”, o Jornal o Tempo lança mão de um editorial para apresentar a versão oficial sobre os crimes do assassino em série. A versão foi publicada em versão *on line* um dia após a coletiva de imprensa. O editorial é neutro quanto a ter tido acesso a fontes privilegiadas ou que estivessem ligadas à investigação. Por outro lado, apresenta a versão oficial de forma objetiva, faz uma análise e correlação com crimes já ocorridos e que poderiam ter vínculo aos que ora eram apurados. É o único veículo a verificar que é um caso inédito em apuração no estado.

Segunda matéria – As matérias, publicadas no dia 12 de fevereiro de 2010 dizem respeito à ossada de uma das vítimas do assassino em série ter sido encontrada em Ribeirão das Neves e sepultada como indigente. Os dados das entrevistas são resultantes da versão oficial apresentada pela PCMG.

- **Estado de Minas** - “Polícia admite falha na investigação” é o título que estampa a matéria do Jornal Estado de Minas. Logo abaixo, o intertítulo proclama “Chefe da Polícia Civil reconhece problemas de comunicação entre setores da corporação”. A foto ilustrativa da matéria sob esse título é o do sepultamento dos restos mortais da estudante Natália Cristina de Almeida Paiva, 27 anos. A legenda da foto mostra os familiares se despedindo da estudante. O *lead* da matéria concilia o reconhecimento do Órgão de Defesa Social na condução das investigações sobre o desaparecimento e morte da estudante e o rápido pronunciamento sobre o caso feito pelo chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, que não abriu espaço para perguntas dos jornalistas. O conteúdo do pronunciamento é desenvolvido ao longo da matéria, como a promessa feita pelo policial de mudanças nos procedimentos para a obtenção de reconhecimento de desconhecidos e ossadas e punição administrativa aos policiais envolvidos nas investigações.

O restante da matéria é dedicado a relacionar possível vítima que teria sido descoberta pelo veículo. A suposta vítima e seus familiares foram fontes de duas matérias pelo mesmo veículo, mas não são objeto de estudo do presente trabalho. O restante da reportagem é dedicado ao sepultamento do corpo de Natália Cristina Paiva. As palavras “sofrimento” e “despedida”, com forte conteúdo emocional, foram usadas nos subtítulos das matérias, sugerindo identificação e indignação ao leitor pelas falhas oficiais cometidas.

- **Hoje em Dia** - O título adotado pelo Jornal Hoje em Dia: “Polícia Civil reconhece falhas nas investigações sobre maníaco” relaciona a investigação do homicídio de Adina Feitor Porto, estuprada e morta pelo Marcos Antunes Trigueiro, com as falhas apontadas pelo então chefe da Polícia Civil de Minas Gerais na investigação sobre o desaparecimento e morte de Natália Cristina Paiva. O supratítulo da matéria “Retrato encontrado no carro da primeira possível vítima, Adina Feitor Porto, foi ignorado por mais de um ano” serve para chamar a atenção do leitor sobre o conteúdo a mais apurado e que será tratado durante a narrativa. A foto da matéria traz alguns integrantes da cúpula da Polícia Civil sobre a legenda “Delegado Marco Antônio Monteiro de Castro falou sobre vários aspectos da investigação”, abordando nos parágrafos anteriores as medidas a serem adotadas após admissão de falhas na condução da investigação sobre o desaparecimento e morte de Natália Paiva.

- **O Tempo** - O título adotado pelo Jornal O Tempo “Polícia assume falhas e muda critérios de investigação”, além de abrangente é informativo, pois trata da cobertura do pronunciamento feito pelo chefe da Polícia Civil no Estado ao expor as falhas da instituição na investigação sobre o desaparecimento e homicídio da estudante Natália Cristina de Almeida Paiva, de 27 anos. O título é precedido pelo intertítulo “Segurança. Chefe da corporação anuncia integração de lista de desaparecidos de órgãos do Estado” e, logo abaixo outro “Anúncio foi dado no dia do enterro de Natália, dada como indigente pelo IML”, reforçando a idéia do comprometimento do órgão oficial na investigação e vinculando as falhas ao sepultamento dos restos mortais de uma das vítimas do assassino em série. A foto da matéria, a exemplo do Jornal Hoje em Dia, mostra parte da cúpula da Polícia Civil, sob a legenda “Constrangido. Chefe da Polícia Civil declarou solidariedade às famílias de vítimas do maníaco”. O *lead* da matéria é um resumo sucinto das falhas apontadas pelo chefe da instituição, providências e o enterro da vítima. O item da matéria é finalizado com a não abertura de perguntas aos jornalistas, tempo do pronunciamento (modelo adotado pela instituição para tratar o assunto) e detalhe ao leitor de que o documento oficial consta no corpo da reportagem. O jornalista teve ainda o cuidado de expor as circunstâncias em que a coletiva transcorreu como o número de assessores presentes, os órgãos a que eles pertenciam e implicitamente a atmosfera durante o evento. O restante da matéria diz respeito ao que foi tratado durante o pronunciamento e as falhas ocorridas durante a investigação. A matéria ainda traz duas retrancas vinculadas à coletiva. Uma trata da avaliação de um especialista sobre as falhas na investigação no desaparecimento e morte de Natália Cristina Paiva e outra sobre audiência pública que iria acontecer na Assembléia Legislativa e que trataria das falhas na investigação sobre as ações do maníaco. O jornal ainda produziu um editorial relacionando investigações às falhas admitidas pelo órgão responsável pela investigação, além de cobrar enfaticamente maior e melhor empenho na investigação sobre os crimes em série.

Terceira Matéria – Matérias publicadas em 24 e 25 de fevereiro, quando da prisão do suspeito de cinco estupros seguidos de homicídios. O nome do suspeito é revelado.

- **Estado de Minas** - Com o título “Serial killer foi preso debaixo da cama”, o Jornal Estado de Minas alia a alcunha com que se referiu ao homicida e estuprador, autor confesso de cinco homicídios, à ação policial feita para prendê-lo. O texto é conciso e feito a partir das informações cedidas pelo órgão responsável pela investigação. Não há detalhes de como a cobertura pelo jornal foi feita, apenas a menção de que a matéria foi publicada em um dia e atualizada em outro. A foto traz o suspeito dentro da viatura sob a legenda “Suspeito foi preso em casa, no bairro Industrial, em Contagem”. A *lead* da matéria sobre a prisão do suspeito o identifica como o responsável pelo assassinato de três mulheres. Ao longo da matéria não há novidades ou um contexto mais incisivo do veículo como sendo aquele que deu a notícia em primeira mão sobre a amostra genética do suspeito ser similar em três casos de estupro e homicídio. A matéria sobre a prisão de Marcos Antunes Trigueiro foi comedida e se limitou a repassar aos leitores a versão oficial da Polícia Civil mineira.

- **Hoje em Dia** - A matéria do Jornal Hoje em Dia sobre a prisão e apresentação do homem suspeito de ser responsável por cinco estupros e mortes de mulheres no bairro Industrial, em Contagem é uma complementação de uma matéria divulgada no dia anterior (24/02), vez que a matéria faz questão de divulgar que houve vazamento de informação e que o veículo postou jornalistas para a cobertura. A matéria dessa quarta-feira traz ainda um breve relato dos crimes, intitulado “Histórico de Horror”, com fotos das cinco vítimas do “Maníaco do Industrial”, alcunha até então usada pelo jornal para identificar o suspeito.

As fontes da matéria não são citadas, mas sugerem estar ligadas à investigação e ao governo do Estado, além de informações extraoficiais usadas pelo veículo para compor a mensagem que seria repassada ao público. A matéria que trata da apresentação do suspeito à imprensa, se concentrou em informar que, pelos crimes, Marcos Antunes Trigueiro pode ser condenado a até 150 anos de prisão, além de fazer uma abordagem cronológica sobre a atuação do suspeito e suas vítimas e relatar ao leitor o clima instalado em dois locais após a prisão. A foto apresenta em

primeiro plano o suspeito já preso e a legenda afirma a confissão dos crimes em Belo Horizonte e Contagem. A matéria é assinada pela editora do Caderno Minas e pelo repórter designado para a cobertura, o que reflete a importância com que o assunto foi tratado pelo veículo.

- **O Tempo** - A exemplo do último veículo analisado, o Jornal O Tempo também manteve jornalistas em plantão na porta da unidade onde os crimes atribuídos ao homem suspeito de ter cometido cinco estupros, seguidos de assassinatos, estavam sendo apurados. A matéria sobre a prisão do suspeito Marcos Antunes Trigueiro é também um complemento da divulgada no dia anterior (24/02). Com o título “Polícia confirma que homem preso em Contagem é o maníaco da Grande BH”, o veículo impresso apresenta uma matéria sucinta, mas com uma galeria de fotos, como a sugerir que a ação do estuprador e homicida foi interrompida. A versão completa sobre a prisão de Marcos Antunes Trigueiro foi feita na quinta-feira (24) também com o uso de informações extraoficiais, fontes ligadas à investigação que deram um apanhado em primeira mão sobre o que estava sendo investigado, o que sugere que o repórter designado para o caso contou com a sorte ou teve contato com fonte altamente informada sobre o rumo das investigações. A matéria publicada antes da prisão do suspeito também traz um *box*²⁰ relacionando às cinco vítimas. A matéria anterior ainda faz questão de divulgar que os fatos sob investigação estavam “cercados de mistério”, das tentativas do veículo em expor o fato e se colocar como o primeiro a dar a notícia. É emblemático ao afirmar que foi o único veículo que teve informações sobre as primeiras horas do suspeito em uma unidade policial.

8.5 Análise dos conteúdos abordados

Algumas matérias foram escritas sob análise ou crítica, vez que foram baseadas em informação cedidas por fontes aparentemente não vinculadas à investigação ou simplesmente pela observação do repórter do local de onde fazia a cobertura da matéria e, mais ainda, sob a ótica do editor da matéria onde, em sua

²⁰Box - Material adicional usado em uma matéria. Serve para destacar uma parte do tema ou para dar explicações adicionais ao leitor. Recurso editorial que se reveste de forma gráfica própria. Um texto que aparece na página entre fios, sempre em associação íntima com outro texto, mais longo. Pode ser uma biografia, um diálogo, uma nota da redação, um comentário, um aspecto pitoresco da notícia. Disponível em oglobo.com/queمله/Programa/glossário_de_jornalismo.doc. Acesso em 24/11/2010

visão opinativa, revê os fatos e pontua como e porquê a investigação não avança e a relaciona com outras que estiveram em andamento e nada têm a ver com a que ora está sob os holofotes da mídia. Nos dois editoriais, publicados pelo Jornal O Tempo, nos dias 3 e 12 de fevereiro, a eficiência da Polícia Judiciária mineira é severamente questionada e se possui condições para atuar na investigação dos cinco estupros e mortes. Porém, o mesmo veículo imputa a um profissional do meio jurídico, quando da prisão de Marcos Antunes Trigueiro, que a “investigação estava na estaca zero” e, logo depois em matéria posterior, sugere que esse questionamento sequer foi cogitado pelo veículo impresso.

A que se levar em conta ainda o meio pelo qual a notícia era transmitida aos leitores: a *internet*. Com construção imediatista e consumo paralelo também rápido, o tratamento dado à informação *on line* não é o que se procura cotidianamente nas páginas dos jornais e que é intitulado jornalismo investigativo. O que se vê é que a versão impressa muitas vezes é a mesma apresentada *on line*, esta última disponível horas antes dos jornais irem para as bancas.

Nos três veículos analisados, embora já abordado superficialmente, não há seções especiais destinadas à cobertura da segurança pública e criminalidade, isso é feito conjuntamente em seções intituladas “Cidades, Gerais e Minas”. Fuccia (2008) afirma que a cada dia aumenta a cobertura de crimes pela mídia, seja ela eletrônica ou impressa e que essa mudança é gradativa. Apesar desse interesse, o autor argumenta que boa quantidade dos meios impressos, embora dedique diariamente parte de suas páginas à divulgação de crimes, prefere não possuir uma Editoria de Polícia.

O tratamento dado à matéria com foco policial ou relacionado às investigações impressiona por tratar o assunto com alarde, com uso de linguagem muitas vezes sensacionalista (títulos, conteúdo da matéria e contexto em que foi produzida), além de relacionar vários outros profissionais a uma investigação que está em andamento. O conteúdo em algumas matérias foi, em alguns casos, conciso e extremamente objetivo. Em todos os veículos e a qualquer momento, a versão oficial sobre os fatos não é desprezada, mas é adequada, produzida e estilizada à realidade e aos interesses da publicação.

Fuccia (2008) afirma que fazer da notícia um agente de transformação social e de aprimoramento cultural deve também ser a preocupação do jornalista, independentemente da área em que atue. O autor afirma que, para isso, o profissional da imprensa deve dominar o que noticia, a fim de não ser um mero reproduzidor de versões e informações, que podem estar equivocadas.

Sobre a notícia ser objetiva e apresentada com uma linguagem que atinja o conhecimento médio das pessoas, o autor afirma que não são poucos os profissionais que defendem uma informação tão concisa que praticamente se limita ao relato superficial dos fatos. Sob a ótica de que a objetividade da informação deve estar acima de tudo, Fuccia contrapõe que o Jornalismo tem também a missão de formar, agregando à notícia dados que facilitem a sua compreensão e a razão de ser das coisas. No caso da reportagem policial, o autor defende que conhecimentos jurídicos são fundamentais para o jornalista entender com propriedade os fatos que irá relatar e poder embutir na notícia as consequências do episódio ou qualquer outra informação relevante para o seu conhecimento, a sua compreensão e a sua contextualização.

9 CONCLUSÃO

O tema Criminalidade e Violência sempre presente nas páginas diárias dos jornais, sob os mais variados títulos e contextos, serviu de embasamento para a produção do trabalho por suscitar curiosidade, indignação e alterar o cotidiano da sociedade. Por conta disso, é intensamente abordado. Por outro lado, a lógica da construção narrativa nos jornais leva ao questionamento de como ela é produzida, vez que a dependência e a participação de órgãos institucionais em sua divulgação é fator relevante.

Este estudo teve como objetivo entender a lógica de apuração da cobertura jornalística sobre os crimes cometidos pelo “Maníaco de Contagem”. Buscou-se nesta pesquisa descrever as matérias publicadas sobre o caso em três jornais da capital mineira; analisar se o conteúdo jornalístico abordado nas matérias foi decorrente de investigação jornalística; verificar quais foram os critérios adotados pelos jornalistas na elaboração das matérias e colher informações dos delegados sobre como se processa as notícias sobre o caso na mídia.

A neutralidade do jornalismo pode estar aliada a uma identidade institucional e, esse viés, propiciou embasamento teórico a essa pesquisa. O jornalista Eduardo Velozo Fuccia aponta que a tendência e avidez sobre notícias policiais se devem a fatores como o aumento da violência, globalização do crime e a sofisticação do modo de atuação dos criminosos aliados ao crescente interesse do público e que há razões para o aumento da cobertura policial e todas elas somadas geram, talvez, o principal motivo para os meios de comunicação dedicar cada vez mais espaço ao noticiário criminal: o interesse pelo assunto por grande parte da audiência. Reproduzir fielmente os acontecimentos, a cronologia do crime, ditar o tom da matéria, com bom senso e responsabilidade social, investigar e relacionar todos os fatos entre si são atributos que fazem o bom jornalista investigativo. Essa subjetividade de olhar e relatar o fato criminoso deve estar calcada também na especialização do setor. E, nesse intento, Fuccia afirma ainda que, pela crescente difusão de notícias policiais e pelo grande interesse que elas despertam, a reportagem policial requer especialização dos profissionais, embora isso seja

desejável aos jornalistas de todos os segmentos. O autor conclui que, além do jornalismo, os demais ramos de atividade exigem cada vez mais especialização.

Já Solano Nascimento revela a nova faceta do jornalismo investigativo brasileiro: de transformação e da investigação, onde o repórter abre mão da independência, da apuração e da investigação. Com isso deixa de ser autor e se transformar simplesmente em reproduzidor de obras alheias.

O que a pesquisa tentou demonstrar é que investigação policial e investigação jornalística são pares a partir do momento em que aliam fatos e acontecimentos. Ambas trabalham com informação. A diferença é que uma tem um específico e único: a solução de um crime e, a outra, é uma visão única transformada em palavras, veiculada e absorvida por vários olhares. A primeira, sigilosa, não admite contestação ou provas inequívocas. A segunda necessita de debate para a sobrevivência. Ambas devem buscar na ética a garantia de credibilidade.

O cruzamento das teorias desenvolvidas pelos três autores permitiu delinear nas matérias escolhidas os critérios e métodos adotados pelos jornalistas na elaboração da reportagem investigativa. Cremilda Medina pontua que a construção da notícia deve se amparar na riqueza de detalhes e na análise criteriosa dos fatos.

Entre os autores estudados estão Maurice Mouillaud, Heródoto Barbeiro, Eduardo Cerqueira Batitucci e Marcus Vinícius Gonçalves da Cruz, Cláudia Lago e Márcia Benetti, Dominique Maingueneau, Ilana Casoy, Luiz Ferri de Barros, Silvia Ramos e Anabella Paiva, dentre outros.

A análise dos conteúdos abordados nas nove matérias analisadas em períodos distintos permitiu perceber que há extrema dependência dos veículos de mídia impressa em relação a dados e fontes policiais. Não há investigação, contraargumentação ou dados informativos que sugiram que a produção das matérias partiu das redações dos jornais. Ao contrário, os únicos que poderiam se rebelar contra essa dependência seria os editoriais publicados em um dos veículos, porém, eles próprios trazem toda a carga informativa retiradas da divulgação de dados, notas, coletivas e pronunciamentos feitos pela Polícia Civil de Minas Gerais sobre a investigação dos casos do Maníaco de Contagem.

Por outro lado, a Instituição assistiu às publicações das matérias sem um posicionamento sobre o direito de resposta ou uso do contraditório nas páginas desses jornais. Com postura extremamente reativa permitiu que o trabalho

investigativo fosse questionado, avaliado e pautado pelos veículos. Logo após ser divulgado que havia um assassino em série agindo na cidade, as informações sobre o caso eram produzidas em complementação a outras, através de demandas de jornalistas e também por dados divulgados pela própria imprensa no dia anterior.

Ainda nesse quesito, a prisão de Maníaco de Contagem foi divulgada no dia anterior ao de sua apresentação por dois dos jornais impressos, haja vista a manutenção de repórteres na unidade policial onde a investigação estava sendo conduzida.

A filtragem das matérias sobre a exposição dos crimes cometidos por Marco Antunes Trigueiro e produzidas pelos Jornais Estado de Minas, O Tempo e Hoje em Dia, todos em Belo Horizonte, traz a reflexão de que o debate foi apenas trazido ao público, mas os veículos não contribuíram ativamente para a prisão do suspeito com as notícias estampadas em suas páginas e nem interferiram no trabalho policial que estava sendo executado. O que se percebe é que os jornalistas foram alimentados por fontes oriundas da investigação em andamento e alguns veículos se assumiram também como personagem da matéria. Ao não delinear as consequências dessa decisão para o leitor, priorizando esse ponto de vista único, o público alvo não foi capaz de criar uma crítica construtiva da notícia e do órgão policial ali retratado.

Para a construção da narrativa, nada melhor que redigir reportagens com propriedade e sob a ótica do conceito policial, talvez único dado capaz de permitir ao leitor uma análise crítica sobre parte da realidade que ora lhe é representada. Esse estudo construtivo-analítico deve levar em conta a utilização de títulos, adjetivos, fotos e, principalmente, o conteúdo do que foi escrito sobre o tema. Se, por outro lado, para o leitor bastava aferir a informação, ela foi dada, dia a dia, não através de uma lógica construtiva e investigativa, mas pela reprodução oficial e oficiosa de fontes que estavam ligadas à apuração dos crimes.

O jornalista que domina o discurso policial dispõe de uma formidável ferramenta para a produção textual com conteúdo informativo, claro, imparcial e objetivo. Assim, se sobressai no quadro atual da propalada grande imprensa que tem como padrões – de acordo com a lógica do mercado – apenas a reprodução de informações oficiais, dados prazos exíguos, falta de pessoal especializado na cobertura de grandes investigações e desinteresse dos grandes veículos impressos de mídia em priorizar e manter uma investigação jornalística sobre fatos policiais.

A máxima defendida por veículos de mídia – a sociedade tem direito à informação – passa ao largo do sigilo que deve vir atrelado a uma investigação, seja ela policial ou jornalística. A construção minuciosa de dados deve ser fator primeiro a ser considerado nos dois casos, pois é a partir deles que serão feitas reflexões e considerações por essa mesma sociedade e – se vivemos sob um estado democrático – é a ela, com participação ativa em vários segmentos, que tem que ser atendido o direito público a informações de qualidade. Esse item foi inclusive abordado por um dos delegados que chefiou a investigação ao afirmar que a imprensa tem um papel duplo: positivo – para alertar as pessoas e o que o contribuinte quer saber e negativo – ao fazer um contra-trabalho na divulgação de parte de dados da investigação. O policial alertou para a forma com que a imprensa tenta fazer com a polícia fale sobre as investigações e que ela tenha acesso a informação que não podem ser passadas e que atrapalham o desenvolvimento do trabalho policial. O delegado afirmou que o melhor modo de lidar com os jornalistas é através das entrevistas coletivas e que elas existem para isso e ali se verifica que tipo de informações possam ser repassadas. Ele ressaltou ainda o cuidado com que tem de ser tratado o dado repassado. E que os jornalistas ou veículos de comunicação não devem tratar a polícia como caixa preta, mas a publicidade tem que ser feita de acordo com o sigilo exigido porque ela, a investigação, não pode ser feita sob os holofotes da imprensa.

À responsabilidade de informar vincula-se o conceito de formar opiniões. O jornalismo isento deve priorizar não apenas a notícia em si, mas todas as etapas de sua produção. Posicionar-se contra a postura adotada por órgãos oficiais por não divulgar dados que considera relevantes para a investigação não é fazer jornalismo investigativo, mas simplesmente levar ao público uma informação carente de dados, deficiente e incompleta e que em nada contribui para a visão crítica que o jornalismo deve instigar em seu público. É fato que as ordens dessa natureza estão atreladas a condições preestabelecidas pelos veículos de comunicação para a produção, mas o profissional da comunicação que atua como jornalista investigativo, repórter de polícia ou apenas aquele que cobre a notícia factual do dia deve ter em mente o seu papel de comunicador e formador de opiniões e deve entender os conceitos principais dos temas que cobre, adquirir um pouco do jargão técnico usado pelos policiais e conhecer os bastidores de uma polícia acadêmica e científica.

Essa postura lhe dá o *status* de autor e gestor de sua matéria, investigador nato e agente capaz de construir uma narrativa profunda e que transcende conceitos e regras impostas por seis perguntas específicas. Exige-se, portanto, uma postura que desperte nova concepção de criminalidade e violência no público que lê esse tipo de notícia e, aos jornalistas que cobrem o tema, resta a consciência de seu papel na formação de parâmetros e opiniões e o cuidado que deve ter para quem escreve as matérias.

Por outro lado, a Instituição Polícia Civil deve adotar uma postura comunicacional e se situar no mercado midiático mineiro gerindo os dados que produz. Buscar ferramentas para integrar as diversas áreas da Comunicação Social é o ponto de partida para a construção e consolidação de uma identidade – esquecida ou ainda não formatada – implementando filosofias e ferramentas de gestão dessas ações e, a partir daí, se transformar definitivamente em uma fonte confiável de informações e de notícias.

Por fim, considera-se que este estudo possa contribuir para uma discussão mais apurada e criteriosa sobre as reportagens veiculadas na mídia decorrentes de investigação jornalística.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. **Organizações de jornalismo investigativo.** Versão *on line*. Disponível em <http://www.anj.org.br/comite/editorial/organizacoes-de-jornalismo-investigativo>).

Acesso em 30/07/2011

BARBEIRO, Heródoto. **Mídia Training – Como usar a imprensa a seu favor.** – São Paulo : Saraiva, 2008

BARROS, L. F. **A Psicopatia da Imprensa.** Revista Videtur, n. 11, São Paulo, CEAr/DLO/FFCH-USP/Editora Mandruvá, 2000, p. 47-54. Disponível em: www.hottopos.com.br/videtur../imprensa.htm. Acesso em 19/09/2010.

BATITUCCI, Eduardo Cerqueira; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes; SOARES, Gláucio Ary Dillon Soares. **As mortes desiguais em Minas Gerais: Gênero, idade, estado civil e raça nos homicídios registrados pelo Sistema de Informações de Mortalidade. Homicídios no Brasil.** Marcos Vinícius Gonçalves da Cruz, Eduardo Cerqueira Batitucci (organizadores). – Rio de Janeiro : Editora FGV, 2007.

BUCCI, Eugênio – **A imprensa e o dever de liberdade: a independência editorial e suas fronteiras com a indústria do entretenimento, as fontes, os governos, os corporativismos, o poder econômico e as ONGs.** – São Paulo : Contexto, 2009.

BUCCI, Eugênio – **Sobre ética e imprensa.** – São Paulo : Companhia das Letras, 2000.

CANELA, GUILHERME. **Pautas ausentes na cobertura da imprensa brasileira: o paradoxo tostines. Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil.** Sílvia Ramos e Anabela Paiva. – Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007.

CANO, Ignácio; RIBEIRO, Eduardo. **Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas.** Homicídios no Brasil / Marcus Vinícius Gonçalves da Cruz, Eduardo Cerqueira Batitucci (organizadores). – Rio de Janeiro : FGV, 2007.

CASOY, Ilana. **Serial Killer: louco ou cruel?** / 8. ed. ver. e atual. – São Paulo : Ediouro, 2008.

CASOY, Ilana. **Serial Killers Made in Brasil.** – Rio de Janeiro: Ediouro, 2009.

CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, Capítulo II – **Da Cominação das penas: Penas Privativas de Liberdade.** Versão *on line*. Disponível em <http://www.codigopenal.adv.br/>. Acesso em 30/07/2010.

CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DO BRASIL. Versão *on line*. 2010. Disponível em [HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7AO.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7AO.htm). Acesso em 30/07/2010

DICIONÁRIO ON LINE DE PORTUGUÊS – Versão *on line*. Disponível em <http://www.dicio.com.br/coliquativo>. Acesso em 20/08/2010

DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA – Versão *on line*, 2010. Disponível em www.preberam.pt/dlpo/definir_resultados.aspx/homicidium. Acesso em 31/07/2010.

FUCCIA, Eduardo Velozo. **REPORTAGEM POLICIAL – Um jornalismo peculiar**. Santos, SP : Realejo Edições, 2008

[HTTP://oglobo.globo.com/com/quemle/Programa/glossario_de_jornalismo.doc](http://oglobo.globo.com/com/quemle/Programa/glossario_de_jornalismo.doc) - Similares; glossário de jornalismo. Acesso em 24/11/2010

[HTTP://www.misa.org.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=54:princípios-internacionais-de-etica-profissional-em-jornalismo-unesco&catid=37:codigos-de-etica&Itemid=57](http://www.misa.org.mz/index.php?option=com_content&view=article&id=54:princípios-internacionais-de-etica-profissional-em-jornalismo-unesco&catid=37:codigos-de-etica&Itemid=57). Acesso em 10/10/2010

LAGO, Márcia; BENETTI, Cláudia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2007

Lei 8.072, de 25/07/1990 – Lei dos Crimes Hediondos – Versão *on line*. 2010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8072.htm. Acesso em 31/07/2010.

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da análise do discurso**. Tradução Márcio Venício Barbosa, Maria Emília Amarante Torres Lima. – Belo Horizonte : Ed. UFMG, 1998.

MOUILLAUD, Maurice. **O jornal da forma ao sentido**. Sérgio Dayrell Porto (org.) – 2. ed. – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2002.

MANSO, Bruno Paes. **O Homem X**. – Rio de Janeiro: Record, 2005

MARTINS, Cláudio. **Psicopatia e Notoriedade**. Disponível em http://www.celpsyro.org.br/v4/htm/psicopativa_notoriedade.htm. Acesso em 22/10/2010

MEDINA, Cremilda. **Notícia, Um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1988

NASCIMENTO, Solano. **Os novos escribas – o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil** - Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2010

PARKER, John; Stahel, Monica. **Password: K dictionaries. English Dictionary for speakers of portuguese.** – 3ª ed. – São Paulo : Martins Fontes, 2005.

Pequeno dicionário de comunicação jornalística. Disponível em www.faac.unesp.br/graduacao/di/downloads/.../Pequeno_glossario.doc. Acesso em 10/10/2010

RAMOS, Sílvia; PAIVA, Anabela. **Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil.** – Rio de Janeiro, IUPERJ, 2007.

SABBATINI, Renato M.E. **O Cérebro do Psicopata.** 16 16UTC setembro 16UTC 2009. Grupo Papeando Disponível em <http://grupopapeando.wordpress.com/2009/09/16/o-cerebro-do-psicopata/#more-1196>. Acesso em 23/10/2010

APÊNDICE

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

FREDERICO RASO LOPES ABELHA

Delegado responsável pela apuração dos cinco casos de estupro e homicídio atribuídos ao “Maníaco de Contagem”

Como se inicia uma apuração de homicídio? Quais são as especificidades deste tipo de delito?

Inicialmente é muito importante a questão do local do crime. Há a Necessidade de o delegado estar sempre no local. Todos os dias um dos delegados da DIHPP na região metropolitana de BH é o responsável por comparecer aos locais de crime. Qualidade probatória auxiliar a preservar o local para que não o desconfigurem. Seja feito um bom levantamento do local, mecânica do crime, quantas armas, quantos suspeitos, número de crime e lesões. Tudo deve ser constatado no local de crime. Equipe de agentes faz a progressão da vida da vítima; quem ela era, devia para algum agiota para buscar possíveis motivações; no lugar errado na hora errada, descobrir quem era ela e o porquê do crime; se depara com uma ou duas linhas de investigação; alguns já há a autoria definida; com esses dados já se pode definir duas ou três linhas de investigação; a grande maioria esta vinculada ao tráfico de drogas, o principal esta vinculada à briga por tráfico de drogas e o segundo o traficante que cobra do usuário uma dívida; grande maioria com empregado de arma de fogo, facada. O crime já premeditado, aquele que por exemplo os traficantes fortemente armados dispõem de pessoas para fazer, a polícia tem dificuldade de conseguir testemunhas do crime; os agentes não encontram em campo pessoas disponíveis para relatar como o crime ocorreu. Há um temor da sociedade ao poder paralelo para a investigação de crimes

Já as provas técnicas: levantamento de local de crime e de necropsia; como o tiro foi dado, troca de tiros ou execução, distancia de disparo e quantidade; determinação de calibre do projétil 9mm. .45 ou 380, sofisticação das armas; deve se verificar o acesso do agente a um armamento mais poderoso. Deve haver constante de informações entre os envolvidos na investigação. Ao ter acesso ao laudo do IC se confronta as informações colhidas pela equipe que foi ao local; agentes com levantamento seguem nas entrevistas com pessoas que potencialmente tenham presenciado o crime: familiares, conhecidos e vizinhos e ai surge o nome do suspeito; ele é intimado a comparecer à unidade e a investigação se desenvolve sabe que o nome está sendo ventilado e some ou comparece a unidade e é interrogado e todas as técnicas de investigação e de interrogatório são usadas para se chegar ao esclarecimento do crime

O álibi do suspeito é verificado e toda a ramificação (MP – Grupo de Prevenção Estratégica – PM do batalhão da área e com promotores) se dá a troca de informações sobre os líderes do local. As ocorrências em que porventura armas tenham sido apreendidas com ele. A apuração do crime de homicídio tem que ter o cuidado de se colocar o suspeito no local de crime.

Como se iniciou a apuração dos crimes imputados ao Maníaco de Contagem? Quais são as especificidades deste tipo de delito.

As características do crime eram semelhantes e as vítimas foram encontradas em locais próximos umas das outras. Todos os carros tinham insuflador, duas com sinais de violência sexual. Até então não foi feita a comparação genética da amostra, mas acendeu um farol e podia ser o mesmo suspeito em dois crimes, já que as vítimas moravam na mesma região e dirigiam carro próprio. O tempo de investigação foi de quatro meses da Força Tarefa – concluído em janeiro de 2010. Nesses quatro meses não houve atuação do maníaco – apenas o material genético para confronto colhido em três vítimas: pressão da cúpula da PCMG e Seds para a conclusão dos inquéritos policiais.

O início das investigações ainda apontou o fato de que as vítimas guardavam características físicas semelhantes, possuíam veículo próprio, eram mães, moravam na mesma região e tiveram, após a ação violenta, apenas o celular subtraído. A constatação de que havia um assassino em série se deu quando chegou à DCCV o relatório da Seção Técnica de Biologia e Bacteriologia Legal do Instituto de Criminalística e que confirmava que o perfil genético encontrado nas amostras de sêmen recolhidas em Ana Carolina Menezes Assunção, Maria Helena Lopes Aguiar e Edna Cordeiro de Oliveira Freitas era coincidente, ou seja, pertenciam a um mesmo indivíduo.

Em janeiro de 2009 foi iniciada a investigação do homicídio de Adna Feitor Porto – vítima encontrada em estado de decomposição uma semana depois e se percebeu que ela havia sido enforcada e deixada com sinais de violência sexual; material genético do agressor não foi possível ser recolhido.

Em abril de 2009 foi registrado o homicídio de Ana Carolina Menezes Assunção – nessa vítima já foi colhido o material genético. O carro dela foi encontrado na via expressa. A vítima estava no banco de trás do veículo e vestida apenas a parte de cima e nua na parte de baixo. O filho de Ana Carolina, um bebê de aproximadamente um ano, foi encontrado dentro do carro e no colo da mãe morta. Até então esses crimes estavam sendo investigados pela DPC Sarzedo e DRPC Noroeste

Em setembro de 2009 – Maria Helena Lopes Aguiar foi encontrada atrás dos motéis Dallas e Caribe: enforcada com o próprio cinto de segurança do carro. Já Natália Cristina de Almeida Paiva Aguiar – estudante da PUC – foi dada como desaparecida e o caso na assumido pela DRPD (Divisão de Referência da Pessoa Desaparecida) Edna Cordeiro de Oliveira Freitas foi a quinta vítima registrada em novembro de 2009. Desde o início das investigações a atenção dos policiais envolvidos no caso fora despertada pela semelhança nos homicídios de vítimas do sexo feminino, moradoras da mesma região. O estupro e extermínio de Adina, Ana Carolina, Maria Helena, Edna Cordeiro Natália Cristina todos apresentam o arrebatamento da vítima em seu próprio veículo automotor, seguido de violência sexual contra elas e culminando com o estrangulamento fatal ainda no interior do carro.

As amostras genéticas colhidas em Ana Carolina, Edna e Maria Helena foram confrontadas e o exame demonstrou que era o mesmo suspeito em todos os crimes e que demonstrava que havia um serial killer em ação. Como sou estudioso do assunto

e sabedor que ele não para só se preso ou morto foi instaurada uma comissão trabalhando diuturnamente e na mesma região do bairro industrial e considerada zona de conforto do homicida. Havia policiais 24 horas a paisana, disfarçados como panfleteiros e que possibilitou o levantamento dos estupradores da área. O carro da Natália desapareceu de manhã e foi encontrado no mesmo dia por volta das 12h30. De acordo com as testemunhas havia um homem dirigindo o carro próximo da PUC do Barreiro e como o carro deu problema, três mecânicos que estavam fazendo a hora do almoço foram ajudar – posteriormente foi apurado que Trigueiro estava no volante. Um mecânico chegou a entrar no veículo e notou que ele estava sem gasolina; empurraram o carro e Trigueiro encostou o carro no meio fio e pegou o telefone da vítima. O corpo de Natália já havia sido desovado em Ribeirão das Neves. O veículo permaneceu no local e foi cercado pela PM que confirmaram que o carro estava estragado

No local constataram que havia uma testemunha que tinha visto o maníaco. Com isso houve o início de um trabalho psicológico grande. Alexandre Ditz – retratista da DRPC Noroeste e integrante da força tarefa – foi responsável por fazer exclusão de vários biótipos. O serial killer é uma pessoa que se passa por qualquer um estuprava e enforcava – esse tipo é envolvente, bom de lábia. Perfis foram descartados. O maníaco usava da boa aparência e até frequentou churrasco na casa de Adna, a mulher dele comprou um relógio na loja de Ana Carolina.

A versão apresentada por trigueiro é que perambulava pelo bairro e quando via uma mulher a abordava como se fosse um assalto; o criminoso fala o que você sabe; ele confirma as versões que a policia já tem e não dá mais dados dos crimes; suspeitos na área com esse perfil: branco, cabelo espetado, bem aparentado; ponto da investigação com três suspeitos com o perfil citado.

Trigueiro não tinha passagem por crime sexual, mas sim por roubo e latrocínio. Uma das frentes de trabalho foi o pedido para que fosse levantado se os telefones das vítimas estavam funcionando - assinatura – ele levava o telefone das vítimas. A assinatura é uma recordação do crime, não há interesse patrimonial. Faz o que tem vontade de fazer e vai embora. Os celulares das cinco vítimas poderiam estar de posse do suspeito. O levantamento foi demorado junto às operadoras – Rose Paula Teixeira Câmara – havia inserido chip nos cinco aparelhos, ora no nome de rose, ora no nome de trigueiro; descrição parecida com a do maníaco e que havia usado o telefone das vitimas em um chip cadastrado em seu nome ou no da esposa e que haviam sido usados imediatamente após o crime. Ele poderia ser o receptor da área; passou a ser uma suspeita, mas não era certo que era ele; se começou a entender onde ele morava – bairro Regina (Adna – primeira vítima; hipercentro – irmão do maníaco mor na Rua equador – raio de ataque era dali que ele partia-campana na porta do irmão para saber se trigueiro morava ali – barracão nos fundos e Trigueiro poderia morar ali.

Outros levantamentos sigilosos feitos dentro da própria PCMG e que foram usados na investigação: o telefone de Marcos Trigueiro foi grampeado e que o telefone estava sendo usado na Rua Equador e, por isso, foi feito revezamento dos policiais na vigília, mas Trigueiro não saía de casa: posteriormente apurado que ele estava com o pé quebrado após abordagem em uma blitz; agentes de tocaia o tempo todo – grampo e antena do Barreiro apontada para a casa dele; o telefone que ele usava por último era de Natália – estudante da PUC de Contagem. O Juiz do 1º Tribunal do Júri, com o pedido fundamentado, concedeu o mandado de busca e apreensão na residência do irmão de Trigueiro, que ainda foi observado por mais dois dias. Em uma das

conversas gravadas ele conversou com a filha de nove anos, fruto de um relacionamento anterior, e diz que não poderia ir vê-la porque estava com o pé quebrado.

A abordagem para o cumprimento do MBA foi feita por uma investigadora da DEH Barreiro que sabiam que trocava correspondência com Peter Paiva – escultura em gesso e perguntas que ele fazia para o escultor. A história cobertura foi montada para verificar se ele tinha alguma escultura – apelido marquinho – trabalha na feira hippie do Bairro Esplanada e queria uma peça dele para expor para estimular o interesse dele e a vaidade. A abordagem foi iniciada às 7h30 da manhã e se ele estivesse em casa, a investigadora faria um rabo de cavalo para que o restante da Força Tarefa entrasse na residência, já que o quarteirão foi todo cercado. A agente foi atendida pela mulher de Trigueiro; tino policial da investigadora que agiu bem e percebeu que Trigueiro estava em casa, apesar da negativa da mulher. A policial fez o rabo de cavalo e a casa foi invadida por 20 homens que não localizaram Trigueiro e a mulher dizia que ele não estava. Um dos policiais viu o pé dele debaixo da cama: Trigueiro estava escondido lá embaixo. Levantado o colchão e Trigueiro foi rendido, mão debaixo do peito olhando para cima; policiais tiraram a cama e ele não conseguiu levantar. Suspeito finalmente identificado. Com a busca feita nela, a minha mão bateu na lateral e em uma bolsa de colostomia; - um saco com fezes podia ter vínculo com as que foram encontradas no carro da Edna - última vítima - estava com fezes espalhada no interior do carro; Edna lutou e rasgou a bolsa, o que foi confirmado por Trigueiro que ela puxou a bolsa durante o estupro, confirmado que era o suspeito dos cinco crimes

Inicialmente Marcos Trigueiro negou o crime e foram colocadas as provas técnicas para ele. Os policiais que faziam a revista na casa e encontraram os telefones queimados no quintal, enterrados. Trigueiro afirmou que não sabia o porquê dos telefones estarem em sua casa; foi solicitada a ele a cessão de material genético para confronto com as amostras colhidas nas vítimas. Uma das últimas etapas técnicas que finalizou a investigação.

Qual o tempo médio gasto em uma apuração? Como esse tempo é dividido para a localização de suspeitos?

Se for um crime que é tratado desde o começo vai depender de conjeturas. Não há um padrão, há necessidade de um trabalho ser redirecionado desde o início. Não há padrão específico e depende das particularidades de cada homicídio, mas cada investigação dura em torno de seis meses. A Perícia Técnica tem auxiliado nas investigações mais antigas e o que é solicitado ao IC ele é bem atendido;

Quais as informações iniciais coletadas em um local de crime? Como elas evoluem ao longo da investigação? São confirmadas? Se não, quais as diretrizes adotadas.

É um fator importante a presença do delegado no local de crime; qualidade do trabalho técnico efetuado – soma de todos os fatores vinculados à investigação. O que falta é o que destoa da investigação. No caso específico do Maníaco solicitei o auxílio de Ilana Casoy – única que escreve sobre serial killer no país. Sou interessado no assunto e já correspondia com ela por e-mail e ela já tinha curiosidade de como

era a PCMG, tanto que veio a Belo Horizonte com recursos próprios. Ilana Casoy ajudou a traçar o perfil do maníaco e que não era violento. De acordo com ele o serial killer é um homem que tem desvio de conduta – mas pode ser considerado com um homem normal na comunidade onde vive. No caso Marcos Trigueiro, logo após ser preso, ele contava de forma muito rápida e vaga os crimes e dizia que não sabia o que dava nele. Mas, pode ser considerado um estuprador contumaz e com várias vítimas.

Como o senhor classifica a abordagem dos crimes no “Maníaco de Contagem” pela imprensa mineira?

É importante ressaltar que a imprensa tem um papel duplo, positivo pra alertar as pessoas e o que o contribuinte quer saber e negativo ao fazer um contra-trabalho na divulgação de parte de dados da investigação. A forma com que a imprensa tenta fazer para a policia fale sobre as investigações e que ela tenha acesso a informação que possam ser passadas é atrapalha as investigações. As entrevistas coletivas existem para isso e nela é que se verifica quais as informações que possam ser repassadas.

Havia um serial killer e todas as técnicas científicas foram usadas na investigação. É de uma escola de bandidos o policial que está na investigação e se coloca como fonte, pois ao assim agirem não trabalham em prol da instituição ou com a equipe. Todo o trâmite tem que ser feito, com arcabouço jurídico e técnico policial – cuidado que tem que ser tratado o dado repassado e não tratar a policia como caixa preta, mas a publicidade tem que ser feita de acordo com o sigilo exigido porque ela, a investigação, não pode ser feita sob os holofotes da imprensa.

Quais as regiões que apresentam maior polarização de homicídios? Citar as políticas ou ações desenvolvidas nessas localidades em que a PCMG tem participação ativa.

Venda Nova e Barreiro. A redução de crimes está vinculada programas sociais, como exemplo o “Fica Vivo”. Nesse caso há constante troca de informações permite que estejam direatmente ligados com as circunscrições onde trabalham os comandantes de Batalhões e Companhias da PMMG, o que permite inclusive o mapeamento de gangues. Também para a diminuição dos índices de violência são coordenadas ações de inteligência para a apuração de homicídios relacionados com o trafico de drogas, qual quadrilha está atuando. Essa sistemática de trabalho registrou, em 2010, queda de 30 de homicídios se comparados ao total ocorrido em relação ano passado.

Citar os trabalhos mantidos dentro da própria instituição e que contribuem para o esclarecimento dos crimes?

A DCCV tem por hábito fazer operações pontuais em zonas críticas e em áreas em que estão tendo aumento o número de casos. Os responsáveis pelos crimes são presos através de pedidos de MP e MBA. Um dos exemplos foi o bairro Estrela Dalva, onde os traficantes impuseram horário de fechar o comércio. Não há número fixo de policiais para essas ações, mas quando a estrutura está toda montada a operação é

feita. Quando são retirados do local os comandantes da criminalidade, se demora um ano e pouco para se retornar outra liderança. A droga é um problema social, mas essa desarticulação permite uma queda no número de homicídios e o mapeamento de gangues é constante. Todos os agentes sabem todo o trâmite dos envolvidos em crimes nessas áreas. A política antidrogas trata o usuário como doente; e o traficante como criminoso, mas isso permite um grande giro e alta rotatividade de substâncias.

WAGNER PINTO DE SOUZA

Delegado titular da Divisão de Crimes Contra a Vida - DCCV

Como se inicia uma apuração de homicídio? Quais são as especificidades deste tipo de delito?

Importa nessa forma de investigação conhecer melhor a mecânica, evolução e sofisticação que diuturnamente são empreendidos nesse tipo de crime. Na grande maioria dos casos a investigação não alcança o criminoso no primeiro momento e, por isso, todas as provas materiais e subjetivas se convergem e se materializam em etapas investigativas distribuídas entre delegados, peritos criminais e investigadores. Essa parceria tem permitido investigações exitosas, prisão de suspeitos e efetivo impacto reducional na violência no estado. O profissional que investiga esse tipo de crime tem se que colocar também como um pesquisador social, pois tem que entender que o local onde as provas são coletadas apresenta matizes diferentes e tem uma expressão própria. Da mesma forma ele deve encarar os suspeitos do crime, pois várias vertentes são apresentadas e isso conduz a formas diferentes de intervenção.

A visão de investigador técnico científico é construída na forma analítica, na leitura do local de crime e na busca de vestígios. Ele é responsável por fazer a diferenciação e compor a dinâmica de todo o cenário da morte. É imprescindível que o investigador de homicídios saiba a dinâmica básica e as especificidades do crime, as circunstâncias em que a vítima foi abordada, se foi alvejada pelas costas, se teve chance de esboçar uma defesa ou uma reação; qual a rota produzida pelo agente para chegar ao local do crime, qual a rota produzida para deixar, pra sair do local do crime. Qual o momento de encontro entre vítima e autor. São perguntas basilares e que levam à indagação primeira na investigação de homicídio: como o crime ocorreu? É a dinâmica fática e é obtida geralmente através do laudo pericial e que é a primeira prova objetiva colhida no curso da investigação de homicídio. Sangue, saliva, sêmen, rompimento de obstáculos, cabelo são também arrecadados pela Perícia Técnica e que contribuem para a produção do laudo e da sustentação objetiva da apuração do crime.

Vencida essa etapa, a investigação se concentra na motivação: o porquê. Verifica-se que todo crime de homicídio tem uma motivação predeterminada: seja droga, um desentendimento, uma vingança ou um problema de ordem econômica. A experiência demonstrada pelos investigadores garante que há sempre haverá um vínculo entre autor e vítima. É nesse dado que se extraem as linhas de investigação. No estudo pretérito da vida da vítima se analisa os eventuais motivos que poderão desaguar no crime de morte. Surgem várias hipóteses: o indivíduo tinha um triângulo amoroso, era

envolvido no tráfico ilícito de drogas, estava com dívidas pendentes, teve uma briga no bar recentemente e estava bebendo em um bar e foi ameaçado de morte.

Nesse momento, se abrem as linhas de investigação. A mais provável é apontada e, por ser a mais contundente, os policiais passam a dissecá-la. O investigador do homicídio não se preocupa com a pergunta que todos fazem: quem cometeu o crime. O trabalho busca primordialmente responder como o crime ocorreu e porquê o crime ocorreu. Respondidas essas duas perguntas automaticamente se chega ao autor do homicídio, já que esse detalhe é ratificado por provas técnicas e subjetivas. Esse triângulo é o alicerce de uma investigação técnico-científica produzida pela PCMG e que, ao longo dos anos, tem se revelado exitosa e com a capacidade de solucionar crimes da mais alta complexidade e envergadura.

Como se comporta hoje o policial que investiga o crime de homicídio. Cite algumas características desse profissional.

O policial que investiga esse tipo de crime tem se que colocar também como um pesquisador social, pois tem que entender que o local onde as provas são coletadas apresenta matizes diferentes e tem uma expressão própria. Da mesma forma ele deve encarar os suspeitos do crime, pois várias vertentes são apresentadas e isso conduz a formas diferentes de intervenção.

A visão de investigador técnico científico é construída na forma analítica, na leitura do local de crime e na busca de vestígios. Ele é responsável por fazer a diferenciação e compor a dinâmica de todo o cenário da morte. É imprescindível que o investigador de homicídios saiba a dinâmica básica e as especificidades do crime, as circunstâncias em que a vítima foi abordada, se foi alvejada pelas costas, se teve chance de esboçar uma defesa ou uma reação; qual a rota produzida pelo agente para chegar ao local do crime, qual a rota produzida para deixar e para sair do local do crime.

O levantamento de local de crime tem se tornado uma das peças-chave para apontar o executor de crimes? Como é desenvolvido esse trabalho?

As investigações conduzidas pelo DIHPP detectaram que as primeiras horas após o crime são importantíssimas para o sucesso de uma investigação policial, quanto mais antigo é o fato menor é a probabilidade de se apurar ou apontar o autor do crime. Para mudar essa estatística, há mais de cinco anos instituiu-se o plantão 24 horas por dia em todos os dias da semana e que atende a capital e RMBH. Há uma equipe sempre pronta a se deslocar até os locais onde tenha ocorrido um homicídio. Logo após a comunicação, os policiais se deslocam para a cena do crime e iniciam o trabalho de campo, com entrevistas aos parentes da vítima, vizinhos, amigos e pessoas que moram ou estavam em locais próximos.

Essa regra dinâmica, derivada de um trabalho árduo e complexo desenvolvido pelos policiais, têm proporcionado elementos para a solução do homicídio, já que permite a busca da prova subjetiva o mais rapidamente possível e a perpetuação da prova. Agir rapidamente equivale a diminuir as chances do autor não ser responsabilizado por seu ato criminoso.

Uma das crises que vem sendo controlada com essa nova postura é o local de crime não preservado. Esse fator negativo tem sido sanado paulatinamente pelos agentes e peritos técnicos no local de crime, que conseguem individualizar a contaminação de

provas, verificarem se a cena do crime foi desfeita de alguma forma e apontarem as falhas. O trabalho integrado tem permitido criar uma cultura de análise única e visão homogênea na preservação ímpar de um local de crime.

Apontar os fatores que contribuíram para a constante apuração e gradativa queda do índice de homicídios.

Em 2005, a PCMG iniciou a reestruturação da unidade especializada, com aumento do efetivo, melhoria da frota e aquisição de rádios. No ano anterior, o quadro era desolador, pois havia apenas quatro delegados, três agentes e um escrivão e uma viatura por equipe para concluir a investigação de sete mil inquéritos policiais. Na mesma época e apenas na capital mineira, foram registradas mais de 1.200 ocorrências, considerado ano crítico e de maior expansão dessa modalidade criminosa. Essa ação efetiva se desdobrou na apuração e encaminhamento à justiça de mais de 2.300 inquéritos com indiciamento. Em 2009, com ações direcionadas, foi possível retirar de circulação mais cerca de 470 homicidas. Esse dado representa um crescimento de 76,18% do total de prisão efetuadas, em comparação com os anos anteriores analisados.

Para manter esses índices, a repressão qualificada é o fator básico para coibir o crime. Essa estratégia tem origem na constante troca de informações entre os policiais que atuam na apuração de homicídios e os que atuam na ponta contra o narcotráfico. As duas unidades especializadas da Polícia Civil de Minas Gerais realizam trabalho integrado com a Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG, na busca e repressão a traficantes homicidas e diminuição de seus raios de atuação, minando pontos de drogas mais contundentes. Gradativamente, esse trabalho técnico investigativo tem impactado o número de homicídios e a liderança do tráfico de substâncias entorpecentes nas áreas onde porventura as duas modalidades estejam concentradas.

ANEXOS

1ª MATÉRIA

Veículo: JORNAL ESTADO DE MINAS - Belo Horizonte/MG

Ação de maníaco desafia a polícia

Caderno: Gerais - Página: 19 e 20

Publicada: Terça-feira - 02 de fevereiro de 2010

POLÍCIA CAÇA ASSASSINO DE MULHERES

Exames do Instituto de Criminalística comprovaram ser do mesmo homem o esperma encontrado nos corpos de três vítimas, estupradas e estranguladas, que desapareceram no Bairro Industrial, em Contagem, no ano passado. Está sendo investigada a participação do maníaco em dois outros casos registrados em 2009: o de uma mulher do Barreiro, em BH, cujo cadáver foi encontrado em decomposição; e o de uma universitária, da mesma região, que sumiu quando ia para a PUC Betim. PÁGINAS 19 E 20

MATADOR DE MULHERES

Exames comprovam que o mesmo homem é responsável pelas mortes de pelo menos três vítimas, que também foram violentadas. Outros crimes podem ter sido cometidos por assassino em série, caçado por força-tarefa

Ação de maníaco desafia a polícia

PEDRO FERREIRA

A polícia está à caça de um assassino em série que ataca mulheres no Bairro Industrial, em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e é responsável por pelo menos três mortes na Grande BH. Em abril, setembro e outubro, três vítimas desapareceram no bairro. Todas foram estupradas e estranguladas. Exames recém-concluídos pelo setor de Biologia do Instituto de Criminalística comprovam que é da mesma pessoa o esperma encontrado nos corpos, dois deles localizados em pontos próximos, na capital. O *serial killer* pode ter agido ainda em dois outros casos registrados em 2009: o sumiço de uma mulher em janeiro, no Bairro Lindéia, Região do Barreiro – cujo corpo foi encontrado em adiantado estado de decomposição, impedindo a coleta de sêmen – e o desaparecimento de uma estudante, também no Barreiro.

Várias outras coincidências levam a polícia a acreditar que está lidando, nesses casos, com um único criminoso. A partir das informações já levantadas, médicos legistas, agentes, peritos e delegados estão montando uma força-tarefa com o Ministério Público Estadual para traçar o perfil e chegar ao autor dos crimes.

Segundo informações obtidas pelo Estado de Minas, o assassino da empresária Ana Carolina Assunção, de 27 anos, que foi violentada e morta dentro do seu carro, ao lado do filho de 1 ano e dois meses, em um crime que chocou o estado, é o mesmo homem que matou a empresária Maria Helena Lopes Aguiar, de 48, e a contadora Edna Cordeiro de Oliveira Freitas, de 35. O corpo de Ana Carolina foi achado no Bairro João

Pinheiro e o de Maria Helena, no Califórnia, ambos na Região Noroeste da capital, separados pelo Anel Rodoviário de BH.

Em 16 de abril do ano passado, o corpo de Ana Carolina foi encontrado seminu no banco traseiro do seu Palio Weekend. Ela foi estrangulada com o cadarço do tênis e violentada. O bebê não foi agredido e dormia sobre o peito da mãe. A família deu falta do celular, mas R\$ 210 foram achados sob o banco e o aparelho de som do carro não foi levado. O drama da família começou por volta das 18h de 16 de abril, quando a empresária foi com o filho buscar a mãe na loja, no Bairro Industrial. A mãe da vítima, que já tinha trancado o estabelecimento e aguardava do lado de fora, estranhou ao ver o carro da administradora passar direto. Informado sobre o episódio, o marido da empresária ligou para o celular da mulher e ela disse que estava tudo bem e que havia chegado em casa, o que não era verdade.

O irmão da administradora, Jair Vinicius Menezes Assunção, de 22, foi avisado da suspeita de sequestro-relâmpago e também telefonou para Ana Carolina, que repetia o tempo todo que estava bem e, diante da insistência, pediu que ele não fizesse tantas perguntas. Nessa ligação, o rapaz ouviu vozes masculinas mandando a empresária andar mais rápido. Depois de 20 minutos, o telefone foi desligado. O carro foi encontrado mais tarde, na Avenida Governador Benedito Valadares, no Bairro João Pinheiro, Região Noroeste de BH, na marginal da Via Expressa, em local deserto e de pouca iluminação.

Outra vítima do maníaco foi encontrada em local vizinho. O corpo de Maria Helena, que desapareceu em 17 de setembro de 2009, no Industrial, foi achado no dia seguinte, no banco traseiro do seu Punto, no Bairro Califórnia, também na Região Noroeste de BH. Maria Helena era dona de duas lojas de

confeções no Barro Preto, Região Centro-Sul de BH. Ela foi estrangulada com o cinto de segurança do carro. Nada foi roubado, mas a família deu falta do telefone celular.

Outra vítima do maníaco foi a contadora Edna Cordeiro, que sumiu em 11 de outubro do ano passado. Ela saiu do trabalho, numa faculdade, e não chegou em casa, no Industrial. Seu carro foi achado no mesmo dia, próximo a uma favela do bairro, com a chave na ignição. No banco do passageiro estavam carteira, bolsa, cartão de crédito e documentos pessoais, intactos. Só o celular não foi encontrado. O corpo foi localizado no dia seguinte, por funcionários de uma mineradora, a 50 quilômetros de onde o carro estava, numa estrada de acesso ao Condomínio Retiro das Pedras, em Nova Lima, Grande BH. Não havia nenhum documento que identificasse o corpo, mas a vítima usava uma aliança com seu nome. Segundo a polícia, foi estrangulada com o colar que usava.

INVESTIGAÇÃO O Instituto de Criminalística não conseguiu coletar amostras de esperma no corpo da comerciante Adina Feitor Porto, de 34, que sumiu em 27 de janeiro de 2009, no Bairro Lindéia, no Barreiro, e teve o corpo encontrado uma semana depois, numa estrada de terra em Sarzedo, Grande BH. O carro dela foi abandonado sem combustível na Via Expressa, no Bairro Camargos, Região Noroeste de BH, que fica ao lado dos bairros Califórnia e João Pinheiro, onde os corpos de Ana Carolina e Maria Helena foram localizados. A vítima também foi estrangulada.

Outro crime investigado pela polícia é o sumiço de uma estudante que em outubro do ano passado saiu de casa, no Barreiro, com destino à PUC Betim, onde estudava, e nunca mais foi vista. Seu carro foi achado no Barreiro.

ANÁLISE DA NOTÍCIA

Faz parte da estratégia policial preservar certas informações sobre crimes, a fim de não prejudicar as investigações. Isso ajuda os investigadores a cumprir sua função. Por outro lado, também faz parte da obrigação dos órgãos de defesa, assim como da imprensa, alertar os cidadãos para que possam se prevenir e evitar os riscos representados pela ação de um maníaco. Foi o que pautou a decisão do Estado de Minas, ao divulgar os resultados de exames que apontavam o mesmo homem como o assassino de pelo menos três mulheres em um período de poucos meses, na Grande BH. A matéria publicada certamente alertará a população e exigirá uma resposta mais rápida dos órgãos policiais. Afinal, como deixou claro o próprio chefe da Polícia Civil, Marco Antônio Monteiro, o alerta pode levar mais vítimas a se manifestar, o que ajudará na apuração. (PHL)

TERROR EM BH E CONTAGEM

Polícia sem pistas de maníaco sexual

Pelo menos mortes de Ana Carolina, Maria Helena e Edna Cordeiro são atribuídas a “serial killer”

MATEUS PARREIRAS
REPÓRTER

Um maníaco homicida, que sequestra, estupra e depois estrangula suas vítimas tem agido em Belo Horizonte e na Região Metropolitana desde o ano passado. O assassino serial pode ser responsável por cinco ataques que resultaram em quatro mortes e num desaparecimento, mas a Polícia Civil não apresentou suspeitos. Pior do que isso, segundo a análise de tendências criminais feita por fontes ligadas aos setores de inteligência da Polícia Militar para fazer a segurança ostensiva nessas áreas, um novo ataque pode ocorrer ainda neste primeiro trimestre. Foi por meio do exame de DNA do esperma encontrado em três mulheres que o laboratório de criminalística concluiu haver a mesma auto-

ria nesses casos. O espaço de tempo entre a primeira e a segunda mortes relacionadas pelo teste genético ocorreu em 153 dias, entre abril e setembro do ano passado. Da segunda para a terceira, caiu para 62 dias, entre setembro e novembro de 2009.

Outros dois casos onde a coleta de DNA não foi possível também apontam para o mesmo estrangulador de mulheres, segundo a Polícia Civil. Isso por causa de similaridades na mecânica criminal, região onde ocorreram os ataques e perfil das vítimas: todas mulheres ocupadas e produtivas, que conduziam sozinhas seus próprios veículos. A confirmação de relação com esses crimes indicaria intervalos ainda menores de atuação do maníaco, entre um e três meses,

de acordo com os cálculos policiais. Segundo o delegado que coordena a caça ao maníaco, Frederico Raso Lopes Abella, da Divisão de Crimes Contra a Vida, a análise dos prováveis trajetos de abordagem de vítimas e embarque nos seus veículos configura uma área de atuação extensa, em BH e Contagem, que circunda o Bairro Industrial.

O HOJE EM DIA possuía essas informações na semana passada, mas, no intuito de colaborar com as autoridades para que a investigação não fosse prejudicada, se comprometeu a não divulgar, depois de solicitação da Secretaria de Estado de Defesa Social, na última sexta-feira. Ontem, a cúpula da Polícia Civil convocou uma entrevista coletiva para comentar os fatos.

.DO LEITOR

Serial killer

Gostaria de expressar nosso reconhecimento ao jornal HOJE EM DIA que em pelo elevado senso de cidadania ao não divulgar detalhes sobre investigações relativas a crimes contra mulheres ocorridos em Belo Horizonte, e cuja apuração ainda não está concluída. É importante lembrar que estes detalhes, ao se tornarem públicos, poderiam dificultar o andamento ou até mesmo impedir a conclusão das investigações.

Hugo Teixeira
Superintendente de
Imprensa
Governo de Minas Gerais

Editorial

O ASSASSINO ENTRE NÓS

Várias mulheres foram assassinadas em Belo Horizonte e Contagem no ano passado. Os crimes têm as mesmas características: as vítimas foram sequestradas, estupradas e estranguladas. Moravam ou trabalhavam e seus veículos foram abandonados em bairros de uma mesma região. Uma delas está desaparecida.

Agora, a Polícia Civil informa que o esperma encontrado no corpo de três das mulheres assassinadas pertence a um mesmo homem. O bairro Industrial, em Contagem, aparece como referência de três das vítimas. Uma delas foi encontrada com o filho recém-nascido dormindo sobre seu corpo.

O fato ilumina novamente os casos de várias mulheres assassinadas ou que desapareceram, na mesma região, entre 1999 e 2001. Os

crimes ou não foram esclarecidos até hoje ou o foram de modo insatisfatório. Muito tempo depois, a ossada de uma vítima foi encontrada na mata da UFMG.

Na ocasião, falou-se que os crimes eram cometidos por um serial killer. A polícia descartou a eventualidade. Agora, a própria polícia é a primeira a levantar a hipótese. O assassino é uma única pessoa. Não rouba as vítimas. Agê da mesma maneira, tomando o carro das vítimas, e numa mesma região.

Tudo indica tratar-se de um psicopata. Tem consciência de sua anormalidade, mas não resiste à compulsão de estuprar e matar. Seu instinto, no entanto, leva-o a interromper os crimes, quando se sente ameaçado na sociedade. A grande cidade serve-lhe de proteção.

Trata-se de um caso de resolução difícil para a nossa polícia. Talvez seja o primeiro com essas características com que ela se defronta. Seja como for, o fato de chegar à conclusão que chegou, utilizando o instrumental científico de que dispõe, é um bom sinal.

Mostra que a polícia, durante todo esse tempo, esteve trabalhando e que vai continuar a se dedicar ao caso. Só isso não resolve, mas já dá um pouco de tranquilidade à sociedade.

2ª MATÉRIA

VEÍCULO: JORNAL HOJE EM DIA - Belo Horizonte/MG
Polícia reconhece falhas nas investigações sobre maníaco
Caderno: Minas - Página: 26
Publicada: Quinta-feira – 10 de fevereiro de 2010

Minas

Polícia Civil reconhece falhas nas investigações sobre maníaco

Retrato encontrado no carro da primeira possível vítima, Adina Feitor Porto, foi ignorado por mais de um ano

Mateus Parreiras - Repórter - 11/02/2010 - 18:15

MAURÍCIO DE SOUZA



Delegado Marco Antônio Monteiro de Castro, falou sobre vários aspectos da investigação

O chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, delegado Marco Antônio Monteiro de Castro, deu uma declaração à imprensa nesta quinta-feira (11) sobre vários aspectos da investigação e sobre as falhas de integração do Instituto Médico Legal (IML), delegacias de área e de Desaparecidos. Ele não respondeu a nenhuma das perguntas dos jornalistas. De acordo com o policial, o retrato de um homem desconhecido, encontrado dentro do carro da vítima ainda não confirmada, Adina Feitor Porto, 34 anos, foi recebido pelos investigadores. A fotografia 3x4 de um homem de cavanhaque foi ignorada pela polícia por mais de um ano, desde 27 de janeiro de 2009, quando ela desapareceu, conforme destacou a edição e desta quarta-feira (11) do HOJE EM DIA. "A fotografia já está de posse de policiais da equipe de homicídios e encontra-se sob análise", disse.

O retrato foi encontrado por lavadores de carro de um lava-jato para onde o automóvel da vítima foi levado após o crime. O marido dela, o comerciante Íris Oliveira Porto, 36 anos, disse que a polícia também não recolheu impressões digitais no veículo. O corpo de Adina apareceu uma semana depois do desaparecimento, numa estrada rural da cidade de Sarzedo, e também apresentava sinais de estrangulamento. Devido à decomposição do corpo, não foi possível coletar o material genético do assassino.

Monteiro também descartou que uma possível vítima atacada por esturador em Sabará, cidade a 36 quilômetros da região das mulheres capturadas, tenha alguma relação com o assassino serial. "A informação não procede. O autor, neste caso, já identificado, presumivelmente, não tem envolvimento com os casos investigados pela equipe da Divisão de Crimes Contra a Vida, em Belo Horizonte", declarou.

A Polícia Civil, por meio da declaração de seu chefe, também admitiu as falhas no caso da estudante de Direito Natália Cristina de Almeida Paiva, 27 anos, outra suposta vítima do maníaco que supostamente tinha desaparecido, mas que, na verdade, tinha sido enterrada como indigente, em Ribeirão das Neves, depois de liberada pelo IML. "Lamentamos o atraso no reconhecimento da ossada de Natália Cristina. Constatamos que ocorreram falhas de comunicação entre o IML, a Divisão de Referência a Pessoas Desaparecida, a Delegacia de Homicídios de Ribeirão das Neves e os familiares", disse.

Como resposta a essa situação, que levanta suspeitas sobre mais desaparecidos que possam ter tido mesmo destino, Monteiro determinou que a Corregedoria Geral da corporação apure a situação entre 30 e 60 dias. "Determinei ainda que os procedimentos de controle em relação ao encontro de ossadas e ingresso de corpos não identificados ao IML e em Hospitais sejam revistos e aprimorados. Determinei, ainda, a revisão de casos envolvendo sepultamento de ossadas nos últimos anos", promete.

VEÍCULO: JORNAL O TEMPO - Belo Horizonte/MG
Polícia assume falhas e muda critérios de investigação
Caderno: Cidades – O Tempo on line
Publicada: Quinta-feira – 12 de fevereiro de 2010

Segurança. Chefe da corporação anuncia integração de lista de desaparecidos de órgãos do Estado
Polícia assume falhas e muda critérios de investigação
Anúncio foi dado no dia do enterro de Natália, dada como indigente pelo IML
Ezequiel Fagundes

Na mesma tarde em que os restos mortais da estudante de direito Natália Cristina de Almeida Paiva, 27, - supostamente estuprada e assassinada pelo maníaco que vem sendo caçado na região metropolitana da capital - foram finalmente enterrados, a cúpula da Polícia Civil de Minas reuniu a imprensa para comunicar que errou ao autorizar a liberação do corpo da estudante que, após 90 dias à espera de identificação, foi enterrada como indigente no final de janeiro em um cemitério público de Ribeirão das Neves, na região metropolitana. "Constatamos que ocorreram falhas de comunicação entre o IML, Divisão de Referência à Pessoa Desaparecida, Delegacia de Homicídios e familiares", disse o chefe da Polícia Civil em Minas, delegado Marco

Antônio Monteiro de Castro, num pronunciamento que durou menos de cinco minutos sem direito a perguntas dos jornalistas (leia a íntegra abaixo).No anúncio, o delegado anunciou a revisão do processo adotado atualmente pela Polícia Civil em relação ao encontro de corpos não identificados e de ossadas enviadas ao Instituto Médico Legal (IML) e hospitais, além da revisão dos casos antigos. Com a implantação das novas regras, o objetivo é integrar a lista de pessoas desaparecidas com o banco de dados de hospitais, IML, abrigos, delegacias e Corpo de Bombeiros, no Estado.

Monitorado por assessores da Secretaria de Comunicação do governo estadual, o chefe da Polícia Civil anunciou um prazo máximo de 60 dias para que a Corregedoria da Polícia Civil libere os resultados da apuração sobre as falhas na identificação e liberação do corpo da estudante.

O delegado descartou a existência de uma suposta vítima, moradora de Sabará, na região metropolitana da capital, que teria sobrevivido ao ataque do maníaco. Segundo ele, o caso de Sabará não tem qualquer relação com os crimes atribuídos ao assassino de mulheres da região metropolitana de BH. A nota diz também que a polícia investiga uma fotografia encontrada no banco do carro de Adina Feitor Porto, morta no início de fevereiro de 2009.

Desaparecida desde outubro de 2009, o corpo da universitária só foi devidamente identificado após a exumação. Análises da arcada dentária confirmaram a identidade da moça, agora apontada pela Polícia Civil como provável quarta vítima do maníaco que vem agindo na região do Barreiro e do bairro Industrial, em Contagem.

Como o material genético de Natália foi totalmente comprometido devido à sucessão de erros da investigação, provavelmente a polícia não terá como comprovar de forma cabal que a estudante é mesmo uma das vítimas do estuprador. Visivelmente constrangido, coube ao chefe da Polícia Civil, Marco Antônio Monteiro de Castro receber a imprensa, ontem, ao lado do chefe adjunto da Polícia Civil, Jairo Léllis Filho, e do superintendente geral da corporação, Gustavo Botelho Neto.

FOTO: RODRIGO CLEMENTE



Constrangido. Chefe da Polícia Civil declarou solidariedade às famílias de vítimas do maníaco

“

Como pai de família, cidadão, policial, hoje na condição de chefe da Polícia Civil de Minas Gerais, antes de mais nada, gostaria de apresentar os meus sentimentos e prestar minha solidariedade aos familiares das vítimas comprovadamente vinculadas a execução de crimes em série. A consternação que essas perdas provocaram alia-se um sentimento de indignação, do qual eu também compartilho com as famílias, amigos e toda a sociedade.

Lamentamos o atraso no reconhecimento da ossada de Natália Cristina. Constatamos que ocorreram falhas de comunicação entre o IML, a divisão de referência a pessoa desaparecida, a Delegacia de Homicídios de Ribeirão das Neves e os familiares. Determinei a Corregedoria Geral que apure, o mais rápido possível, no prazo de 30 a 60 dias, as responsabilidades.

Determinei ainda que os procedimentos de controle em relação ao encontro de ossadas e ingresso de corpos não identificadas no IML e em hospitais sejam revistos e aprimorados, visando agilizar o trabalho de reconhecimento.

Determinei ainda a revisão de casos envolvendo o sepultamento de ossadas nos últimos anos. Em relação à notícia de que o criminoso que estamos procurando tenha feito mais uma vítima em Sabará, esclarecemos que a informação não procede. O autor, neste caso, já identificado, presumivelmente não tem envolvimento com os casos investigados pela equipe da Divisão de Crimes contra a Vida, em Belo Horizonte.

Da mesma forma, esclarecemos que a fotografia encontrada no veículo de uma das vítimas já está de posse de policiais da equipe de Homicídios e encontra-se sob análise.

Reafirmamos a prioridade de investigação em relação aos casos comprovadamente vinculados. Reafirmamos também o compromisso de divulgação de fatos novos, na medida em que as investigações progredirem, solicitando aos veículos de comunicação que evitem a publicação de notícias inexatas e desprovidas de caráter oficial. Isto prejudica as investigações, aflige os familiares e gera uma sensação desproporcional de insegurança na população.

Obrigado pela atenção!

”

Marco Antônio Monteiro
Chefe da Polícia Civil

Especialista diz que faltou cuidado

Na avaliação do coordenador de Centro de Estudos em Segurança Pública da PUC Minas, Luiz Flávio Sapori, houve a Polícia Civil errou na condução do caso de desaparecimento da universitária Natália. "Houve desarticulação entre o IML, a polícia de Neves e a Delegacia de Pessoas Desaparecidas", disse.

Para Sapori, faltou cuidado no controle de acesso às informações sobre o encontro de cadáveres. "Essas informações deveriam circular diariamente entre a Delegacia de Desaparecidos e o IML". (Hellem Malta)

FOTO: CHARLES SILVA DUARTE



Deputados criticaram as falhas na investigação da Polícia Civil

ASSEMBLEIA

Audiência pública discute conduta policial no caso

Uma audiência pública com participação de representantes do Ministério Público, Polícia Civil, deputados e parentes de vítimas, no próximo dia 23, irá tratar das falhas da Polícia Civil na investigação sobre a ação do maníaco que, comprovadamente, fez três vítimas na região metropolitana da capital, entre abril e novembro do ano passado. O caso da estudante Natália, ainda sem confirmação oficial, é considerado o quaro envolvendo o assassino em série.

O anúncio da audiência pública foi feito ontem pelo presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia, deputado João Leite, que, com outros membros da comissão, visitou ontem a família de Ana Carolina Menezes Assunção, 27, vítima já confirmada do maníaco.

João Leite criticou os erros da Polícia Civil nas investigações e também a falta de informações sobre o desenrolar das apurações. Segundo o deputado, se a história do maníaco tivesse sido exposta anteriormente, novas vítimas poderiam ter sido evitadas. "A divulgação do caso faz com que as pessoas se manifestem. Provavelmente quem cometeu esses crimes está acuado agora". (Raphael Ramos)

Editorial - Sucessão de erros

Publicado no Jornal O TEMPO em 12/02/2010

Dois acontecimentos diferentes estão colocando em questão a eficiência da Polícia Civil de Minas Gerais. De um lado, há o escândalo das carteiras de habilitação, que estariam sendo vendidas por funcionários do órgão em cidades do interior. De outro, a série de crimes misteriosos, contra mulheres, que há anos ocorrem na região metropolitana, sem que sejam esclarecidos.

No caso das carteiras, até hoje os responsáveis diretos pela irregularidade se dignaram a dar uma satisfação à sociedade, apesar de as denúncias, todas consistentes, se multiplicarem. No caso dos assassinatos em série, verifica-se que também nesses houve pouco empenho das autoridades em esclarecê-los, por desinteresse em relação às vítimas ou por falta mesmo de capacidade profissional.

Nesses dias, vieram à luz pelo menos dois fatos gravíssimos a respeito. Apesar dos insistentes pedidos de informações da família de uma das vítimas, seu cadáver ficou três meses depositado nas geladeiras do IML e acabou sendo sepultado como indigente. A identificação só se deu porque foi divulgado o caso do criminoso que vem agindo na região metropolitana de Belo Horizonte. Assim, o corpo foi exumado e o exame da arcada dentária da vítima confirmou sua identidade.

Outro caso está sendo trazido ao conhecimento público pelo marido de outra vítima. Diz ele que recebeu o carro da mulher sem que esse tenha sido rigorosamente vistoriado e que encontrou, em seu interior, a fotografia de um homem desconhecido. Essa fotografia foi entregue à polícia, que até hoje nada informou a respeito - se se tratava ou não de uma pista que valesse a pena seguir. Com a identificação da última mulher, a polícia já admite que ela foi a quarta vítima de uma série de assassinatos com características muito semelhantes.

Precisa, portanto, se mexer, fazendo uso de todos os seus recursos, eliminando o temor, que já começa a se infiltrar na opinião pública, de que o criminoso só será apanhado, se o for, por obra e graça de um acaso. Definitivamente, a segurança pública não é para amadores.

VEÍCULO: JORNAL ESTADO DE MINAS - Belo Horizonte/MG
Polícia admite falha em investigação de morte de universitária
Caderno: Minas - Página: Portal UAI
Publicada: Quinta-feira – 11 de fevereiro de 2010

Polícia admite falha em investigação de morte de universitária

Chefe da Polícia Civil reconhece problemas de comunicação entre setores da corporação

[Rafael Passos](#) - Portal Uai



Emocionados, familiares e parentes despediram da universitária Natália Cristina de Almeida

A demora na identificação do corpo da estudante **Natália Cristina de Almeida Paiva**, de 27 anos, e o desencontro de informações levaram a Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) a reconhecer que houve problemas na investigação da morte da jovem. O chefe da Polícia Civil, delegado Marco Antônio Monteiro de Castro, fez, na tarde desta quinta-feira, um rápido pronunciamento sobre o caso. Os jornalistas, entretanto, não puderam fazer perguntas ao policial.

"Constatamos que ocorreram falhas de comunicação entre o IML (Instituto Médico Legal), Divisão de Referência da Pessoa Desaparecida, Delegacia de Homicídios de Ribeirão das Neves e os familiares. Determinei à Corregedoria-Geral de Polícia Civil que apure o mais rápido possível, no prazo de 30 a 60 dias, as responsabilidades", enfatizou.

Marco Antônio Monteiro disse que também que os procedimentos de controle de encontro de ossadas e de chegada de corpos não identificados ao IML serão reavaliados.

Serial killer

Sobre a uma possível vítima que escapou do maníaco que matou três mulheres na Grande BH, o delegado descartou qualquer ligação da ocorrência com as mortes ocorridas no Bairro Industrial, em Contagem. "A informação não procede. O autor neste caso, já identificado, não tem envolvimento com os casos investigados", garantiu.

Sofrimento

Parentes e amigos da universitária viveram quatro meses de incerteza e angústia desde o desaparecimento da jovem, em outubro de 2009. Os restos mortais de Natália Almeida foram enterrados como de indigente em janeiro, no Cemitério Parque Porto Seguro, em Ribeirão das Neves, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Antes, porém, eles ficaram cerca 90 dias no IML da capital. O caso revoltou os familiares da jovem, que buscaram incansavelmente informações sobre o paradeiro de Natália.

Após a exumação do corpo e exames de DNA e de arcada dentária, a polícia confirmou nessa quarta-feira que o material recolhido é mesmo da universitária. Ela pode ter sido mais uma vítima do homicida no Bairro Industrial, em Contagem, na região metropolitana.

Despedida

Depois de meses de dor e indignação, familiares e amigos de Natália puderam finalmente sepultar a jovem no final da tarde desta quinta-feira, no Cemitério Parque Renascer, em Contagem. Morta aos 27 anos, a jovem cursava direito na PUC Betim e foi vista pela última vez quando estava a caminho da universidade.

3ª MATÉRIA

VEÍCULO: JORNAL ESTADO DE MINAS - Belo Horizonte/MG

Serial killer foi preso debaixo da cama, diz polícia

Caderno: Minas - Página: Portal UAI

Publicado: Quinta-feira – 25 de fevereiro de 2010

Serial killer foi preso debaixo da cama, diz polícia

Na casa do maníaco, em Contagem, a polícia encontrou dois celulares, um deles seria da quarta vítima do homem

[Alexandre Vaz](#) - Portal Uai [Elaine Resende](#) - Portal Uai

Publicação: 25/02/2010 12:14 Atualização: 26/02/2010 10:40



Suspeito foi preso em casa, no Bairro Industrial, em Contagem

Marcos Antunes Trigueiro, de 31 anos, casado, cinco filhos e atualmente desempregado. É essa a identificação do maníaco sexual divulgada no final da manhã desta quinta-feira pela Cúpula da Polícia Civil, no Departamento de Investigações, Região Centro-Sul de BH. Ele foi preso por volta das 7h de quarta-feira, no Bairro Industrial, em Contagem. Pelos exames de DNA, a polícia confirmou que Marcus estuprou e matou três mulheres na região onde morava.

O delegado responsável pela investigação, Frederico Abelha, disse que, nas últimas semanas, a polícia investigava três suspeitos. Com o rastreamento dos celulares das vítimas, a polícia conseguiu identificar onde o maníaco morava.

Ao chegar à casa dele, na Rua Equador, número 51 A, Bairro Industrial, os policiais encontraram o suspeito escondido debaixo da cama. Com a mulher dele, foram achados três telefones queimados. Graças ao número de série dos aparelhos, os investigadores os identificaram como sendo das vítimas. Dois celulares já foram identificados como sendo da contadora Edna Cordeiro de Oliveira Freitas, morta em 11 de novembro, e da universitária Natália Cristina de Almeida Paiva, assassinada em 7 de outubro e que pode ter sido a quarta vítima de Marcus. A polícia aguarda o resultado da perícia no terceiro aparelho.

Segundo a Polícia Civil, ele já havia sido preso por furto, em maio de 2005, mas conseguiu fugir. Em setembro do mesmo ano ele foi recapturado e cumpriu o total da pena.

O delegado informou que, no momento da prisão, o suspeito permaneceu calado, em atitude fria. Em função disso, a mulher acabou sendo presa também por estar de posse dos celulares. Segundo Frederico Abelha, ela não deve permanecer presa por muito tempo. Em depoimento, ela teria dito que não acreditava que o marido seria o serial killer. Ela, porém, admite que o marido vinha agindo de forma estranha desde o ano passado. Segundo ela, ele não dormiu em casa em vários dias.

Frederico Abelha informou que o laudo conclusivo deve sair em 30 dias, mas o prazo pode ser prorrogado. Assim que ficar pronto, ele será encaminhado à Justiça e ao Ministério Público.

(Com informações de Sílvia Dalben/Portal Uai)

VEÍCULO: JORNAL O TEMPO - Belo Horizonte/MG
Polícia confirma que homem preso em Contagem é o maníaco da Grande BH
Caderno: Cidades - Página: O Tempo on line
Publicado: Quinta-feira – 25 de fevereiro de 2010

Polícia confirma que homem preso em Contagem é o maníaco da Grande BH

25/02/2010 10h33

FERNANDO COSTA / EZEQUIEL FAGUNDES

Siga em: twitter.com/OTEMPOonline

FOTO: ALEX DE JESUS/O TEMPO



De acordo com a polícia, exame de DNA confirmou que ele é o autor dos crimes

Galeria de fotos



A Polícia Civil confirmou na manhã desta quinta-feira (25) que o homem preso na tarde dessa quarta-feira (24) é mesmo o maníaco da Grande Belo Horizonte, responsável pelo assassinato de pelo menos três mulheres na região metropolitana de Belo Horizonte.

O homem, que tem 32 anos e passou a noite no Departamento de Investigações da Polícia Civil, deve ser indiciado por cinco homicídios. Três deles foram confirmados por exames de DNA, cujos resultados ficaram prontos nesta manhã.

Os outros dois homicídios se referem aos assassinatos de duas mulheres que ainda não eram confirmadas como vítimas do maníaco.

Segundo informações da Polícia Civil, o homem demonstrou frieza durante os depoimentos e não se mostrou arrependido. O suspeito, segundo delegado, já tem uma passagem na polícia por assalto à mão armada. A mulher do suspeito também foi presa na residência do casal.

MATÉRIA O TEMPO – Relacionada à matéria anterior

Polícia prende suspeito de ser o maníaco do bairro Industrial

Investigado é casado, tem cinco filhos e estaria com celulares das vítimas

Raphael Ramos

Publicado no [Jornal OTEMPO](#) em 25/02/2010

FOTO: DANIEL IGLESIAS



Mistério. Delegados saíram ontem do Departamento de Investigações sem falar com a imprensa

A Polícia Civil prendeu ontem o homem que pode ser o maníaco que, entre abril e novembro do ano passado, estuprou e matou três mulheres no bairro Industrial, em Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte. Outros dois assassinatos de mulheres na mesma região também são atribuídos a ele.

A prisão, feita por policiais da equipe de Divisão de Crimes contra a Vida (DCcV) de Belo Horizonte, aconteceu pela manhã, na casa do suspeito, também no bairro Industrial. Até a noite de ontem, a descoberta da polícia estava cercada de mistério. À meia-noite, a imprensa aguardava por informações na porta do Departamento de Investigações (DI) da Polícia Civil, no bairro Lagoinha, região Noroeste, para onde o suspeito foi levado. O andar onde o suspeito estava foi isolado e até mesmo policiais do departamento tiveram a circulação restringida. Por volta de 22h15, os delegados Wagner Pinto, chefe da Delegacia de Homicídios, e Frederico Abelha, que preside o inquérito, saíram do local acompanhados do chefe do DI, Edson Moreira, sem dar qualquer declaração à imprensa.

Eles não falaram sobre a identidade do acusado, mas fontes ligadas à Polícia Civil informaram que o suspeito é casado, pai de cinco filhos e conhecia as vítimas. "Pelo que me informaram, ele é um cara tranquilo, fora de qualquer suspeita", disse a fonte.

A fonte informou ainda que o retrato falado, constituído a partir de informações de uma testemunha, colaborou para que os investigadores chegassem ao suspeito. O acusado tem cerca de 1,80m de altura, é branco, forte e tem aproximadamente 30 anos. Telefones celulares encontrados

na casa do suspeito e que seriam das vítimas são, de acordo com a fonte, a prova mais concreta que liga o acusado aos assassinatos. A informação, no entanto, não foi confirmada pela Polícia Civil.

Hoje devem ficar prontos os exames de DNA que podem confirmar a relação do suspeito com os crimes. Ontem à tarde, peritos recolheram material para comparação genética com as amostras de sêmen encontradas em três das vítimas. Geralmente esses resultados só são liberados até 20 dias após a coleta, mas pela relevância do caso, a Polícia Civil pediu urgência na análise.

Anísio Hernisdorss, que comanda a equipe de peritos, não revelou que tipo de material do suspeito foi recolhido, contudo, mostrou-se otimista em relação à solução do caso. "A polícia está no caminho", resumiu.

Ontem à noite, a reportagem de O TEMPO obteve informações sobre as primeiras horas do suspeito na prisão. Detido em uma sala do departamento, ele teria jantado - a mesma refeição dos presos abrigados no local - e aguardava a definição sobre onde passaria a noite, se numa cela separada no DI ou se seria transferido para outra unidade da Polícia Civil. Ouvido por policiais que comandam a investigação, ele teria negado qualquer ligação com os crimes. A polícia acompanhava os passos do suspeito há cerca de um mês.

Promotor

Estaca zero. O promotor Francisco Santiago, que participa da força-tarefa que procura o homicida, chegou a dizer, na sexta-feira passada, que as investigações estavam na "estaca zero".



Ataques mantinham perfil

O maníaco teria um perfil preferencial para atacar suas vítimas. As mulheres seriam magras, morenas, de cabelos longos e lisos. As suas ações ficaram marcadas por levar consigo os celulares das vítimas.

A empresária Ana Carolina Menezes Assunção, 27, Maria Helena Aguiar, 48, e a contadora Edna Cordeiro de Oliveira Freitas, 35, possuem o mesmo perfil biofísico. O desaparecimento da comerciante Adina Feitor Porto, 34, e da estudante Natália Cristina de Almeida Paiva, 27, comprovam o perfil de perversidade.

VEÍCULO: JORNAL HOJE EM DIA - Belo Horizonte/MG
Maníaco do Industrial pode ter cometido outros crimes
Caderno: Minas - Página: Portal Hoje em Dia
Publicada: Quinta-feira – 25 de fevereiro de 2010

Minas

'Maníaco do Industrial' pode ter cometido outros crimes
Pela lei brasileira, Marcos Antunes Trigueiro poderá ser condenado a até 150 anos de prisão, somando as penas dos delitos
Leida Reis e Augusto Franco - Editora e Repórter - 25/02/2010 - 16:58

CRISTIANO COUTO



Marcos Antunes Trigueiro confessou o assassinato das cinco mulheres em Contagem e no Barreiro

Marcos Antunes Trigueiro, que segundo a Polícia Civil de Minas Gerais estuprou e matou cinco mulheres, pode ter sido responsável por outras mortes e estupros. “Não aquelas de 1999, nem as relacionadas recentemente pela imprensa, mas outras, que estamos investigando”, afirmou o delegado Édson Moreira, chefe do Departamento de Investigações (DI). O maníaco, e outros dois homens, foram presos, em 7 de maio de 2005, por envolvimento na morte de um taxista, em Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

De acordo com o delegado responsável pelas investigações que levaram à prisão na última quarta-feira (24) do acusado dos crimes, Frederico Abelha, o inquérito não foi concluído, mas as investigações apontam que todos os cinco crimes ocorridos no Bairro Industrial tiveram as mesmas características. O maníaco se aproximava das vítimas e as rendia com uma arma de fogo. Em seguida, as levava para uma região de Ribeirão das Neves, cometia os estupros, obrigava as vítimas a se recomporem e as estrangulava em seguida. De acordo com o delegado, o assassino estudava as vítimas antes das abordagens.

A apresentação à imprensa do suspeito de ser o “Maníaco do Industrial”, no final da manhã de quarta-feira, reuniu uma multidão de repórteres e curiosos, muitos deles funcionários da própria Polícia Civil, que se acotovelaram no auditório da sede administrativa da Polícia, na Serra, para ver a cara do “serial killer”.

Desde o início da manhã, a expectativa era grande na porta do Departamento de Investigações, na Lagoinha, onde o suspeito Marcos Antunes Trigueiro passou a noite. Às 11h20, a viatura que levava o “maníaco” para a apresentação chegou à unidade da Serra, escoltada por outras quatro caminhonetes do Batalhão Rotam, todas com sirenes ligadas.

Frederico Abelha contou ainda que as investigações começaram depois que o perfil do assassino foi definido, no final do ano passado. Após determinar uma área de atuação do bandido, a polícia chegou a três suspeitos, que passaram a ser seguidos 24 horas por dia. O passo definitivo para chegar ao suspeito, no entanto, foi a autorização judicial para rastrear os telefones das vítimas. Mesmo sem o chip, os aparelhos foram localizados via satélite. Na quarta-feira, durante as buscas, quatro telefones celulares foram encontrados na casa. Nenhuma arma foi encontrada no local.

Os telefones da estudante Natália Cristina de Almeida Paiva, desaparecida em outubro de 2009, e o da contadora Edna Cordeiro de Oliveira Freitas, desaparecida em novembro, foram encontrados queimados dentro da casa, mas com os números de série intactos. O telefone de Maria Helena Aguiar, desaparecida em setembro, estava sendo utilizado pela esposa de Marcos Antunes Trigueiro, Rose Paula, de 27 anos. Um quarto telefone, que provavelmente pertencia a Ana Carolina Menezes Assunção, está sendo periciado.

Marcos Antunes Trigueiro foi preso às 7 horas da manhã de quarta-feira, em sua casa, na Rua Equador, número 51, no Bairro Cidade Industrial. A esposa do suspeito, Rose Paula, atendeu à porta e garantiu que ele não estava em casa. A polícia entrou e o encontrou escondido embaixo da cama do casal.

O suspeito foi interrogado ao longo de toda a tarde no Departamento de Investigações (D.I.) no Bairro Lagoinha. No final da tarde, a informação de que um suspeito de ser o maníaco estava sendo ouvido em um andar do prédio, isolado dos outros, vazou, e a imprensa fez plantão na porta do DI até o início da madrugada. No final da tarde, a perícia recolheu material da mucosa da boca do suspeito, e o resultado do exame, que saiu nesta manhã, confirmou as suspeitas.

De acordo com o promotor do 1º Tribunal do Júri de Belo Horizonte, Francisco Santiago, só depois de terminado o inquérito o Ministério Público poderá apresentar a denúncia. O promotor evitou falar em prazos de julgamento e tempo de pena, mas disse que o processo deve ser apreciado "com celeridade". "Ainda é muito cedo para falar de prazos e de penas, mas, se tudo correr normalmente, podemos esperar este julgamento para o final deste ano ou até fevereiro de 2011", adiantou. Ainda de acordo com o promotor, o pedido de pena vai depender do inquérito. A lei brasileira prevê pena máxima de 30 anos de cadeia. Em caso de mais crimes, as penas são somadas. Ou seja, o suspeito poderia ser condenado a até 150 anos de prisão.

Matéria relacionada à matéria anterior

Hoje em Dia

Preso suspeito de ser o 'Maníaco do Industrial'

Polícia detém homem com dois celulares das mulheres mortas por estuprador e faz exame de material genético para confirmar identidade do criminoso

Renato Fonseca, Cláudia Rezende e Gabi Santos - Repórteres - 24/02/2010 - 17:14

MAURÍCIO DE SOUZA



Peritos do Departamento de Investigações confirmam que recolheram material para exame de DNA

A polícia prendeu o principal suspeito de ser o “Maníaco do Industrial”, que estuprou e matou três mulheres em Belo Horizonte e região, e pode ter sido responsável por pelo menos mais duas mortes. Ele foi pego, no Bairro Lindeia, com dois celulares de vítimas, e chegou às mãos da polícia por denúncia anônima. O suspeito não tem passagem pela polícia, mas já cometeu infração de trânsito, segundo fontes. Ele estaria também com objetos pessoais das mulheres. Nesta quarta-feira (24) à noite, ele estava sendo interrogado no segundo andar do Departamento de Investigações (DI) na Delegacia de Homicídios, em Belo Horizonte, que foi totalmente interditado.

A confirmação da identidade do serial killer só será feita “por uma alta autoridade” da polícia, segundo informações do DI. O chefe da perícia, Anísio Hernidors, colheu nesta quarta-feira (24) mesmo material genético do homem preso para exame de DNA, mas não confirmou se foi o esperma. “Não vou dizer o que é”, afirmou. O resultado fica pronto entre dez e 20 dias. Mas uma fonte afirmou ao HOJE EM DIA que ele será conhecido ainda nesta quinta-feira (25).

“A polícia tem várias pistas e está no caminho certo”, disse ainda o perito. Ele levou o material para o Instituto de Criminalística num envelope. Informações extraoficiais indicam que ele tem por volta de 30 anos e que seria vizinho de umas das vítimas, Edna Cordeiro. Desde a semana passada, a polícia estava ouvindo várias pessoas, entre suspeitos e testemunhas, em cartório. O chefe do DI, Edson Moreira, manuseava nesta quarta-feira (24) papéis de interrogatórios.

Uma fonte do Governo sustentou ao HOJE EM DIA que o preso “é muito provavelmente o homem procurado como o maníaco”. De acordo com essa mesma fonte, essa convicção estaria baseada numa “linha sólida de investigação”. “Já haveria motivos consistentes para o indiciamento do suspeito, mas a polícia quer fazer todos os exames para obter a comprovação científica, até para não correremos riscos e não deixarmos ninguém exposto”. Dentre os exames a que esta fonte se referia estava o de DNA. “Amanhã (nesta quinta) teremos o resultado”, disse.

Nos últimos dias, a polícia vinha dando dicas de estar chegando perto do “Maníaco do Industrial”. Em reunião com o juiz Nelson Missias na semana passada, foi expedido um mandado de prisão temporária. Os delegados do caso, Wagner Pinto, chefe da Polícia Civil, Édson Moreira, chefe do DI, e o delegado responsável pelo caso, Frederico Raso Abelha, também haviam pedido quebra de sigilo telefônico. Mas na audiência pública na Assembleia Legislativa na última terça-feira (23), não deram esperanças às famílias das vítimas e aos deputados, de efetuarem qualquer prisão no curto prazo.

As vítimas do maníaco, segundo confirmação do DNA do esperma encontrado nos corpos foram Ana Carolina Menezes Assunção, 27 anos, Maria Helena Aguilar, 48 anos, e Edna Cordeiro de Oliveira, 35 anos. Mais duas mulheres podem ter sido vítimas do maníaco: a estudante de Direito Natália Cristina de Almeida Paiva, 27 anos, e a comerciante Adina Feitor Porto, 34 anos.

Curiosidade e alívio no Bairro Lindeia

A reportagem percorreu nesta quarta-feira (24) ruas do Bairro Lindeia, após a prisão do suposto "Maníaco do Industrial", onde o clima era de curiosidade. "Tomara que seja ele mesmo. Assim, a gente fica mais tranquila", disse uma dona de casa que pediu para que não fosse identificada. Outras pessoas, em bares e nas ruas, disseram ter recebido a notícia da prisão do suspeito por rádios, mas não viram qualquer movimentação que pudesse indicar exatamente onde ele foi pego pela polícia. "A gente mora aqui, mas trabalha no Centro, outros em bairros vizinhos. Não vimos nada", afirmou um morador, que assistia a um jogo de futebol na TV de um bar. Outros demonstraram curiosidade com a identidade do homem que prestava depoimento no Departamento de Investigações.

Um policial militar que havia iniciado ronda no Lindéia não sabia da prisão do suposto maníaco. No entanto, informou que a orientação era para manter o policiamento no local. Nas ruas e na Praça Manacá, próximo ao local onde a polícia pode ter encontrado o suspeito, havia pouco movimento de pessoas.

HISTÓRICO DE HORROR
Vítimas do maníaco

CONFIRMADAS

1 17 de abril de 2009
ANA CAROLINA MENEZES ASSUNÇÃO
27 anos
Comerciante
Encontrada morta, estrangulada por um cadarço de tênis, no banco traseiro de seu carro. Seu filho de um ano, que dormia sobre ela, foi poupado. Ela teria sido capturada no Bairro Industrial, em Contagem, pouco depois das 18 horas. O corpo foi encontrado na Rua Governador Benedito Valadares, paralela à Via Expressa, no Bairro João Pinheiro, na Região Noroeste da capital.

2 17 de setembro de 2009
MARIA HELENA AGUILAR
48 anos
Foi encontrada na Rua Trombetas, no Conjunto Califórnia, Região Noroeste de Belo Horizonte. A rua fica próxima à BR-040, atrás de um motel. Ela foi estrangulada com o cinto de segurança no banco traseiro de seu carro.

3 11 de novembro 2009
EDNA CORDEIRO DE OLIVEIRA FREITAS
35 anos
Contadora
O corpo de Edna foi encontrado no dia 12, com marcas de estrangulamento pelo colar que ela vestia, em uma estrada de terra às margens da BR-040, próximo ao Jardim Canadá, em Nova Lima. O carro da vítima fora localizado um dia antes, abandonado em uma rua próxima à residência da família, no Bairro Industrial, em Contagem.

PROVÁVEIS

4 27 de janeiro de 2009
ADINA FEITOR PORTO
34 anos
Comerciante
Desapareceu em 27 de janeiro de 2009, no Lindéia, Região do Barreiro. O carro dela foi deixado na Via Expressa, Bairro Camargos, Região Noroeste. Seu corpo apareceu uma semana depois, numa estrada rural da cidade de Sarzedo, e também apresentava sinais de estrangulamento.

5 7 de outubro de 2009
NATÁLIA CRISTINA DE ALMEIDA PAIVA,
27 anos
Estudante de Direito da PUC Betim
Sumiu em 7 de outubro de 2009. Ela saiu de casa, no Bairro Margarida, Região do Barreiro, por volta das 6 horas, para ir à faculdade. Na noite do dia 8, o veículo de Natália, uma picape Strada, foi encontrado no Barreiro de Baixo.

ONDE ACONTECEU

TONINHO ALMADA
LUCAS PRATES
ORINUT
FREDERICO MANKAL
ARQUIVO PESSOAL

FONTE: Polícia Civil EDITORIA DE ARTE